

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL



Tecendo uma História, a Cooperativa Têxtil Galópolis

Marlos Rodrigo Ferri

Caxias do Sul, Dezembro de 2018.

MARLOS RODRIGO FERRI

TECENDO UMA HISTÓRIA: A COOPERATIVA TÊXTIL GALÓPOLIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vania Beatriz Merlotti Herédia.

CAXIAS DO SUL

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

F388t Ferri, Marlos Rodrigo

Tecendo uma história : a Cooperativa Têxtil Galópolis /
Marlos Rodrigo Ferri. – 2018. 140 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em História, 2018.

Orientação: Vania Beatriz Merlotti Herédia.

1. Indústria têxtil - Galópolis (Caxias do Sul, RS) - História. 2.
Cooperativa Têxtil Galópolis. 3. História oral. I. Herédia, Vania Beatriz
Merlotti, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 677(816.5)(091)

Catálogo na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Paula Fernanda Fedatto Leal - CRB 10/2291

TECENDO UMA HISTÓRIA: A COOPERATIVA TÊXTIL GALÓPOLIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Caxias do Sul, 21 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia

Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Giovanni Alves

Universidade Estadual de Campinas

Universidade Estadual Paulista

Profª. Dra. Eliana Rela

Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de mestrado é resultado de muita pesquisa sobre o desenvolvimento e os desdobramentos que ocorreram com o lanifício de Galópolis. O mesmo começa como uma cooperativa têxtil; passa por várias transformações estruturais, tecnológicas e políticas, nos dias de hoje é novamente uma cooperativa.

Ao desenvolver esta dissertação, pude conhecer e capacitar-me sobre o método da História Oral, o que me ajudou muito tanto na produção historiográfica como na prática pessoal, dado o fato de, muito jovem ainda, gostar de ouvir as memórias contadas pelas pessoas, e que agora as mesmas já estão compondo meu acervo pessoal. Que na medida do possível, podem ser trabalhadas por historiadores para compor as obras nos mais variados assuntos.

Quanto às pessoas envolvidas neste trabalho, gostaria de agradecer a orientadora Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia, incansável e brilhante pesquisadora e professora, muito capaz e disponível sempre que precisei. Gostaria de agradecer aos professores que participaram da qualificação do projeto Prof. Dr. Giovanni Alves e Profa. Dra. Eliana Rela, e que se dispuseram a avaliar este trabalho contribuindo com ele e para o seu desenvolvimento. De maneira geral, agradeço a todos os professores que compõem o grupo do mestrado em História da UCS e meus colegas, tanto nas produções ou nos debates, enriquecendo as possibilidades desta construção.

Agradeço aos meus familiares, meus pais Derli e Sônia Ferri, minha irmã Mariela, meu irmão Francisco, minha companheira de vida Mariele Mellitz, que muito contribuíram para a possibilidade e estabilidade deste desenvolvimento. Aos meus amigos, colegas e à comunidade de Galópolis, por ser sempre acolhedora nas necessidades das entrevistas e da pesquisa.

Principalmente, agradeço às pessoas que mais estiveram envolvidas neste processo, como a incansável colaboradora Rosa Maria Diligenti, e suas inúmeras ajudas; aos entrevistados(as) Luci Matté, Arlindo Coelli, Dinarte Matté, Fernando Marchioro, Lenita Venz, Lodovino Heker, Luis Carlos Toniolli, Lurdes Maria Dalpont, Sidnei Roberto Canuto, Terezinha Toniolli Stragliotto e Renato Dallagnol, que, além da entrevista oral, contribuiu com o acervo de documentos e Atas do Sindicato Distrital de Galópolis.

RESUMO

A presente pesquisa trata da criação de uma cooperativa têxtil que nasce de uma greve operária em 1999, no município de Caxias do Sul, num bairro operário onde se localiza um reconhecido lanifício. A partir de sua falência, esses operários que possuem uma história antiga fundam uma cooperativa, semelhante a que deu origem cem anos antes ao antigo lanifício. Essa história remete a história de emigrantes italianos que foram expulsos de uma grande indústria de lã na Itália no final do século XIX. A pesquisa teve como objeto a análise da construção dessa cooperativa que por meio da História Oral deu voz às múltiplas narrativas de operários envolvidos nesse processo. O estudo discute teoricamente o papel do cooperativismo e mostra formas de organizar cooperativas, identificando como foi estruturada essa organização pelos operários a partir da greve de 1999 e de como lidaram com a falência do lanifício Sehbe. A pesquisa discorre sobre as dificuldades financeiras que o lanifício passa, as quais, começaram com a abertura do mercado nacional após a implantação das políticas neoliberais no país, no início dos anos 1990. Discorre também sobre as formas de como foi conduzida a administração da empresa nesse período que resulta no final de 1990, em uma greve geral. A ajuda do sindicato, após meses de salários atrasados, de grande parte dos funcionários e muitas negociações, possibilitou a criação da cooperativa, como solução às dificuldades encontradas. Para muitos, não era apenas a forma de sustento que estava em jogo, mas uma vida de dedicação e de muito trabalho. A criação da cooperativa têxtil de Galópolis é uma demonstração da união de operários que conseguiram com a ajuda do sindicato pagar uma dívida trabalhista e ao mesmo tempo arrematar o parque fabril, dando uma nova vida ao trabalho coletivo. A pesquisa descreve por meio das narrativas desses operários como se deu esse processo [de resistência dos trabalhadores](#). A pesquisa contribui para o ensino de história local, tendo sido criado como produto um material ilustrativo dessa história.

Palavras-chave: História; ensino de história, cooperativa, história oral e Cooperativa Têxtil Galópolis.

ABSTRACT

The present research deals with the creation of a textile cooperative that was born from a workers' strike in 1999, in the municipality of Caxias do Sul, in a working-class neighborhood where a recognized wool mill is located. From its bankruptcy, these workers who have an old history founded a cooperative, similar to that which gave rise 100 years before the old woolen mill. This story recounts the history of Italian emigrants who were expelled from a large woolen industry in Italy in the late nineteenth century. The research had as object the analysis of the construction of this cooperative that through Oral History gave voice to the multiple narratives of workers involved in this process. The study theoretically discusses the role of cooperativism and shows ways of organizing cooperatives, identifying how this organization was structured by the workers since the 1999 strike and how they dealt with the bankruptcy of the Sehbe wool mill. The research discusses the financial difficulties that the wool goes through, which began with the opening of the national market after the implantation of neoliberal policies in the country in the early 1990s. It also discusses the ways in which the administration of the company was conducted in that period which resulted in a general strike in late 1990. The union's help, after months of back pay, a large part of the employees and many negotiations, made it possible to create the cooperative as a solution to the difficulties encountered. For many, it was not just the livelihood that was at stake, but a life of dedication and hard work. The creation of the textile cooperative of Galópolis is a demonstration of the union of workers who managed with the help of the union to pay a labor debt and at the same time to take over the factory park, giving a new life to the collective work. The research describes through the narratives of these workers how this process of resistance of the workers occurred. The research contributes to the teaching of local history, and has been created as an illustrative material of this history.

Keywords: History; History teaching, Cooperative, Oral history and Cooperativa Têxtil Galópolis.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACI Aliança Cooperativa Internacional
AGE Assembleia Geral Extraordinária
AGO Assembleia Geral Ordinria
AHMJSA Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
ALCA rea de livre Comercio das Américas
ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BC Banco Central
CIC Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul
CLT Constituição das Leis Trabalhistas
CNES Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
COOFITEC Cooperativa dos Trabalhadores Profissionais da Fiação e Tecelagem
COOTEGAL Cooperativa Têxtil Galópolis
CUT Central única dos Trabalhadores
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconmicos
ECOPSOL Programa de Economia Popular Solidária
ESCOOP Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo
ETA Estação de Tratamento de gua
ETE Estação de Tratamento de Efluentes
FATES Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FHC Fernando Henrique Cardoso
FIESP Federação das Indústrias de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE Investimento Direto Estrangeiro
IGPM ndice Geral de Preços do Mercado
INPC ndice Nacional de Preços ao Consumidor
Kg Unidade Básica do Sistema Internacional de Unidades para a Grandeza de Massa

OCB Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS Organização das Cooperativas Gaúchas.

PCP Planejamento e Controle da Produção

Pe. Padre; ministro religioso da Igreja católica

PFL Partido Frente Liberal

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PIB Produto Interno Bruto

RAIS Relação Anual de Relações Sociais

SA Sociedade Anônima

SEDAI Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Internacionais

SESCOOP/RS Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no RS

SIMECS Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétrico de Caxias do Sul

SINDIGAL Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis

ULGOR Fagor Eletrodomésticos. Empresa mais significativa do grupo Mondrágón

UNISOL Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO Núcleo Incubadora Trabalho

URV Unidade Real de Valor

R\$ Real, unidade de moeda brasileira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1- Vista parcial de Galópolis 1917.....	31
IMAGEM 2- Participação das Indústrias de Transformação em percentual no PIB brasileiro, de 1947 a 2014.....	47
IMAGEM 3- Jornal Pioneiro 10/06/99.....	49
IMAGEM 4- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, 2015.....	73
IMAGEM 5- Jornal de Caxias 24 de novembro de 1979.....	85
IMAGEM 6- Jornal Pioneiro 4/12/200.....	95
IMAGEM 7- Novas máquinas. A modernização do lanifício, 2017.....	97
IMAGEM 8- Tecido produzidos pela Cootegal atualmente, 2017.....	102
IMAGEM 9- Vista parcial da Cootegal, 2017.....	104
IMAGEM 10- Casas da vila operária de Galópolis, 2017.....	110
IMAGEM 11- Alunas do Colégio D. Manuela Chaves, fundado em 1/6/1934 pelo Lanifício São Pedro para atender as filhas dos funcionários.....	115
IMAGEM 12- Escola que passou a se chamar, Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcelos, a partir de 4/3/1937.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais direitos e deveres dos cooperativados.....	51
Quadro 2- Aspectos comparativos dos diferentes tipos de Cooperativas.....	53
Quadro 3- Comparativo dos Modelos de Autogestão.....	62
Quadro 4 - Os associados da Cooperativa Têxtil de Galópolis – 2018.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Evolução da Tarifa Nominal de Importação (em %)	37
Tabela 2- Produção física da indústria têxtil brasileira de 1992 a 1997 em (1000 toneladas)	46
Tabela 3- Relação entre convenções sindicais coletivas da categoria dos trabalhadores das indústrias de tecelagem de Galópolis e o índice INPC no período de 2013 a 2017	72
Tabela 4- Distribuição em percentuais dos trabalhadores na Cootegal em 2018	109

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA.....	20
2.1 SUBSÍDIOS DA HISTÓRIA ORAL	20
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.3 QUEM SÃO OS ENTREVISTADOS?.....	29
3 CONTEXTO DA PESQUISA	31
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	31
3.2 A SITUAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS 1990	36
3.2.2 O Contexto local: o município de Caxias do Sul	47
4 A FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA.....	52
4.1 O COOPERATIVISMO E SUAS DEFINIÇÕES	52
4.2 O COOPERATIVISMO TRADICIONAL.....	55
4.3 O COOPERATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO	59
4.4 COOPERATIVA DE TRABALHO: O CASO DE GALÓPOLIS.....	78
4.5 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE GALÓPOLIS	72
5 A FALÊNCIA DO LANIFÍCIO	89
5.1 O LEILÃO E A COMPRA DO PARQUE FABRIL.....	95
5.2 MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA TÊXTIL GALÓPOLIS	100
6 A CULTURA OPERÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE.....	110
6.1 A CULTURA FABRIL DO LANIFÍCIO	112
6.2 A EDUCAÇÃO FORMAL DE GALÓPOLIS	118
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	134

1 INTRODUÇÃO

A Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal) faz parte da indústria têxtil do município de Caxias do Sul. O nascimento dessa indústria começou como uma cooperativa têxtil, fundada por emigrantes italianos, que saíram da Itália em 1891, devido a uma greve no setor da indústria da lã. Em 1894, a cooperativa foi inaugurada, o que possibilitou a continuação dos afazeres pelos imigrantes italianos que a fundaram. Dessa forma, esta história está vinculada ao contexto em que nasce a indústria têxtil na região, marcada pela presença de imigrantes italianos expulsos de uma grande greve e que, ao chegarem à colônia Caxias, encontram um lugar muito semelhante ao de partida, pelas condições geográficas apresentadas.

A história desta cooperativa passa por muitas administrações e, no final do século XX, retorna a condição de cooperativa como na sua origem. As muitas dificuldades encontradas pelos seus fundadores levaram-nos à venda ao capital privado, dez anos depois da sua organização inicial. A Cooperativa, na origem denominada “*Società Tevere e Novità*”, passou por várias estruturas administrativas, começando como cooperativa, depois como indústria da lã, sociedade anônima, até novamente retornar a sua estrutura inicial de cooperativa.

Com o passar dos anos, e de algumas trocas de direções, sempre operando com modernizações, sem perder de vista o desenvolvimento local, regional e nacional, que promoveu por meio de seus produtos, enfrenta na década de 1990, uma forte crise que abala o setor têxtil brasileiro no seu todo. Essa crise que afeta economicamente o lanifício, no final do século XX, faz com que seus trabalhadores sem perspectivas após muitos atrasos de salários promovam uma greve geral.

Após várias propostas apresentadas pelo antigo patrão, pelos funcionários e pelo sindicato chegaram à possibilidade de fundar a Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal), resultado dessas negociações que representavam a superação de muitos medos e incertezas, vencidas pela iniciativa e cooperação dos ex-funcionários. Alguns meses depois de muitos debates e buscas de conhecimentos a respeito do tema cooperativismo, nasce a Cooperativa Têxtil de Galópolis.

A história do Lanifício continua, graças à formação dessa cooperativa, que se faz presente ainda hoje no bairro de Galópolis, a qual é permeada pelas mudanças econômicas, administrativas e políticas que o lanifício sofreu ao longo de sua história, como, também, pelas diversas alterações que se fizeram sentir no âmbito nacional e local, implantadas principalmente pelas necessidades econômicas, apresentadas a partir de 1990.

Durante esse período, o setor têxtil sentiu as consequências da concorrência internacional provocada pela abertura abrupta do mercado nacional (MASSUDA, 2006) que trouxe grandes impactos econômicos para o lanifício. Com isso, começaram os atrasos de salários, o que causou grandes dificuldades econômicas para os funcionários e suas famílias, como também para grande parte da comunidade envolvida direta ou indiretamente no seu funcionamento, já que era a principal atividade econômica do pequeno bairro de Galópolis.

Seus ex-funcionários, em meio à greve de 1999, sem perspectivas de receberem as dívidas trabalhistas, articularam-se e algumas propostas começaram a surgir. Logo foi pensada a possibilidade de fundar uma cooperativa, como alternativa, tanto como solução para a indústria como, principalmente, para os trabalhadores terem uma fonte de renda.

É nesse período que a insegurança, as mobilizações e as possíveis expectativas junto às propostas que emergiram, geraram inúmeras tensões, pelo fato de não terem nenhuma experiência interna anterior que pudesse nortear suas decisões. Nesse contexto, os ex-funcionários contaram com auxílios da própria comunidade, do sindicato, como também de outras instituições, associações e de palestrantes, que contribuíram para os passos iniciais do nascimento da cooperativa.

Essas negociações com os administradores da antiga indústria, como também o posterior processo de aquisição do Lanifício pela Cootegal, marcaram significativamente a memória e a vida de muitos ex-funcionários, que se tornaram sócios da então Cootegal.

É importante lembrar que a pequena comunidade de Galópolis teve sua origem e seu desenvolvimento diretamente ligados à história e trajetória do lanifício, e os passos e as transformações que o mesmo viveu, acabaram de alguma forma impactando na realidade da vila e no seu entorno.

A realização desta pesquisa é, sem sombra de dúvida, relevante para a comunidade de Galópolis, uma vez que a mesma tem uma história que precisa ser contada e mantida por aqueles que ali vivem, no sentido de recuperar por meio do viés histórico, os movimentos que a comunidade enfrentou, quando decretada a falência do lanifício. Para a comunidade acadêmica e os interessados, a pesquisa de natureza científica procura dar voz a muitos atores que, até então, estavam anônimos, mas que participaram ativamente desse processo de fundação da cooperativa, alguns diretamente, outros indiretamente, principalmente pela transformação que foi para a vila de Galópolis ter, no seu meio, condições que possibilitaram essa experiência produtiva, que se refez novamente na sua história e que ainda continua viva.

A história desse empreendimento se mistura com a história da vila operária, sendo um elemento de identidade que precisa ser tratado, estudado e discutido.

Como principais pontos a serem abordados nesta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- a) contextualizar o distrito de Galópolis e a presença do Lanifício, a partir das dificuldades econômicas ocorridas no início dos anos 90;
- b) explicitar como se deu o processo de fundação da Cootegal; perpassar os diversos acontecimentos desde a negociação, as expectativas dos envolvidos, bem como as diferentes propostas apresentadas;
- c) analisar a cultura fabril presente nos operários que constituíram a cooperativa têxtil, juntamente com as possibilidades de ruptura ou aceitação do formato de poder estabelecido, durante e após a efetivação do funcionamento da cooperativa;
- d) construir material didático para uso nas escolas, e servir de representação e subsídio histórico para os associados e funcionários da Cootegal, e aos moradores de Galópolis.

Para atender aos objetivos, foi adotada, como forma de disposição dos capítulos, sequência cronológica dos acontecimentos, sendo os mesmos tomados como referência para a produção historiográfica. Perpassando no que tange especificamente à formação da Cootegal no final do século XX, foram levados em consideração os diversos acontecimentos que geraram a greve, como os atrasos de salário; a ocorrência e a organização da greve; a participação do sindicato; a necessidade da retomada dos trabalhos; a possibilidade de formar uma cooperativa; os dois modelos cooperativos possíveis, o heterogestionário e o autogestionário; o recomeço dos trabalhos; a falência do lanifício; o levantamento da massa falida e a realização do leilão; a compra do parque fabril e, em decorrência do aumento do valor das cotas integralizadas, a modificação na admissão da Cootegal.

Dessa forma, o estudo foi dividido em quatro partes: a primeira trata da contextualização do bairro Galópolis, local que abriga a cooperativa por mais de cem anos de ação. A segunda tem como objetivo descrever como foi criada a Cootegal, por meio das diversas tratativas que aconteceram entre a classe trabalhadora, o sindicato e o setor patronal. Para tal foi necessário estudar as cooperativas, a fim de verificar quais são os tipos e as possibilidades que suas definições abordam. A terceira versa sobre a análise feita acerca das narrativas dos operários sobre a cultura fabril, numa demonstração do trabalho desses operários e do que passaram para fazer sua história. A quarta envolve a criação de um material didático que possa ser usado pelo ensino de história nas escolas e pela comunidade, para entender essa caminhada da qual fazem parte aqueles que ali moraram e trabalharam em prol da vila operária.

Tratando-se de um curso de mestrado profissional em História, é relevante a explicitação da opção historiográfica a ser seguida. Para a construção da pesquisa, optou-se pelo uso da História Oral, que pode ser entendida como uma metodologia capaz de dar voz às pessoas que, até então, apesar de fazerem parte de determinados acontecimentos históricos, muitas vezes permaneceram anônimas, por não terem prestígio social, ou, até por não dominarem a escrita, dificilmente fariam parte da história dita oficial, principalmente por estarem distantes dos canais de comunicação.

A escolha dessa metodologia foi criar um espaço de escuta entre os envolvidos nessa história que, de forma provável, tornar-se-ão uma possível fonte histórica, o que possibilita incluir suas posições e reflexões na história. Foram utilizadas entrevistas semi dirigidas, com atuais funcionários, com o presidente do sindicato, que na época, também participou da fundação da cooperativa. Com cooperados e pessoas da comunidade, procurando na medida das possibilidades, representar tanto as ex-funcionários (as), de diversos setores e cargos, como as pessoas envolvidas na comunidade e no sindicato. Para tanto, foram feitas várias visitas ao bairro de Galópolis, onde algumas entrevistas ocorreram no próprio local de trabalho, e outras na casa dos entrevistados.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes:

- a) a imprensa escrita por meio dos seguintes jornais: Caxias Notícias, Folha do Sul, Ponto Inicial, Tempo Todo, Gazeta de Caxias, Pioneiro, Correio Rio-grandense, O Momento, Uno Fato;
- b) acervos públicos municipais e acervos privados. Acervos públicos: Câmara da Indústria e Comércio de Caxias do Sul; Prefeitura de Caxias do Sul e Subprefeitura de Galópolis; Arquivo Histórico de Caxias do Sul. Acervos privados: Sindicato da Fiação e Tecelagem de Galópolis; Arquivos da Cootegal e acervos de famílias;
- c) entrevistas com antigos ex-funcionários(as) e atuais cooperados(as), atuais funcionários(as), de agentes sindicais e de pessoas da comunidade de Galópolis.

Dessa forma, o tema proposto pela pesquisa versa sobre a criação dessa cooperativa e a forma como se dá esse processo, contextualizando e significando esses acontecimentos, que marcaram as relações de produção como também as relações sociais dessa comunidade.

O interesse pelo tema surgiu primeiramente de uma leitura do livro de autoria de Vania Beatriz Merlotti Herédia, a orientadora desta dissertação, com o título: *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana* e, posteriormente, da oportunidade de fazer uma visita às dependências da Cootegal, enquanto ainda aluno da graduação, no Curso de

Licenciatura em Sociologia. Sempre houve interesse em pesquisas históricas e práticas, capazes de contribuir para a conscientização e a possibilidade de mudança na realidade em que se atua.

O estudo nasce, portanto, de algumas provocações, ou seja, ver o bairro de Galópolis, saber da sua peculiar história, de sua constituição e presenciar um empreendimento que, além de centenário, é muito significativo para o desenvolvimento dessa comunidade, ainda em funcionamento e, além do mais, poder contribuir para a elaboração de parte de sua história pela grande satisfação, esperou-se contribuir com essa comunidade e com os interessados por esse tema.

Algumas das dificuldades encontradas foram não conseguir realizar as entrevistas na ordem que as mesmas estavam previstas pelo fato de alguns entrevistados não terem condições naquele momento, de participar da pesquisa. Havia a intenção de começar as entrevistas pela ordem cronológica dos administradores da cooperativa, o que não foi possível.

Um inconveniente foi a questão da disponibilidade de tempo, já que se trata de um mestrado profissional e conciliar estudo, vida profissional e vida pessoal dificulta, principalmente, o nível de aprofundamento de algumas interessantes questões.

2 METODOLOGIA

Para a construção da pesquisa, optou-se pelo uso da História Oral, que pode ser entendida como uma metodologia capaz de dar voz às pessoas que, até então, apesar de fazerem parte de determinados acontecimentos, muitas vezes permanecem anônimas, pois, por não terem prestígio social, ou até por não dominarem a escrita, dificilmente constariam na história dita “oficial”, principalmente por não estarem habilitadas no sentido de, muitas vezes possuírem apenas sua voz e estas, até então, não serem consideradas.

2.1 SUBSÍDIOS DA HISTÓRIA ORAL

A História Oral foi explorada como possibilidade científica, através da *Escola dos Annales* e, por conta disso, viu-se a importância de fazer algumas colocações: considerar que a *Escola dos Annales*, teve fundamental importância para a emergência do movimento transformador, que, a partir das novas possibilidades levantadas por ela, produziu diferentes narrativas históricas; citar, como ponto inicial, a revista lançada pela *Escola dos Annales*, na década de 1930, e seus organizadores Marc Bloch e Lucien Leblvre. A partir daí a ciência histórica passou por uma considerável transformação. Mais precisamente, dá-se um salto à Nova História, surgida a partir dos anos 1970, chamada também de terceira geração dos Annales, e que possibilitou a produção historiográfica da História Oral; pensar as relações sociais e políticas de uma maneira mais conectada com as práticas culturais, que podem contribuir muito para a emergência da História Oral.

Nesse contexto, é possível usar Portelli (2016, p.10), que diz a História Oral, “é primordialmente uma arte da escuta... É comum, aliás, que as informações mais importantes se encontram em para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador considera um historicamente relevante”.

No Brasil o movimento da Nova História chega no final dos anos 1970, e início dos anos 1980, quando a História Oral começa a ganhar corpo, principalmente com o Centro de Pesquisa e História Contemporânea, ligado à Fundação Getúlio Vargas, ainda hoje é referência na produção de História Oral. Essa possibilidade foi implantada pela abertura política pela qual o país passava nesse período, pois, durante o período militar, com a censura,

há uma predominância da produção e manutenção da prática de legitimação à historiografia oficial

O uso da técnica e da metodologia da história oral de maneira mais efetiva e acadêmica no Brasil, pela comunidade dos historiadores, coincide com um momento político singular de nossa história política: o fim do regime militar e o incremento das lutas por liberdade de imprensa, pela anistia e pelo exercício pleno dos direitos do cidadão... Desse modo, ocorreram em 1975 as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no país: especialistas norte-americanos e mexicanos ministraram cursos no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com o patrocínio da Fundação Ford. A partir de então a História Oral foi ganhando adeptos através de um processo lento e descontínuo. (PEREIRA NETO; MACHADO; MONTENEGRO, 2007, p.113-126).

É perceptível, também, que inúmeros contatos no espaço acadêmico brasileiro, proporcionados pelas principais universidades do País, com historiadores de variadas nacionalidades, reforçaram esse movimento, principalmente beneficiados pela abertura do regime, no que tange ao livre acesso de intelectuais, como também pela retirada gradual da censura, o que possibilitou transformar a prática historiográfica e política. Como ressalta Janotti:

Metodologia baseada em testemunhos aprimora suas técnicas defendendo um campo próprio e interdisciplinar apesar de estar incorporada na maioria dos trabalhos sobre o tempo presente e a história imediata. Tarefa em grande parte política, onde a conquista de territórios institucionais exclusivos exige constante empenho. (Janotti, 2010, p.3)

No âmbito da Nova História, destacam-se seus pontos principais, que são a possibilidade de produção historiográfica, com a proximidade temporal dos acontecimentos e fatos históricos do presente. Principalmente o uso de fontes, até então não utilizadas, transforma o fazer historiográfico e, assim, abrem-se inúmeras possibilidades, já que os relatos orais podiam agora ser trabalhados pelos historiadores e contribuir para a redemocratização e a multiplicidade histórica.

A História Oral, particularmente, tende a tratar as fontes orais com maior ênfase. Como salienta Freitas:

Na reconstrução do passado, a linguagem auditiva que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidos e utilizados socialmente. Além disso, a voz é um elemento em si mesmo. Suas variações dão sentido ao texto transmitido, transforma-o, dando-lhe, muitas vezes, um significado além do que foi meramente dito. (Freitas, 2006, p. 27).

A partir disso, o historiador deve ter cuidado ao lidar com um complicador presente nas narrativas, que é a subjetividade, pois a mesma se faz presente no uso da memória, que apresenta esquecimentos, particularismos, permeada por emoções, interesses, ansiedades,

quando cabe ao historiador, através de sua metodologia, ser capaz de transformá-la em fonte, servindo assim de base no caso da História Oral, para a criação da narrativa histórica. Para tanto,

os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros, de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimentos, erigirem-se argumentos em defesa da história oral como capaz de apresentar relatos que, se não eliminam a subjetividade, possuem instrumentos para controlá-la. (FERREIRA, 2002. p.320).

O movimento da nova história, também é capaz de romper com a ideia de verdade única, possibilitando perceber e interpretar um acontecimento de diferentes formas, mas sendo esse um ponto delicado, que ainda gera muitas discussões, pois a relatividade com a qual é tratada a “verdade” é criticada por alguns historiadores, como sendo excessiva.

Longe de chegar a um consenso, avulta entre inúmeros debates a questão primordial da verdade do testemunho, geralmente confundida com a epistemologia da história. No discurso historiográfico, o relativismo do compromisso com a verdade parece ter tomado um espaço excessivo, tudo depende de meias verdades, da opinião e de circunstâncias específicas. Não se ousa usar a palavra verdade sem colocá-la entre aspas. (JANOTI, 2010, p. 9).

Quanto à utilização do uso das fontes de testemunho, cientificamente capaz de servir de subsídio para a produção de uma narrativa que se aproxima da realidade, o testemunho por ser socialmente permeado de relações que extrapolam a sua individualidade, adquire também um significado coletivo.

Em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. O cerne duro da história oral reside exatamente nesse ponto, no qual a história invade as vidas privadas (PORTELLI, 2016, p.16).

Dessa forma, os preceitos da História Oral desacomodaram as verdades estabelecidas como neutras e universais, relativizando o próprio conceito de verdade, mas não eximindo-se da sua responsabilidade científica, que também não deixa de ser política. Dentro da cientificidade estabelecida, essa prática exige uma constante criticidade na construção do saber, bem como a utilização do uso da memória, que sendo mutante, no sentido de ser permeada pelas influências do ambiente, modifica-se com a temporalidade e a significação dos acontecimentos. É sempre “traduzida” para o presente, complexificando a relação temporal do historiador e a fonte com a qual ele trabalha.

Por outro lado, a utilização do depoimento, no cruzamento com outras fontes, aumenta o grau de complexidade da análise histórica. O relato oral de memória, ao se constituir como reconstrução ou releitura (de marcas, experiências, imagens, acontecimentos), a partir do presente, possibilita muitas vezes estudar como o passado adquire novas significações. As experiências sociais, políticas, culturais do presente produzem deslocamentos nas pessoas, nos grupos e nas classes sociais e, por extensão, outras formas de significar e compreender a história. (PEREIRA NETO; MACHADO; MONTENEGRO, 2007, p.118).

No que tange à entrevista, ainda há discussões a respeito do seu uso, mas a História Oral vem trabalhando no sentido de afirmar, com igual ênfase a importância dos relatos ou depoimentos orais, colocando-os de igual para igual com as outras fontes. Como afirma Portelli:

Assim como ocorre com as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fontes. Em segundo lugar, é mais importante os trabalhos em História Oral mais avançados criticamente mais conscientes metodologicamente reorientação essa questão o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem. (PORTELLI, 2016, p.17-8).

As fontes orais para a produção do trabalho de pesquisa, outras fontes escritas, fotográficas, documentais são utilizadas, sem privilegiar uma sobre a outra, no sentido de poder fazer-se ouvir a voz de associados, funcionários ou membros da comunidade ou sindicato, juntamente com os registros impressos sem nenhuma condicionar a outra. Essa perspectiva pode relativizar a verdade e problematizar o papel do singular e do plural, incluindo o entrevistado com suas representações expressas no relato oral.

Seguindo um outro caminho, alguns autores insistem em valorizar o papel atribuído às relações entre memória e história e o estudo das representações. Autores que utilizam essa abordagem não buscam uma *verdade* nos fatos, mas vêem a subjetividade do depoimento oral como mais um desafio à pesquisa, e não um problema. Além disso, os autores discutem até que ponto o depoimento de uma única pessoa tem condições de ser generalizado ou deve ser visto como uma singularidade desvinculada do contexto sociocultural em que o depoente está inscrito. (PEREIRA NETO; MACHADO; MONTENEGRO, 2007, p.117).

Uma das particularidades da História Oral é o fato de que muitas de suas fontes orais ainda não estarem disponíveis. Cabe ao historiador o papel de co-criador das mesmas, em uma relação dialógica com o entrevistado, que pode, em seus desdobramentos, modificar a agenda da entrevista como ressalta o autor:

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas co-criadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não são necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder a agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar. Como consequência, toda agenda da pesquisa pode ser radicalmente revista. (PORTELLI, 2016, p.10).

Partindo-se do pressuposto de que cada documento é produzido com uma intencionalidade, essa intencionalidade interfere no conteúdo e na forma de produção e edição do conteúdo do documento ou, propriamente na produção ou seleção das fontes, como no caso da entrevista oral, pois trata-se de uma construção dialógica, que envolve o entrevistador e o entrevistado. Portanto, faz-se necessário refletir a respeito da influência que o papel do entrevistador tem, como também, a sua relação com o entrevistado, durante a produção como aponta este autor.

Quando falamos de história oral, entretanto, também nos referimos a algo mais específico. Mais do que uma ferramenta adicional, por vezes secundária, na panóplia do historiador, as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é esse o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adotados a sua natureza e forma particulares. (PORTELLI, 2016. p.10).

A entrevista pode ser um método mais democrático, no sentido de que, sendo a escrita uma das principais formas utilizadas para a comunicação, em que o poder estabelecido se faz ouvir de forma reprodutiva, e em que a entrevista tem a possibilidade de inserir, nesse ambiente ou canal de comunicação, os analfabetos ou marginalizados pelo processo, que não dispõem até então dessa possibilidade ou forma de se fazerem representar, e também capaz de ir mais fundo, captar as subjetividades até então imperceptíveis.

Com a possibilidade das entrevistas, os anônimos podem fazer-se ouvir e, assim, tornarem-se potencialmente ativos, no âmbito político, social e histórico, num contexto de disputas de identidade versus identidades e suas subjetividades:

A história oral, em essência, é uma tentativa de reconectar o ponto de vista nativo, local e vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça. A história oral, então, junta história a vinda de cima e a história viva de baixo em um mesmo texto- em uma mesa de negociação- criando um diálogo igualitário entre a consciência que os historiadores têm dos padrões espaciais e temporais mais amplos e a narrativa pessoal, mais pontualmente focada, do narrador local. (PORTELLI, 2016, p.150).

Cabe ao historiador o cuidado dessa produção, bem como o estabelecimento das relações entre os diferentes *status sociais*, como afirma Portelli:

Um historiador oral precisa conseguir enxergar ambas as dimensões, bem como o espaço entre elas. Devemos tornar os que estão em cima conscientes do significado que suas ações têm lá embaixo; e devemos nos esforçar para tornar os que estão embaixo conscientes das suas causas e dos contextos verbais daquilo que acontece a eles. (PORTELLI, 2016, p.152).

Apesar de muitos avanços, no desenvolvimento da História Oral, há vários debates ainda sendo traçados quanto à sua abrangência, e a capacidade de seu uso, principalmente, em termos epistemológicos e práticos. Aí repousa um profundo foco temático, que a distingue de outras abordagens e disciplinas, também baseadas em trabalho de campo e entrevistas, como antropologia, sociologia, folclore: a combinação entre a prevalência da forma narrativa, de um lado, e a pesquisa por uma conexão entre biografia e história, entre experiências individuais e as transformações da sociedade de outro. (PORTELLI, 2001, p.13-14).

Outro aspecto relevante, principalmente na História Oral, quanto à utilização do uso da memória, é que sendo a mesma mutante, no sentido de ser permeada pelas influências do ambiente, modifica-se com a temporalidade e a significação dos acontecimentos, sempre elaboradas e reconstruídas para o presente, complexificando a relação temporal do historiador e a fonte com a qual ele trabalha. Assim, a História Oral é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado.

(PORTELLI, 2016).

Para Freitas (2006), a memória é tratada de várias formas, por diferentes tipos de disciplinas científicas. “Desde a virada do século XIX para o XX, a memória emancipou-se da história. Tornou-se matéria da literatura (Proust), da Filosofia (Bergson), da Psicologia (como disciplina através de Freud), da Sociologia (Halbwachs)”. Apesar de muitos e importantes avanços na forma como a ciência passou a lidar com a memória, ainda temos muito o que aprender, no sentido que a mesma é permeada por relações com o consciente, inconsciente e com os sentimentos. Conforme Freitas:

[...] a memória como produto de uma operação mental é um mecanismo muito complexo ainda hoje muito pouco conhecido, mesmo para as outras ciências que a ela se dedicam, tais como: a Neurologia, a Psiquiatria e a Psicologia. A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que ‘incomodam’ são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente.

Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual. (FREITAS, 2006, p.37).

Outro aspecto importante e impactante, no que diz respeito à memória, está relacionado ao tempo e às suas relações interpessoais e de reconstrução interna, com o fato ocorrido e vivenciado e a sua significação e reinterpretação ao longo do tempo.

Maurice Halbwachs, relativizando as ideias de Bergson, desenvolve uma teoria psicossocial, na qual salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje. A conservação total do passado e a sua ressurreição só seria possível se o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância - o que é impossível. O passado não sobrevive “tal como foi”, porque o tempo transforma as pessoas em suas percepções, ideias, juízos de realidade e de valor (FREITAS, 2006, p.42).

Para Halbwachs (2013), a memória é um fenômeno social, marcado pela reconstrução de lembranças nas relações sociais e nos grupos de convívio. Quando a memória individual é questionada, a mesma tende a se auto valer e, assim, precisa de apoio na memória dos outros, para reforçar-se. Também para Halbwachs, a memória coletiva articula a vida e o pensamento dos membros de um determinado grupo, em que, justamente no seu interior, é que a mesma se desenvolve originalmente e, dessa forma, o indivíduo se comporta como membro efetivo do grupo, contribuindo e evocando as lembranças selecionadas pelos seus membros.

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Nesta perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo. A reconstrução do passado, portanto, irá depender da integração do indivíduo em um grupo social que compartilha de suas experiências. Será esse grupo que dará sustentação a suas lembranças. Porém, segundo, Halbwachs, é indispensável que haja entre o grupo e o memorialista uma identidade, através da qual se evidencie uma memória coletiva. (BOSI, 2007, p.54).

Neste sentido, também contribui o pensamento de Pollack citado por ALBERTI:

O próprio Pollak usa uma noção interessante que ajuda a dar conta disso: a de memórias em disputa. Na constituição das memórias de partidos políticos, sindicatos ou outros tipos de organização, diz Pollak, há todo um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória,⁵ que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de determinada perspectiva. (ALBERTI, 1996, p.5).

Fala de uma memória relacionada com uma identidade definida, que se constrói de maneira tencionada e negociada dentro de um grupo. De acordo com Pollack (1989), a mesma não pode mudar de imagem e direção, brutalmente, a não ser, sob tensões e riscos, difíceis de se conter, com até possíveis cisões ou seu próprio desaparecimento. Caso não possam mais se

reconhecer na nova imagem, ou nas novas interpretações do seu passado individual ou de suas organizações, as memórias nesses casos entram em crise. O que está realmente em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do seu grupo.

Dessa forma, na trama histórica que permeia a comunidade de Galópolis e a criação da Cooperativa Têxtil Galópolis, esses aspectos são contemplados, ou seja, uma identidade, uma memória e muitas tensões entre o grupo de referência.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do interesse de tratar do tema em questão e alcançar os objetivos propostos, foi necessária uma exaustiva pesquisa documental. Esta foi dividida em quatro momentos: o primeiro, a revisão bibliográfica acerca dos estudos já realizados sobre o Lanifício São Pedro S.A. A análise das obras de Herédia (1997, 1998 e 1999), Adami (1970), Brito (1978) e Fontana (1993) sobre emigração, industrialização e vila operária ajudaram a delimitar o objeto de estudo e definir a questão voltada para o cooperativismo.

Num segundo momento, a revisão bibliográfica sobre a economia brasileira na última década do século XX, cooperativismo, relações de trabalho e neoliberalismo. Essa literatura colaborou para entender as relações de trabalho que ocorrem num processo cooperativo, bem como as mudanças nas regras do trabalho num modo ainda de natureza fordista. As obras utilizadas foram: Singer e Souza (2003), Albuquerque (2001), Carvalho (2012), Damascena (2012), Dias (2011), Marques (2010) e Reis (2003), além das da cultura fabril de Thompson (1987), Harvey (2014) e José Sérgio Leite Lopes (1978;1988).

Num terceiro momento, foi feita uma análise de documentos, correspondências, Estatuto, Atas acerca da criação da cooperativa a partir de um acordo sindical entre as partes relacionadas. Vale citar, como de grande valia, o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA); o acervo de memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, que envolve desde leis, códigos, mapas, projetos, entrevistas e jornais (muitos destes materiais digitalizados, disponíveis no *site* da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul).

Num quarto momento, a realização das entrevistas que constituíram o *corpus* deste estudo e o material de análise. Os entrevistados foram os sujeitos que fizeram parte da história da criação dessa cooperativa e que narraram experiências, crenças, concepções, projetos e frustrações. As entrevistas foram narrativas que deram sequência aos fatos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.101), conforme postulam os autores, no momento em

que há a “narração completa dos acontecimentos que expresse uma perspectiva específica”. O *corpus* foi constituído por onze entrevistas, realizadas entre agosto de 2016 a agosto de 2018. As entrevistas foram gravadas e algumas filmadas e posteriormente transcritas; os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme Anexo C.

Após a organização do material e sua análise, foi criada uma série de figuras ilustrativas que fazem parte do material didático que será tratado nas escolas, como material de ensino. Esse material foi concebido como um potencial de reflexão para o ensino e a pesquisa em História, no sentido de estimular os alunos e a comunidade a visitarem a Cootegal. Também serve como subsídio capaz de informar e instigar mais estudos, que possam fomentar a conscientização histórica, por meio da leitura e da produção historiográfica, e outras fontes e metodologias capazes de produzir conhecimentos baseados nos acontecimentos do importante passado da comunidade de Galópolis.

O estudo teve alguns limites, mas, dentro do contexto da pesquisa, atendeu aos objetivos previstos no projeto inicial. Muitos colaboraram para a sua execução, principalmente aqueles que concederam testemunhos para a construção de parte desta história.

No que tange ao ensino de História, o estudo contribui tanto com material acadêmico quanto com material ilustrado, que foi doado à Escola Estadual de Ensino Médio Galópolis, para servir de subsídio a alunos e professores. Este trabalho foi produzido através de uma cooperação entre o produtor da dissertação e o ilustrador Andriago Martins, que representou através de desenhos os principais acontecimentos significativos da história do lanifício de Galópolis, orientado pela Profa. Vânia Herédia. O trabalho de pesquisa, foi posteriormente apresentado e distribuído na sala de aula, ao professor da disciplina de história Prof. Adam e aos alunos do 3º ano do ensino médio, sendo entregue uma cópia para cada um dos envolvidos. Também foram distribuídas cópias para a Cootegal, o Sindicato Têxtil Galópolis e o Instituto Hércules Galló.

Acredita-se ser de suma importância este trabalho, dada a ênfase da história local relacionada com a história global, pois tem fundamental importância para o estabelecimento de múltiplas conexões, que podem ser percebidas, observadas e problematizadas por alunos e professores, como salientam estes autores;

O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais. (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 114).

Quanto a maneira como podem ocorrer essas conexões perpassa a tomada de consciência histórica dos participantes, no sentido de envolver participativa e conscientemente uma pessoa comum, que, muitas vezes, se vê desconectada da História, como se ela fosse só o passado, sem relações possíveis com o presente e com o cotidiano.

A história local e a história do cotidiano se conectam quando fazem pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecem relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente quanto no passado. (BARROS, 2013, p. 16).

Esta produção historiográfica acompanhada desse produto é capaz de potencializar a relação entre os estudantes do ensino médio, com a História do bairro de Galópolis, conexão que é facilitada através do material ilustrativo impresso, capaz de provocar uma experiência didática entre os estudantes e o objeto de estudo, além de abrir portas para a possibilidade de uma relação mais estreita entre o lanifício, a escola e a comunidade, possibilitando além da tomada de consciência histórica por parte dos alunos, a possibilidade de percepção do quanto eles próprios e seus familiares estão constantemente construindo sua própria História.

2. 3 QUEM SÃO OS ENTREVISTADOS?

Os entrevistados foram pensados no sentido de dar voz aos mais diversos representantes do lanifício, do sindicato e da comunidade de Galópolis, seguindo os preceitos da História Oral (Portelli, 2016). Para tanto foi inicialmente entrevistada a funcionária Rosa Diligente, que era funcionária do lanifício Sehbe que acabou por participar ativamente do processo de levantamento da massa falida e posteriormente trabalhou em outra empresa até ser convidada para ser funcionária da Cootegal.

Outra entrevistada foi a ex-cooperada e funcionária da cooperativa Lenita Ventz, que teve uma experiência dual, tanto como cooperada, como funcionária da Cootegal e como participante do conselho fiscal da cooperativa por uma gestão, mas, que manteve em todo esse tempo, o cargo de revisora e que acabou recentemente se desligando da empresa.

Outro entrevistado foi Arlindo Coelli. Arlindo participou ativamente da formação da Cootegal e foi uma das primeiras pessoas a fazer parte do grupo de cooperados que retomou os trabalhos da fábrica. Durante a atuação como funcionário era supervisor do setor de caldeira e da parte elétrica, depois da formação da cooperativa, o mesmo passou a concentrar

ainda os setores de ETA, ETE, manutenção da fábrica e manutenção predial, sendo agora coordenador desses setores.

Como representante do sindicato da fiação e tecelagem de Galópolis foi entrevistado Renato Dallagnol, que foi presidente desde a fundação da cooperativa e que permanece até hoje no cargo. Participante ativo do período da fundação da cooperativa pôde contribuir significativamente com este trabalho, pois, seu relato e a disponibilidade dos empréstimos das atas sindicais do período ajudaram bastante.

Como representante da direção da cooperativa foi entrevistado o atual presidente da Cootegal, Fernando Marchioro, que também participou da fundação da cooperativa e que ocupou o cargo por três gestões de vice-presidente e foi reeleito presidente da cooperativa.

Como representante crucial da formação da Cootegal foi entrevistado Luis Carlos Toniolli, o primeiro, e por três gestões presidente da Cootegal. Apesar de que com sua saída da presidência, o mesmo pediu desligamento da cooperativa no ano de 2011.

Como representante da comunidade foi entrevistado Lodovino Heker presidente do salão paroquial da comunidade de Galópolis, atuante nessa posição por mais de 18 anos. Seu Lodovino nunca trabalhou diretamente no lanifício, mas, tem uma vida de participação ativa na comunidade de Galópolis.

Outro entrevistado foi Dinarte Matté, que também participou da formação da Cootegal e que além de ter um cargo de contramestre na tinturaria, acabou por sair da cooperativa em 2015, tendo uma experiência em uma empresa laneira privada, como encarregado de setor, e que acabou retornando para a Cootegal novamente como funcionário. Sua experiência de troca de empresa contribuiu muito na elucidação de dúvidas com relação às diferentes experiências trabalhistas.

Com essa gama de possibilidades além de ter uma representatividade muito democrática, a mesma possibilitou analisar as percepções e interpretações sob diferentes experiências vividas e partilhadas pelos participantes.

3 CONTEXTO DA PESQUISA

Explicitar o contexto brasileiro é necessário para entender a trajetória histórica do objeto em estudo. As contribuições e consequências que tiveram as políticas migratórias governamentais do século XIX repercutiram principalmente no que tange à ocupação do território pela imigração europeia, no Sul do Brasil, como também as principais transformações quanto ao desenvolvimento da zona colonial italiana, onde se instalou a indústria têxtil objeto em análise.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Para melhor compreender o contexto histórico da comunidade que vive em Galópolis e as possibilidades que contribuíram para o desenvolvimento do bairro, onde se localiza a Cootegal, é necessário começar pela vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. A ocupação daqueles lotes tem a ver com a política de imigração e colonização imperial no século XIX.

Sob a regência de D. Pedro II, a colonização italiana se efetiva no Sul do Brasil, voltada à formação de colônias agrícolas, como objetivo de suprir as necessidades do mercado interno. Estima-se que de 1875 a 1914, 84.000 imigrantes italianos tenham vindo para o Rio Grande do Sul. (HERÉDIA, 2017).

A partir da possibilidade de se tornar proprietária de terras, a imigração europeia teve um significativo impulso, devido à cultura da posse da propriedade, como também do trabalho livre, que os imigrantes traziam para o novo continente. Conceitos e práticas que se fazem presentes muito fortemente até hoje, na cultura da Serra gaúcha, nasceram do ideário que foi construído pela imigração.

Em 1875, a colônia Caxias começa a receber imigrantes que se instalam nos lotes previstos pelo governo imperial e, alguns anos mais tarde, a colônia passa a ser sede da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. A emancipação dessa Colônia, ainda no regime colonial, ocorre em 12 de abril de 1884, contando com uma população de 10.591 habitantes. É importante lembrar que essa colônia é uma das quatro colônias oficiais definidas pelo governo.

Em 20 de junho de 1890, Caxias é elevada a município e, a partir dessa data, tem um rápido desenvolvimento econômico, que a destaca em relação às demais colônias. Com a criação do município, a zona rural fica integrada pelas normas que o Conselho Municipal cria, em relação aos aspectos econômicos, sociais e jurídicos.

Quanto à forma de colonização, o que atraiu os imigrantes eram as possibilidades de aquisição de terras, trabalho livre e de ascensão social, aspectos que eram valorizados pelos emigrantes, já que sonhavam superar as dificuldades deixadas na pátria, no Novo Mundo.

Não se pode esquecer que, em muitas áreas do município de Caxias, principalmente Galópolis, o relevo muito acidentado dificultava a produção de gêneros alimentícios, o que estimulava em parte as atividades artesanais. As divisões de terras para os imigrantes italianos, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, foram feitas em pequenos lotes, que formaram pequenas propriedades. Conseguiram, através da mão de obra familiar, fazer pequenos cultivos para a própria subsistência. Destaca-se principalmente a cultura do milho, trazida pelos emigrantes da pátria-mãe e incorporada ao cultivo no Novo Mundo, principalmente por ser a base da alimentação de muitos italianos. Depois, outros cultivos foram incorporados às práticas, como “centeio, cevada, feijão, batata-doce, a cana e a mandioca”. (HERÉDIA, 2017, p. 62). Também eram criados animais, como rezes, galinhas e suínos, embora a base da alimentação era a polenta, provinda do próprio cultivo do milho.

A média dos lotes coloniais era de 25 hectares, distribuídos entre potreiro, lavoura (cultivo e rotação) e parreiral. O desenvolvimento dos parreirais e seu excedente de produção deram vida à vitivinicultura, que passou a ser o principal produto de comércio. Dessa forma, as pequenas propriedades conseguiam, com mão de obra familiar, manter uma pequena propriedade, por meio de uma agricultura de subsistência, que comercializava seus excedentes de produção. (VALVERDE, 1975, p. 273).

Para ressaltar a importância da vila operária, em 1916, Hércules Galló, um dos proprietários do lanifício São Pedro, torna-se vice-prefeito da cidade. Naquele período também é “eleito como representante da zona colonial italiana na Assembleia Legislativa do Estado”. Esse fato demonstra a importância política de Caxias do Sul e da vila operária, que se localiza no *Vale del Profondo* (HERÉDIA, 2003, p. 57).



Vista parcial de Galópolis 1917. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul, 2017.

Uma das dificuldades que enfrentou a produção industrial dessa região estava principalmente, ligada ao transporte, dependia de rodovias que cortassem a Serra, já que devido à localização desse empreendimento. Por ser distante dos grandes centros consumidores, muitas vezes a questão do transporte sofria acréscimos nos custos, como ocorre ainda hoje. Não apenas a questão do produto final, mas também da produção da matéria-prima que, no caso do lanifício, tinha seus fornecedores de lã provenientes em sua maioria, da região da fronteira com o Uruguai e a Argentina, e também desses países vizinhos.

No início do século XX, o comércio era feito na base do escambo, com intermediários entre os produtores e o consumidor final, o que subsumiu o produtor que dependia diretamente dos comerciantes, que controlavam o transporte e o crédito, que também fortaleceu as casas comerciais em detrimento dos produtores, que cada vez mais dependiam desse crédito para se manterem. Mesmo depois do uso de moeda corrente em meio às trocas, o processo de dependência não mudou. As consequências foram sentidas principalmente incidindo sobre o êxodo rural, que permitiu aos empreendedores aproveitarem o excedente de mão de obra, nas indústrias caxienses. Dessa forma, pode-se dizer que “os setores industriais como o extrativista, o vinícola, o alimentício, a metalurgia, a mecânica e o têxtil constituíram as principais indústrias de transformação de Caxias do Sul”. (HERÉDIA, 2017, p. 85).

Quanto ao setor têxtil, a primeira tecelagem da qual se tem apontamentos localizava-se na 3ª légua, na Capela da Maternidade, é a *Cooperativa Têxtil Società Tevere e Novità*, fundada por imigrantes italianos provindos da cidade de Schio. Além dessa cooperativa, segundo Herédia (1997, p. 81), em 1899 no município de Caxias do Sul fundou-se a tecelagem Nossa Senhora de Pompéia, que produzia essencialmente colchas e fachas. Em 1917, foi fundado o lanifício Matteo Gianella, também nos arredores da cidade. Em 1929, a malharia Salatino e, a malharia Caxiense, em 1930 foi fundada a tecelagem de Scavino Bertuzzi, como também a tecelagem Marisa foram caracterizadas pela organização inicialmente manufatureira, mas que, após o impulso do comércio, puderam fazer sua expansão econômica.

Como aponta Herédia:

[...] Caxias apresentava uma série de fatores desfavoráveis à sua industrialização, entre eles a carência de certas matérias-primas para a indústria transformativa, situação geográfica não propícia a fontes de energia, distância dos grandes centros comerciais e portos de embarque. Porém soube aproveitar os elementos que dispunha para transformar essa zona no parque industrial do Estado, através da mão de obra abundante, barata e semi-especializada, representada pelos imigrantes europeus, como pelo espírito empresarial presente nas lideranças que conduziram ao resultado deste núcleo colonial. (HERÉDIA, 1997, p. 81)

Já na década de 30, no governo de Getúlio Vargas, após a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, o mercado interno e a produção industrial brasileira tiveram um grande impulso. A crise externa, que provocou falência de muitas empresas concorrentes ou fornecedoras de produtos industrializados para o mercado interno, como também a insustentável condição interna de ser um país que produzia apenas poucos produtos primários, principalmente matérias-primas, fomentou um choque, diretamente com a interrupção da demanda frente à crise, perdendo o seu estável mercado consumidor.

Enquanto isso, o mercado interno demandava produtos industrializados provenientes de importações, que, após o início do segundo conflito mundial encontravam uma série de desafios para poderem chegar até o País, mas que, nos países exportadores de manufaturados, muitas indústrias que agora tinham falido, estavam com suas máquinas à venda a preços irrisórios. O alargamento das políticas governamentais, voltadas para o desenvolvimento da indústria nacional, com a criação de vários setores e empresas públicas de amparo ao desenvolvimento industrial privado, a economia brasileira transformou-se, e o Brasil deu significativos passos culturais, econômicos e sociais, guiados pela mão firme do Estado.

Schawarcz e Starling, salientam:

A celebração da diversidade racial e cultural proporcionou ao país as condições para acertar o relógio com a cultura importada dos europeus e dos norte-americanos e colocar a originalidade mestiça no centro de seu investimento sociocultural para exportação. (SCHAWARCZ e STARLING, 2015, p. 379).

Pode-se perceber que o Estado teve papel fundamental nessa forma de desenvolvimento, sendo que, majoritariamente, a elite brasileira era conservadora no sentido econômico, como confirma Souza:

O liberalismo entre nós não surge como demanda de setores burgueses ciosos de garantir espaços de autonomia e ação contra uma ordem estamental e elitista. Dá-se aqui precisamente o contrário. O liberalismo passa a ser o ideário do mandonismo privado. (SOUZA, 2017, p. 12).

A partir disso, o governo de Getúlio Vargas causava riscos à hegemonia não só política como cultural, em oposição ao mandonismo privatista dos antigos proprietários, o que foi se agravando e que, com o passar do tempo acabou por levar Vargas ao suicídio frente à pressão conservadora. Foi também a tentativa de levar suas políticas à frente que posteriormente, desencadearam-se o golpe Civil-Militar em 1964 e a derrubada do governo de Jango. Com a chegada dos militares ao poder, houve uma sequência de ações políticas, no sentido de privilegiar o capital nas relações capital-trabalho e na manutenção do controle da população e da classe trabalhadora pelas instituições repressoras.

Atualmente, a economia do município de Caxias do Sul é muito variada, tendo 53,4% da atividade econômica representada pelo setor industrial, 29,6% representado pelo setor de serviços e 17% representado, pelo setor do comércio, principais setores econômicos do município. (SIMECS, 2015). Em particular, o setor têxtil conta com 676 empreendimentos no município, empregando 4.798 trabalhadores. (RAIS, 2015). Caxias do Sul conta atualmente com uma população de 435.564 pessoas, com uma renda média de 3,1 salários-mínimos para os trabalhadores formais, com um PIB *per capita* de 43.460,17 reais, segundo o IBGE, (2017).

O presente estudo refere-se essencialmente à história da indústria têxtil, o que mostra que as tecelagens em Caxias iniciaram-se, então, com a primeira cooperativa têxtil dos imigrantes fundada em 1894, na Capela da Maternidade como *Cooperativa Têxtil Società Tevere e Novità*, sendo o berço da atual Cootegal.

3.2 A SITUAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS 1990

A década de 1990 no Brasil foi uma década de grandes transformações políticas, econômicas e com consequências sociais. Um dos principais problemas ocorridos nas décadas anteriores e que passaram a impor um forte peso econômico na sociedade foi, principalmente, a grande inflação, decorrente dos desajustes econômicos ocorridos no final da ditadura Civil-Militar. A inflação, provocada por medidas de aceleração do crescimento, na fase final da ditadura, impactaram durante toda a década de 1980. Esse fator acompanhou os governos subsequentes e não conseguiu ser controlada após várias tentativas.

Anos se seguiram e diversas as tentativas de controlar a inflação se sucederam como fracasso. Foram inúmeros os planos, sendo o mais espetaculoso deles, o Cruzado, no governo Sarney (1985 – 1989). Todavia, ainda assim, em 1989, nos últimos meses do Governo Sarney, a inflação atingiu números fantasmagóricos: 84,32% ao mês. (MELO, 2010, p. 3).

A população brasileira, principalmente a mais pobre, pagava um preço alto, que era reajustado até duas vezes ao dia, nos supermercados. Havia muita insatisfação e ansiava-se por uma mudança nos rumos econômicos, que pudesse sanar a “sangria” inflacionária. Com isso, muitas foram as tentativas de controle da inflação, mas os principais planos econômicos não conseguiram enfrentá-la sem graves consequências. Ainda durante o governo de José Sarney (1985-1990), em fevereiro de 1986 instaurou-se o “Plano Cruzado”, que convertia a moeda corrente, o então Cruzeiro (1.000,00), para o Cruzado (1,00). Com isso também se congelou a maioria dos preços dos principais produtos: combustíveis, alimentos e até o preço do Dólar, tabelado na ocasião pelo governo. A demanda que estava reprimida aumentou, e os produtos foram se escasseando, esvaziando assim as prateleiras e já no segundo semestre de 1986, o plano expirou. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, não paginado).

Em novembro de 1986, após o insucesso do primeiro plano, é lançado o segundo plano econômico chamado “Cruzado 2”; o governo, na tentativa de conter o consumo, aumenta os impostos de alguns produtos, como combustíveis, em 60%, a energia elétrica em 35%, onerando ainda mais a população. Tentativa que logo também mostrou sua ineficiência. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, não paginado).

Um novo plano foi posto em funcionamento em junho de 1987, o “Plano Bresser”, que propunha um novo congelamento de preços, como também a retirada do gatilho automático de aumento dos salários, após a inflação atingir o acumulado de 20%. Desvalorizou-se a taxa de câmbio em 10%; para aumentar as exportações e obter mais receitas externas;

implementou-se também um corte nos gastos públicos, que não foi efetivado e, no final daquele mesmo ano, o então ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, pede demissão, com uma inflação de mais de 360%. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, não paginado).

O último plano implementado por Sarney foi o “Plano Verão”, lançado em janeiro de 1989; foi estabelecido um novo congelamento de preços e a troca da moeda de Cruzado (1.000,00), para Cruzado Novo (1,00). Foi elevada a taxa de juros, e proposto um corte de gasto para o governo, como também a retirada da correção monetária, mas que logo em seguida é retomada por outro dispositivo. Os preços aos poucos são descongelados, e a inflação alcança mais de 1900% no final do ano. (GENNARI, 2001; FOLHA, 2014).

A partir da eleição¹ do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1989, o Brasil passa a viver uma abertura econômica voltada para o mercado internacional, com a diminuição da atuação do Estado e, principalmente, sem um plano de médio ou longo prazo capaz de preparar as empresas brasileiras para competirem no mercado internacional, sem a devida e gradual adequação estrutural.

O governo Collor foi o primeiro grande passo de uma política de longo prazo; a política nacional passou por uma reforma estrutural na economia, no Estado e na política internacional. Essas mudanças estavam direcionadas pelos preceitos neoliberais. Gennari enfatiza:

O Governo Collor tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguia de perto as recomendações e diretrizes do chamado consenso de Washington. Implementou uma ousada política de privatizações e de liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias. (GENNARI, 2001, p.34).

A política do governo Collor estava alinhada ao novo momento internacional, quando o chamado “Consenso de Washington” era ideologicamente imposto via FMI e Banco Mundial, ao Brasil; suas determinações eram exigências, em troca de maiores empréstimos para os países de terceiro mundo. O Brasil vinha economicamente vivendo um período de instabilidade, onde a inflação impossibilitava a implementação dessa nova política de mercado; para isso o então governo Collor tentou desenvolver e implementar mudanças econômicas, com o objetivo de estabilizar a moeda.

¹ O então presidente Fernando Collor de Mello em 1989 fez uso de edições televisivas e manipulações em seus debates, para conseguir vencer a corrida presidencial, bem retratadas no documentário “Muito além do cidadão Kane”.

O primeiro plano econômico foi o chamado “Plano Collor 1”, implementado em março de 1990, voltando chamar a moeda de Cruzeiro, mas sem o corte de zeros, seguido pelo confisco das poupanças, contas correntes e de outros ativos financeiros acima de 50.000,00 Cruzeiros que foram congelados por 18 meses, recebendo a correção monetária de 6% ao ano. O congelamento dos ativos das pessoas provocou uma forte retração no consumo e, principalmente, na produção, também pelas facilidades dadas aos produtos importados, após a abertura do mercado interno para as importações. Isso retraiu as receitas tributárias do governo, dificultando ainda mais o balanço financeiro governamental. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, não paginado).

Devido às consequências do “Plano Collor 1”, em janeiro de 1991 é implementado o chamado “Plano Collor 2”, que tentou conter novamente os preços e os salários e com algumas medidas para incentivar a produção, que foi duramente afetada com as medidas do primeiro plano, mas que, em pouco tempo, demonstrou sua limitação, pois, após os confiscos, as pessoas haviam perdido plenamente a credibilidade no governo. Com a insatisfação tanto dos empresários como dos trabalhadores e sem apoio político, termina o ano de 1991, com a economia em rota de recessão, e a inflação acima de 470%. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, não paginado).

Além das catástrofes subsequentes de seus planos econômicos, para tentar conter a inflação, o governo Collor promoveu o início da abertura econômica, seguida depois pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, que implementaram ainda mais esse processo.

Com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, através de uma aliança do PSDB com setores mais à direita (como o PFL), o processo de liberalização e privatização realmente foi intensificado. A política econômica em relação ao setor externo passou a ser um elemento central de toda a política do governo, na medida em que, a política de estabilização, reconhecida pelo Governo como aspecto mais importante no curto prazo, - e na medida em que tem na âncora cambial seu aspecto decisivo, além da âncora salarial (via desindexação) - tornou deliberadamente a política econômica externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. (GENNARI, 2001, p. 38).

Em 1992, ocorre o processo de *impeachment* do então presidente Collor, devido a denúncias de corrupção, assumindo o então vice-presidente Itamar Franco. Na tentativa de resolver o problema econômico, um grupo de economistas, que já havia participado dos outros planos, colaborou com a elaboração do “Plano Real”.

Ainda em 1993, é feita a troca de moeda com o corte dos zeros, passando de Cruzeiro (1.000,00) para Cruzeiro Real (1,00); a principal mudança foi a implementação da Unidade Real de Valor, que funcionou como uma moeda de transição: os preços fixados em URV eram

reajustados diariamente, até conterem a inflação e passarem a usar a moeda Real de forma permanente, em julho de 1994. O alinhamento dos preços em URV controlou os reajustes que provocavam a inflação. Após isso, o consumo foi contido com a medida de restrição ao crédito, e o mercado interno estava mais aberto para as importações, que supriram as demandas. Quanto à posterior queda da inflação,

[...] a inflação acumulada no Brasil em 1994 ainda foi estratosférica: 1.093, 8%. Mas, já em 1995 foi drasticamente reduzida (14,7%). A partir de então, se estabeleceu em apenas um dígito: 9,3%, em 1996; 7,4%, em 1997; 1,7%, em 1998. Um sucesso não houvesse outros sérios problemas. (MELO, 2010, p.6).

O êxito desse plano levou à eleição do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso em 1994, dado o grau de estabilidade à economia do País e a credibilidade com suas políticas, mas era mais um governo interessado em manter a economia, sob os postulados do neoliberalismo.

Na sequência do desenvolvimento do Plano Real, foi disponibilizada a entrada de grandes capitais no Brasil; os principais investimentos estrangeiros foram no setor de serviços, fato que, posteriormente, causa um aumento nas remessas de lucro ao Exterior, consequência dos vastos pagamentos de assistência técnica e *royalties*, que as empresas brasileiras passaram a pagar; conseqüentemente, a necessidade de captar capitais no Exterior para tanto, ou seja, o plano foi sustentado basicamente por um programa de financiamento externo. Para que isso se mantivesse, técnica recorrente foi a de pagar juros mais altos do que os normais do mercado, para equilibrar a balança de pagamentos. “O Brasil contou com um exuberante montante de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), entretanto, tais investimentos concentraram-se em aquisições de empresas públicas e privadas nacionais, sobretudo no setor de serviços.” (GENNARI, 2001, p. 39).

Quanto à evolução dos cortes na tarifa nominal dos impostos de importação, implementados em cada setor, nas décadas de 1980/1990, pode-se ver a seguir como os cortes foram significativos, impactando assim na viabilidade de muitas empresas nacionais como, especificamente, no setor têxtil, que, no caso, impactou nas atividades do Lanifício Sehbe, como se pode ver, na tabela 1, a tarifa nominal de importação.

Tabela 1 Evolução da Tarifa Nominal de Importação (em %)

Setor	1985/88	1989/93	1994/97
Transf. de Prod. Min. Não-Metálicos	87,70	18,97	7,18
Metalúrgica	65,15	21,33	12,14
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material Elétrico e de Comunicações	91,73	34,69	18,31
Material de Transporte	105,53	40,65	24,69
Papel e Papelão	75,80	17,34	10,48
Borracha	95,58	37,12	12,63
Química	32,48	16,70	6,63
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	43,28	22,92	8,58
Perfumaria, Sabões e Velas	158,83	44,40	8,58
Produtos de Materiais Plásticos	142,93	34,79	16,38
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, Calçados e Artif. de Tecidos	166,55	45,31	19,55
Alimentícia	77,50	23,51	12,53
Bebidas	159,50	54,66	13,93
	176,10	60,55	10,16

Fonte: ROSSI e FERREIRA, adaptado pelo autor. Caxias do Sul, 2018.

Sendo assim, quem não se adaptou convenientemente ao mercado, naquele período, faliu ou incorporado por empresas maiores, muitas vezes estrangeiras. Essas políticas nacionais foram implementadas de acordo com uma proposta ideológica mais abrangente, o que evidencia as políticas nacionais e a política econômica neoliberal mundial.

Essas mudanças nas políticas econômicas causaram um grande impacto nas empresas, como também na atuação dos sindicatos e, posteriormente na legislação trabalhista vigente. Essas transformações segundo Carvalho, 1998, têm três fatores principais conhecidos:

- 1) a ruptura da simetria fordista entre a dinâmica da produção de mercadorias (bens e serviços) e a dinâmica do emprego;
- 2) as mudanças na qualidade e na composição da força de trabalho;
- 3) o processo de mundialização (caracterizado seja pela unificação do mercado através de sua progressiva transformação num espaço único de produção e de comércio, seja pelo emergir das empresas que atuam estrategicamente numa escala internacional).

“Todos os três fatores estão derrubando e enfraquecendo os tradicionais vínculos e ligações entre sindicatos e trabalhadores a partir do local de trabalho” (CARVALHO, 1998, p. 60). Sendo o processo neoliberal internacionalizado, as formas como antes eram articuladas as políticas nacionais e, as representações trabalhistas, as mesmas não respondem mais à altura das necessidades vigentes, entrando em crise essas instituições coletivas, em detrimento da liberdade do indivíduo.

Nesse contexto, é importante esclarecer que a proposta neoliberal é utilizada aqui, conforme postula Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2005, p. 12).

Já a década de 1990 é marcada, também, pelos rápidos e especulativos fluxos de capitais que são separados dos capitais produtivos e que “viajam” aos países de terceiro mundo para conseguirem o máximo de retorno em menor tempo possível. A prática do aumento das taxas de juros da dívida do País, acima do risco real e do rendimento aceitável para as condições econômicas do mesmo, são uma ferramenta ainda muito utilizada para atrair capitais especulativos ávidos por altos retornos em curto prazo. Essa prática comum é utilizada por países que possuem como característica ter seu modelo econômico dependente dos capitais externos.

Esse sistema, também caracterizado pelas incertezas criadas pelas possíveis fugas de capitais desses mesmos países, repercutiu na oscilação da cotação da moeda e nas taxas de juros elevadas, fato que ocorreu na crise do México, em 1994; na crise da Ásia, em 1997, e na crise da Rússia, em 1998. Como salienta Melo:

Somente em 10 de setembro de 1998, 2,6 bilhões de dólares saíram dos cofres brasileiros; como recursos para conter a sangria, o Banco Central elevou as taxas de juros colocando-as num patamar hoje inimaginável, 40,18%. Não tardou, o país bateu à porta do Fundo Monetário Internacional. (MELLO, 2010, p. 8).

Após as crises econômicas enfrentadas por vários países no final dos anos 1990, como consequência de implementações das políticas neoliberais, os órgãos internacionais e econômicos continuaram a manter seus preceitos neoliberais, reafirmando que as economias emergentes só estiveram em crise, devido à falta de abertura mais progressiva de suas economias, que no caso brasileiro vinha a calhar a proposta da adesão à Área de Livre Comércio das Américas, projeto estadunidense que só não foi implementado pela impopularidade que o governo FHC encontrou nos últimos anos de seu mandato, devido às medíocres taxas de crescimento econômico e aos crescentes índices de desigualdade social.

A política econômica neoliberal se caracteriza como uma nova política mundial globalizada, dados as novas implementações operacionais das grandes empresas multinacionais que, gradualmente, foram se transformando nas novas forças centrais desse sistema.

Os traços principais dessa nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processo de produção flexíveis e multilocais; baixo custo de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais. (SANTOS, 2002, p. 29).

O ponto central dessa ideologia neoliberal é representado pelo Consenso de Washington, um plano político-econômico que muito influenciou as políticas internacionais e nacionais, principalmente nas décadas de 1980/1990. O mesmo foi desenvolvido nos Estados Unidos e aplicado primeiramente no Chile, de Pinochet, mas tomou corpo internacionalmente, por ser uma política defendida por Margaret Thatcher na Inglaterra e por Ronald Reagan nos Estados Unidos dos anos 1980. Tinha dez regras básicas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimentos estrangeiros diretos, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, direito à propriedade intelectual, segundo Santos (2002).

Dessa forma, o princípio máximo a ser seguido foi o da soberania absoluta do mercado autorregulável, tanto nas relações internas quanto nas externas. Uma das medidas defendidas

pela cartilha neoliberal — a quebra dos poderes dos sindicatos — tentou assim reestabelecer o aumento nas taxas de lucros das empresas e, na medida do possível, acabar com o Estado de Bem Estar Social, ainda vigente, principalmente, na Europa ocidental, através das privatizações e da diminuição dos impostos. De forma geral, Santos (2002) corrobora essa tese e define as características neoliberais presentes globalmente:

A prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais; a recomposição territorial das economias e a consequente perda de peso dos espaços nacionais e das instituições que antes os configuravam, nomeadamente os Estados nacionais; uma nova articulação entre a política e a economia em que os compromissos nacionais (sobretudo os que estabelecem as formas e os níveis de solidariedade) são eliminados e substituídos por compromissos com atores globais e com atores nacionais globalizados. (SANTOS, 2002, p. 76).

Suas consequências, principalmente nos países em desenvolvimento, foram a médio prazo muito danosas para suas economias, principalmente para a Argentina, país que tinha nota máxima do FMI e que, no ano de 2002, viu sua economia desabar, comprovando assim a ineficiência econômica da proposta.

As consequências sociais da implementação das políticas econômicas neoliberais possuem impactos muito diversos. Na formação da própria identidade do trabalhador, a mesma passa a ser precarizada e regida por leis que favorecem o capital em detrimento do trabalhador, que fica totalmente exposto às demandas de mercado, o que provoca uma consequência psicológica, que reforça a ideologia neoliberal, que tem como base o conceito de indivíduo, como se o mesmo estivesse isolado do âmbito social, possuindo uma espécie de onipotência.

As formas de organização social e de representação de classe são enfraquecidas pela concepção individualista; também essa é mais uma consequência da hegemonia neoliberal e da falta de consciência de classe.

Outro aspecto importante, para que se possa analisar as práticas neoliberais, são às suas intencionalidades políticas e econômicas, quando tenta impor relações de livre competição, não levando em conta a dependência, principalmente, tecnológica entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, os quais, antes de chegarem a um patamar desenvolvido historicamente, usaram práticas econômicas pouco ortodoxas, e que agora impõem regras e instituições, como se as condições dos países em desenvolvimento fossem insignificantes no mesmo tempo/espaço de competição. Isso consequentemente pode levar a

resultados desastrosos em muitos casos, principalmente para os países em desenvolvimento. Como aponta Chang,

a resposta mais sucinta é que eles (os países desenvolvidos) não seriam o que são hoje se tivesse adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais “ruins”, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação- práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela OMC. (CHANG, 2004, p.13).

Os discursos e as imposições neoliberais têm suas formas de implementação que passam pelas mais diferentes instituições internacionais, com seus preceitos inflexíveis perante as distintas realidades dos países em desenvolvimento. Essas regras geraram as consequências que Chang denomina “chutar a escada”, pois pega emprestado do economista alemão Friedrich List, ou seja, os países desenvolvidos, após terem atingido um patamar elevado de desenvolvimento de suas economias, querem que os países em desenvolvimento adotem as regras do *Consenso de Washington*, antes de os mesmos se desenvolverem. Essa prática nem eles mesmos adotaram, e com isso impõem uma postura muito astuta da parte de quem já chegou ao topo, e agora pode “chutar a escada”, impedindo assim que os outros se desenvolveram.

De forma geral, pode-se dizer que as atuações das práticas neoliberais estão nos países, de forma que a

tendência geral consiste em substituir até ao máximo que for possível o princípio do Estado pelo princípio do mercado e implica pressões por parte de países centrais e das empresas multinacionais sobre os países periféricos e semiperiféricos no sentido de adotarem ou se adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que estão a ocorrer no centro do sistema mundial. (SANTOS, 2002, p. 39).

Pode-se então afirmar que o modelo neoliberal imposto aos países em desenvolvimento foi, e está sendo, um limitador do desenvolvimento de suas capacidades e perspectivas, tanto no que tange às estratégias econômicas e sociais, como quanto às possibilidades de potencializar internamente iniciativas capazes de contribuir com um desenvolvimento econômico e social que, possivelmente, poderia se impor à onda neoliberal internacional e que, dentro das relações políticas e econômicas efetuadas, de forma ideológica e desigual, impede muitas possibilidades de desenvolvimentos nacionais e regionais das economias ditas em desenvolvimento e, ainda, o faz impactando muitos setores produtivos, principalmente, na insustentabilidade de, no caso brasileiro dos anos 1990, da questão têxtil, mas, principalmente, no desmonte do Estado. Gennari explicita:

A substituição estrutural do chamado tripé de financiamento da acumulação (base do chamado nacional-desenvolvimentismo) por um outro tipo de configuração estrutural agora baseado fundamentalmente e quase que exclusivamente no capital financeiro internacional, cria novas e mais profundas formas de subordinação, com uma substancial redução das margens de liberdade decisórias tanto no que tange à elaboração da política econômica (conjuntura), quanto no que se refere à políticas de fomento e desenvolvimento de mais amplo fôlego (reformas estruturais e planejamento do desenvolvimento). Ou seja, a perda de autonomia e de poder decisório por parte do Estado Nacional é uma opção política e não uma derivação mecânica e irreduzível das mudanças nas estruturas do modo de produção capitalista em seu processo de globalização. (GENNARI, 2001, p.42).

Até o campo científico está sendo afetado pela hegemonia do pensamento neoclássico, segundo o autor sul-coreano. Chang que afirma:

Infelizmente, nas últimas décadas, mesmo a economia do desenvolvimento e a história econômica – dois subcampos da economia que dão grande relevância à abordagem histórica- foram abafadas pela predominância da economia neoclássica, que rejeita categoricamente esse tipo de raciocínio indutivo. A consequência funesta disso foi tornar a-históricas as discussões contemporâneas sobre a política de desenvolvimento econômico. (CHANG, 2004, p. 21).

Também para o teólogo Sung, a humanidade, com o desenvolvimento da modernidade, a criação de um mito, que posteriormente serviu para guiar as mais importantes teorias da economia política. O mito produzido na modernidade é que, dadas as possibilidades do grau de desenvolvimento econômico e tecnológico moderno, seria possível realizar todos os desejos humanos.

Assim, destacaram-se duas doutrinas político-econômicas capazes de, em um planeta, onde os recursos naturais são finitos, cada qual organizaria proposta com maior eficiência, para alcançar assim as possibilidades dessas realizações.

Uma dessas teorias econômicas foi o *capitalismo*, pregando que, para que fosse possível a realização de todos os desejos, deveria se ter uma economia de trocas livres, respeitando também as liberdades individuais, como a propriedade privada.

A outra teoria econômica foi o *socialismo*, que prega a coletivização dos meios de produção e a abolição da propriedade privada, sendo que o grande organizador da sociedade, de forma geral, é o Estado; assim é uma economia planejada.

Dessa forma, para os socialistas o empobrecimento e a miséria são irracionalidades econômicas. Já para os liberais não o é. Para os liberais, irracionalidade econômica é a má alocação dos recursos, em algo que ofereça baixa rentabilidade.

Esse mito moderno até hoje não foi devidamente desconstruído ou superado. Com isso, tratando do capitalismo liberal,

o ser humano com seus direitos e suas necessidades já não é o ponto de partida, mas sim o mercado. Aqueles a quem o mercado dá a possibilidade de exercer os direitos têm direitos; mas aqueles a quem o mercado exclui perdem os direitos. A inviolabilidade da vida humana imediata entra em conflito e é subordinada à inviolabilidade das relações sociais de produção. (SUNG, 1989, p. 111).

E, assim, esse autor diz ainda que a força das leis do mercado afeta de forma inexorável a vida humana.

[...] esta violência imposta pelas “leis do mercado” surge como exigência exterior à vida humana. Portanto, transcendente [...] estas características de transcendência porque é exterior ao homem é critério absoluto na hierarquização dos direitos humanos. (SUNG, 1989, p. 116).

Outro ponto importante é a “neutralidade” posta pela “ética de mercado”, o que estabelece um sistema econômico que não é julgado ou responsabilizado pelos seus atos, porque ele mesmo possui uma moral própria, que se diz neutra e, por isso, não pode ser julgada por outros sistemas. “As leis que regulamentam a atividade econômica tem plena autonomia em relação com a moral, gozam de neutralidade. A ciência da economia é neutra no que diz respeito à ética. Devemos superar o mito da neutralidade”. (SUNG, 1989, p. 90).

Da mesma forma, o mercado perfeito e transcendente, faz com que os seres humanos se adaptem a ele. “À medida que o mercado é perfeito e tem valor metafísico e transcendente, as necessidades dos homens tem que adaptar-se ao mercado e não o mercado à satisfação das necessidades”. (SUNG, 1989, p. 119).

Para trazer os seres humanos ao centro do debate e de uma proposta viável de vida sustentável para a nossa espécie, é preciso desconstruir e propor uma outra alternativa, conforme salienta esse autor:

Para superarmos o dualismo consciência x realidade, devemos partir da noção de que o homem é um ser “prático” um ser que trabalha, e não do homem como animal racional da tradição grega [...] é o modo como se trabalha ou o modo de produção que vai determinar a consecução ou não desses dois objetos. (SUNG, 1989, p. 99).

Portanto, esse modelo neoliberal, que nos constrange desde os anos 1990, e que mesmo afetado pelas suas consequências, que são as crises em seus vários sentidos (ambiental, social, econômica), ganha mais força por ser a “única saída viável” para os economistas ortodoxos e seus simpatizantes. Por isso, é preciso “pensar fora da caixa”, a partir de outros conceitos.

A teoria neoclássica como já vimos dissolveu o conceito de sujeito econômico anterior às relações mercantis. “O homem é sujeito como tal pelo movimento das suas relações mercantis”. O que implica que o homem é a ‘criatura’ das relações mercantis e não o seu criador. (SUNG, 1989, p. 118).

Com isso percebe-se melhor a profundidade das consequências das políticas econômicas que afetam e afetaram o Brasil, desde os anos 1990 e, em função disso, que houve tanto desemprego, miséria e desigualdade econômica, seguidos de pilhagens das matérias-primas renováveis e não renováveis, como também a exploração da mão de obra, cada vez mais precarizada e tratada como mera mercadoria.

3.2.2 O Contexto local: o município de Caxias do Sul

Na região onde se localiza o município de Caxias do Sul, polo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, as mudanças neoliberais são sentidas, principalmente, com a entrada de capitais externos, como enfatiza Herédia (2007), pois a economia é obrigada a se modernizar para poder competir no mercado global.

Nessa fase, chamada de competitividade — 1997 a 2000 encerrou-se a década marcada pelo processo econômico diversificado a partir da chegada de empreendimentos sustentados por capitais vindos de fora, em setores que até então eram mantidos por capital local, como foi o caso da instalação de *shopping centers* e das grandes cadeias de supermercados. (HERÉDIA 2007, p.112).

Segundo a percepção dos órgãos de representatividade industrial na região, há uma postura de reconhecimento e adequação às novas dificuldades impostas pelo mercado internacional, como também a política econômica que, em certa medida, mostrava-se danosa aos empreendimentos da região.

A avaliação do presidente da CIC demonstrou a preocupação com a política econômica, principalmente com a questão do câmbio. De acordo com Brum, o governo federal nesse período "reafirmou a continuidade da política cambial e buscou afastar as especulações e pressões em torno de uma desvalorização maior do real em face do dólar norte-americano[...] o próprio governo reconhece que demorou demais em intervir no câmbio e dar mais segurança aos investidores e agentes econômicos" esse autor diz ainda que "para evitar um colapso financeiro idêntico ao do México, o governo brasileiro teve de reduzir o ritmo de crescimento da economia, conter o consumo e elevar substancialmente as taxas de juros". (BRUM, 1998 apud HERÉDIA, 2007, p.122).

A decisão política posterior à emergência do real, de manter a moeda com sua cotação por alguns períodos fixa, eleva assim o poder de paridade da moeda nacional, agravou a situação fiscal de algumas empresas, dado o fato de as mesmas terem que concorrer de igual para igual no mercado internacional. Mesmo contendo tecnologias inferiores, também incidia sobre seus produtos o custo de uma moeda nacional valorizada, aumentando o preço final de seus produtos, e inviabilizando a competição nas vendas. Como salienta Melo:

Simultaneamente, alegando prejuízos em virtude da apreciação do Real, o empresariado industrial do país se mobilizava pela mudança da política cambial. A historicamente poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) chegou mesmo a organizar manifestações contra o Banco Central e sua diretoria; teve a seu lado como parceiros de protesto e co-organizadores de eventos, as duas maiores centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. (MELLO, 2010, p. 13).

A manutenção do câmbio fixo não teve boas repercussões para nenhuma das classes sociais, e provou ao longo do tempo, ser insustentável. Com a desvalorização do Real frente ao Dólar, passou-se a perceber a diminuição da pressão cambial que havia nos setores produtivos, aumentando assim, posteriormente, a produção interna e, conseqüentemente, baixando o nível de desemprego e das exportações. Nesse sentido, Melo comenta:

O fato é que em 13 de janeiro, mesmo antes que o BC o fizesse, o mercado estouraria limites e bandas que continham o valor do dólar. A moeda americana disparou até flutuar depois de uma desvalorização de 63% no mês de janeiro de 1999. (MELO, 2010, p. 15).

Para se ter uma ideia da diminuição dos trabalhadores no setor têxtil na década de 1990, segundo o Ministério do Trabalho, na Região Sul do Brasil, em 1992 o número de empregos no setor têxtil era de 52.766, diminuindo para 38.664, em 1994; para 29.482, em 1997, e só se recuperando muito pouco em 1999, com 31.033 empregos, conforme Melo (2010). Essa diminuição era enfrentada devido às políticas econômicas de abertura de mercado e valorização da moeda nacional, processo que se inverteu, só a partir de 1999, quando a política econômica brasileira adotou a cotação de câmbio variável. Mas seus resultados expressam-se também na produção da indústria têxtil, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 Produção física da indústria têxtil brasileira de 1992 a 1997 (em 1000 toneladas)

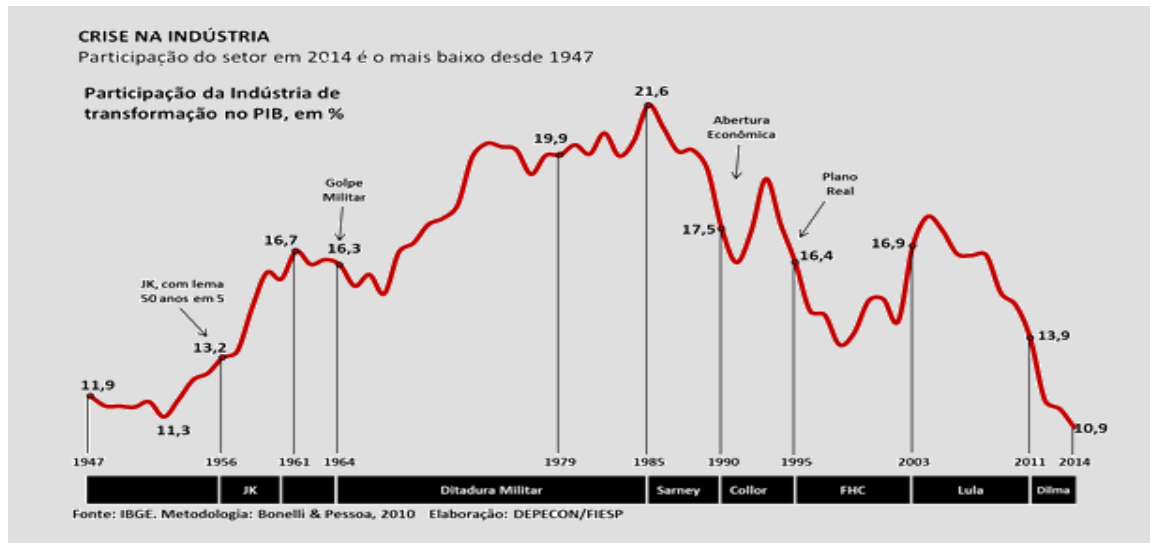
Ano	Beneficiamento	Fiação	Tecelagem	Malharia
1992	1.343.942	1.354.936	949.808	405.278
1993	1.382.598	1.394.511	1.003.231	453.016
1994	1.439.429	1.337.431	1.042.703	457.846
1995	1.213.197	1.155.943	839.472	413.858
1996	1.272.810	1.184.218	849.820	407.429
1997	1.189.000	1.156.000	734.000	426.800

Fonte: Adaptado de Massuda, 2006.

Nesse contexto, o lanifício também sofria as consequências competitivas da abertura de mercado, e as consequências do peso do Real frente ao Dólar, que, por um lado, diminuía os custos, pois a matéria-prima, no caso a lã, era precificada em dólar. Estando o Real apreciado, os produtos nacionais, como no caso do lanifício, tinham nessa época uma defasagem tecnológica na produção, que encareceu os preços dos produtos finais, como também os já desgastantes picos inflacionários. Estes pressionaram as taxas de lucratividade, e as consequências da abrupta abertura do mercado nacional a produtos importados. Esses fatores, ao longo do tempo, não foram amenizados e seus impactos contribuíram para a diminuição da taxa de lucro do lanifício.

Para melhor expor a dificuldade de expandir ou de até manter as taxas de industrialização do Brasil, pode-se ver, no gráfico a seguir, como, ao longo dos diversos governos, e, principalmente, depois da entrada definitiva das políticas neoliberais no País, por uma série de motivos não conseguiu manter-se no mercado mundial, somando-se assim as taxas de desindustrialização, que foram aumentando ao longo dos anos mais recentes, como mostra a figura abaixo.

Participação das Indústrias de Transformação em percentual no PIB brasileiro, de 1947 a 2014



Fonte: Fiesp, março de 2015.

Os fatos então foram se agravando frente às descritas medidas tomadas, na tentativa de manter a estabilização da moeda, mas que não levaram em conta a situação dos empreendimentos nacionais, no final dos anos 1990. Isso levou o Lanifício Sehbe a acumular dívidas e ter atrasos de salários constantes, sendo que alguns trabalhadores acumulavam mais de seis meses de atraso no período.

Outro fator importante é que a constituição e gestão do Grupo Sehbe tinha como modelo o de uma empresa familiar. Normalmente, as empresas familiares possuem, em sua forma de gestão, características como fortes laços afetivos, submissão, sensibilidade nas relações entre os participantes, que, muitas vezes, privilegiam a manutenção das relações existentes, em detrimento da eficiência, já que, na maioria das vezes muitos dos dirigentes fazem parte da mesma família sendo que um problema de trabalho pode afetar o âmbito social-familiar e, portanto, preserva-se um bom clima de trabalho, que pode estar em desacordo com a “eficiência produtiva” necessária, dada a alta competitividade do empreendimento.

Inicialmente, durante essa crise nos anos de 1998/1999, a relação entre o diretor do Lanifício, Alfredo Sehbe, e o presidente do sindicato, Renato Dallagnol, era amistosa, mas, com o passar do tempo, sem a empresa cumprir as promessas de quitação dos salários atrasados, foi se desgastando, apesar da boa vontade de negociar de ambas as partes.

O sindicato da categoria vinha negociando e postergando o recebimento dos salários, levado pela promessa de pagamentos futuros, mas que nunca chegavam. Quando perceberam

que o lanifício não tinha mais condição de reverter essa situação, o sindicato iniciou uma greve em abril de 1999, que desestabilizou de vez a situação produtiva do lanifício. Com as atividades do lanifício interrompidas, e os funcionários sem terem condições de se sustentar, começou a ser cogitada a formação de uma cooperativa de trabalho, ou de prestação de serviço, para reativar a produção.

20 ■ QUINTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1999 ■ PIONEIRO

ECONOMIA

■ SETOR TÊXTIL

Cooperativa controla o Lanifício Sehbe

Um grupo de trabalhadores assumiu ontem a administração e a produção da indústria localizada em Galópolis. A iniciativa se deve ao atraso nos pagamentos dos salários dos funcionários, que dura desde o ano passado

Caxias do Sul – Desde ontem, o Lanifício Sehbe SA voltou às origens e se tornou uma cooperativa de produção, formada por ex-funcionários da empresa, com a denominação de Cooperativa Têxtil Galópolis Ltda (Cootegal). O contrato de locação entre a empresa e o grupo de trabalhadores que assume a indústria começou a vigorar nesta quarta-feira, quando recomeçou a fabricação de lã. A entrega do parque fabril para administração dos operários ocor-



Alternativa: depois de diversas paralisações parciais e greve, os empregados passam a administrar a empresa

A origem do Lanifício Sehbe em Galópolis é uma cooperativa formada por tecelões italianos

be SA, Alfredo Sehbe. O presidente do sindicato, Renato Dall'Agnol, explica que os "trabalhadores gostariam de manter os empregos", mas como não foi possível pelas dificuldades financeiras da empresa, para ele "a cooperativa é uma alternativa viável". Mesmo assim, o sindicato vai continuar na luta até que todos os débitos trabalhistas e salários atrasados sejam quitados.

O Lanifício Sehbe se originou de uma cooperativa de tecelões italianos criada em 1894, em Galópolis. Passados 11 anos, o também imigrante italiano Hércules Galló assumiu o controle dos negócios. Em 1912, Galló se associou à família Claves Barcellos, que em 1928 comprou o controle acionário da empresa. O grupo Kalil Sehbe passou a administrar o lanifício em 1979. O parque fabril se localiza numa área de 55 mil metros quadrados, com uma planta industrial de 35 mil metros quadrados.

Em períodos de pleno funcionamento, a produção chegou a 50 mil metros mensais de lã, com uma previsão de faturamento de R\$ 600 mil. No mês de abril, a empresa tinha contratos de exportação para Argentina, Chile e Peru no valor de US\$ 400 mil. De acordo com Sehbe, apenas 10% desse total conseguiu ser cumprido, em consequência das paralisações e operações tartaruga efetuadas por funcionários, como forma de protesto pelos salários em atraso.

▼ O CONTRATO

O acordo entre lanifício e Cootegal:

- Locação pelo prazo de cinco anos, renovável por igual período
- Aluguel pago com 10% sobre o faturamento, desconto o ICMS, com três meses de carência
- A Cootegal abre inscrição a todos os funcionários do lanifício
- Cedência de fichas técnicas do processo industrial
- A Cootegal segue com a produção em andamento
- A Cootegal atenderá pedidos em carteira
- A Cootegal terá apoio da Sedai e da Ocergs

Fonte: Lanifício Sehbe SA

▼ A BUROCRACIA

Como constituir uma cooperativa:

- Reunir pessoas interessadas em formar a cooperativa
- Verificar condições mínimas necessárias para tornar empreendimento viável
- Elaborar proposta de estatuto
- Realizar assembleia geral de constituição
- Registrar na Junta Comercial
- Inscrever no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC)
- Publicar no Diário Oficial minuta da ata de constituição e do estatuto social
- Registrar na Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs)

Fonte: Sebrae

3X sem juros

Husqvarna: Tecnologia Profissional de Primeiro Mundo

Serra Elétrica 1625
Serra 16" - Ideal para serviços em madeira e trabalhos sítio

Poulan

1 + 2 de
RS 106,00
Total à vista ou à prazo
RS 319,00

Máquina de cortar grama JET 49
Motor 4 tempos - 2,5cv
Lâmina de corte 50cm
Indicador para nível de grama e lâmina em áreas maiores e úmidas

1 + 2 de
RS 147,00
Total à vista ou à prazo
RS 441,00

Roçadeira costal 225R
1,2cv - Bases vibratórias, sistema simples de manuseio e tubo isolado. Saco para coleta de folhagem e sementes para uso doméstico

1 + 2 de
RS 215,00
Total à vista ou à prazo
RS 645,00

Motosserra 51 com serra 15"
2,1cv - Sistema anti-vibração
Plus serviços em áreas úmidas

1 + 2 de
RS 245,00
Total à vista ou à prazo
RS 735,00

Lavadora de alta pressão Super Jet
Lava com eficiência e economia. 1,8cv - 120psi

1 + 2 de
RS 104,00
Total à vista ou à prazo
RS 312,00

Husqvarna Floresta e Jardim

AGRIMAR PRODUTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Husqvarna: os melhores preços, nas suas categorias. Compare e compreve!

Caxias do Sul: Av. Ruben Berto Alves, 751 - Fone (51)4229.3322 / **Caxias do Sul:** Rua João Jankes, 1122 - Fone (51)4223.7633
Ferreiros: Av. Santa Rita, 209 - Fone (51)4228.1700 / **Antônio Prado:** Rua Dr. Otávio Hanau, 170 - Fone (51)4295.1336
São Marcos: Rua 28 de Março, 911 - Fone (51)4291.1042 / **Nova Petrópolis:** Av. 15 de Novembro, 329 - Fone (51)4281.1345

Fonte: Jornal Pioneiro 10/06/99. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>. Acesso em: out. 2017.

4 A FUNDAÇÃO DA COOPERATIVA

Os primeiros passos para a formação da Cooperativa Têxtil Galópolis ocorreram após a greve realizada no lanifício em abril de 1999. A greve que começou após a insustentável situação dos trabalhadores, os quais já vinham suportando à quase um ano, os atrasos de salários, recebendo nesse período apenas vales como forma de remuneração e também, apesar das inúmeras tentativas de receber os atrasados, através das negociações entre o sindicato e a direção do lanifício.

Com a paralização dos trabalhos, a família Sehbe definitivamente não tinha mais condições de pagar os salários atrasados, o que inviabilizava a proposta de retorno ao trabalho, tanto por parte do sindicato, como por parte dos funcionários. As negociações seguiram na tentativa de chegar a um acordo, mas, definitivamente, a volta à antiga condição não foi aceita. O que poderia ser feito para garantir a retomada do funcionamento do parque fabril e a subsistência dos trabalhadores?

Muitas foram as inquietações e as inseguranças vividas pelos funcionários nesse período. Houveram muitas discussões e conforme iam surgindo as ideias, alguns debates sobre possibilidades, iam ocorrendo, até que, partindo do próprio presidente do lanifício o Sr. Alfredo Sehbe, ouviu-se falar na possibilidade da fundação de uma cooperativa. A ideia de formação de uma cooperativa, teve além da inicial busca, os necessários esclarecimentos por parte dos interessados, em relação as suas definições e os distintos modos de funcionamento.

Logo se chegou a duas principais possibilidades: Uma autogestionária e outra heterogestionária. Para melhor compreendermos essas possibilidades, entraremos nessas definições agora, bem como a definição geral de cooperativismo.

4.1 O COOPERATIVISMO E SUAS DEFINIÇÕES

Torna-se necessário citar o movimento de resistência dos trabalhadores, no caso o cooperativismo que nasce, em detrimento das más condições de trabalho. Desde a revolução industrial que deu força para o sistema capitalista de produção, as condições de trabalho afetam bilhões de pessoas, ferindo não apenas a sua dignidade, mas também, até seus parcos modos de subsistência. Trataremos assim, sobre a origem do movimento cooperativista, com suas definições legais e princípios e suas diferenças conceituais entre os tipos de gestões cooperativas.

Com o surgimento da sociedade capitalista, e suas duas principais revoluções, o processo de desenvolvimento e as relações de trabalho, transformaram os seres humanos em um mero apêndice das máquinas, expondo-os friamente a esse processo.

A Revolução Francesa colocou no poder aqueles que controlam os meios de produção, e a Industrial, com o advento de máquinas e equipamentos movidos inicialmente a vapor, possibilitou um parcelamento dos ofícios que antes eram exercidos pelos mestres-artesão e seus aprendizes, e fez do homem um mero apêndice da máquina, substituível tão facilmente quanto peças de reposição para manutenção. (SILVA; SOUTO, 2005, p. 52)

Com imposição da parcialização das atividades através de métodos produtivos baseados em um novo sistema onde ao contrário de antes, em que cada um realiza apenas uma pequena etapa de todo um processo necessário para a execução de um produto, ocorre a perda do saber e do controle dos trabalhadores sobre seus produtos,

O resultado fatal da quebra do saber fazer e da chamada divisão do trabalho muda o conceito de trabalho para o resto da história. Do significado de produzir para uso próprio porque tem utilidade para aquele que produz (trabalho concreto), o trabalho passa a ser fruto de uma relação social na qual perde-se a noção de como o objeto foi concebido. Na verdade, o trabalho do trabalhador é estranho a ele. Ele produz e não se apropria de sua produção. É trabalho estranhado, fetichizado. Seu produto agora tem valor de troca e não mais valor de uso, e, o que é mais importante, passa a contar com um intermediário na mercantilização do mesmo: o dono dos meios de produção, o capitalista. (SILVA; SOUTO, 2005, p. 53)

Como resultados principais desse sistema produtivo, temos, além do domínio do capitalista sobre a sua força de trabalho, também a extração da mais-valia, aqui entendida como trabalho não pago, que é apropriado dos trabalhadores de maneira obtusa, já que nesse sistema fragmentado, os trabalhadores sentem-se estranhados.

Nesse contexto são várias as formas de resistência impostas pelos trabalhadores na tentativa de retomar o controle de seu trabalho e de sua produção, é onde nasce o embrião dos primeiros sistemas cooperativistas e que até hoje estão presentes na sociedade contemporânea lutando por mais justiça e dignidade para seus associados.

Sendo assim, as cooperativas são empreendimentos com fins econômicos, mas não tem fins lucrativos, pois, são empreendidas para satisfazer as necessidades de seus cooperados, os mesmos podem ser apenas consumidores, trabalhadores, ou até mesmo produtores. Quanto a definição de cooperativa de trabalho, de acordo com a Lei 12.690/2012, art. 2º: é uma “sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho”².

Dessa forma, percebe-se como são amplos os aspectos ligados aos empreendimentos cooperativos e, para melhor explicitar os direitos e deveres dos cooperativados os mesmos estão explícitos no quadro abaixo:

Quadro 1- Principais direitos e deveres dos cooperativados

DIREITOS	DEVERES
Participar das assembleias gerais, da elaboração do estatuto e do regimento interno se for o caso, discutir e votar os assuntos que neles forem colocados.	Não se eximir das responsabilidades de participar das assembleias, das discussões e dos assuntos referentes à cooperativa.
Ter a possibilidade de fazer propostas sobre a cooperativa ao conselho administrativo ou diretamente na assembleia, sobre os mais diversos assuntos cabíveis.	Fazer o possível para contribuir seja com o seu próprio trabalho, ou com ideias administrativas, produtivas, ou de gestão, para contribuir para a prosperidade da cooperativa
Solicitar informações sobre os negócios da cooperativa, bem como consultar os documentos que julgar necessário.	Manter-se informado mesmo que não seja um membro delegado de algum conselho da cooperativa
Convocar juntamente com outros associados e associadas, e conforme estiver previsto no estatuto, a assembleia geral.	Participar ativamente dos processos de representatividade na gestão da cooperativa
Eleger ou destituir os conselheiros, conselheiras, diretores e diretoras em assembléia geral, de acordo com o estatuto.	Cumprir e respeitar as determinações acordadas nas assembleias gerais, no regimento interno e no estatuto
Demitir-se da cooperativa quando quiser.	Trazer à tona nas assembleias ou reuniões, questões que podem estar provocando desconforto ou insegurança para um ou mais cooperativados ou outro trabalhador
Respeitar a Lei 12.690/12, especialmente o	

² www.planalto.gov.br Acesso em outubro de 2017.

Artigo 7º, que fala sobre garantir direitos dos sócios sobre: retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo; duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, salvo exceções; repouso semanal e anual remunerado; valores superiores de retirada para trabalho noturno e trabalho insalubre.

Fonte: elaboração do autor, baseado na Cartilha da Unisol, Caxias do Sul, 2018.

Complementando também as informações quanto as nomenclaturas e suas adoções nos modelos burocráticos e organizacionais, os mesmos, são utilizados em suas práticas funcionais e definem seus termos de funcionamento. No Anexo A, foram listados conceitos necessários para a compreensão do estudo.

4.2 O COOPERATIVISMO TRADICIONAL

O cooperativismo no Brasil conta, atualmente, com centenas de cooperativas, em diversos segmentos do mercado nacional. No passado, as cooperativas, em sua maioria, emergiram do ramo agrícola; mais recentemente, o fomento de políticas públicas auxiliou no processo de formação de vários empreendimentos e, graças aos elevados ganhos financeiros bancários, é expressivo o número referente de cooperativas de crédito, no Brasil. As cooperativas tidas como tradicionais foram aquelas

[...]cooperativas agrícolas de caráter empresarial, [...], na década de 70 e o que pode ser observado ainda hoje. E apenas na década de 90 é que surgem as cooperativas de trabalho. Foi em 2002 que o governo brasileiro elegeu o cooperativismo como política pública relevante, apoiando e incentivando as iniciativas privadas tendentes à constituição e a manutenção de cooperativas, criando no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego...O que confirma a manutenção desses empreendimentos pelo Estado Nacional, que subsidia e controla, tutelando a criação e a manutenção das cooperativas em muitos casos. (MARQUES, 2010, p. 32).

As cooperativas tradicionais são associações voltadas para fins econômicos, que não necessariamente rompem ou comprometem-se, com alternativas teórico-práticas de uma ação política capaz de romper com a lógica heterogestionária, realizada nos empreendimentos privados capitalistas, muito influenciados, hoje, pela lógica neoliberal. As cooperativas

tradicionais, normalmente tem distorções em seu sistema de gestão, pois comumente ocorre a possibilidade de contratação de serviços assalariados ou terceirizados. Esses trabalhadores não fazem parte direta do empreendimento, e podem ter renda diferenciada dos associados; normalmente, esses empreendimentos têm como objetivo principal servir o mercado, em que a lógica financeira prevalece sobre as demais possibilidades. Mesmo sendo uma cooperativa na forma de organização, prevalece o princípio de heterogestão, comum às empresas capitalistas.

Quadro 2- Aspectos comparativos dos diferentes tipos de Cooperativas

Tipos de cooperativas	Tradicional	Autogestionária
Conceito	Sistema em que os trabalhadores organizados de uma forma individualizada e hierarquizada, são submissos às máquinas, aos intelectuais e/ou à burocracia administrativa.	Sistema em que aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo, tendo as informações necessárias e a consciência pessoal e grupal à cada ação proposta pela atividade.
Objetivos	Competição	Solidariedade
Tipo de gestão	Heterogestão	Autogestão
Características	<p>Possibilidade de contratação de serviços assalariados ou terceirizados;</p> <p>Hierarquia vertical quanto às concepções intelectuais das atividades;</p> <p>Hierarquia administrativa de forma vertical, em que há grande desproporcionalidade entre opiniões ou participação política dos comandantes em relação aos comandados;</p> <p>As informações, que tangem à compra de matéria-prima,</p>	<p>Todos os participantes são associados, podendo conter no máximo, de seus trabalhadores 1% sendo contratados como assalariados;</p> <p>Igualdade entre as pessoas, tanto no plano político como no plano social e econômico;</p> <p>As informações que tangem à compra de matéria-prima, à produção e venda dos produtos produzidos, são verbalizadas, discutidas e determinadas pelos participantes, pois os mesmos são mais que uma parte do todo.</p>

	<p>produção e venda dos produtos produzidos, não são divulgadas para os participantes, pois os mesmos são apenas incumbidos de cumprir tarefas específicas.</p>	<p>A tomada de consciência pelos associados, de que não precisam mais ter um patrão ou patroa, ganhando sobre seu trabalho.</p> <p>Os benefícios que antes eram para poucos agora são determinados pela maioria para todos, assim como as responsabilidades, ou seja, há horizontalização no processo que antes era verticalizado.</p>
Abrangências sociais	<p>Disparidade entre o <i>status</i> de direção e associados; grande diferença entre os privilégios da direção e dos associados;</p>	<p>Não há grande disparidade entre os diferentes <i>status</i>, independentemente da posição em que o associado se encontra; os associados normalmente sentem-se empoderados a participar de forma igualitária de opiniões e decisões políticas na comunidade em que vivem.</p>
Relações entre os associados	<p>Autoridade e coerção</p>	<p>Democráticas e de solidariedade</p>
Relações coletivas	<p>Relações hierarquizadas verticalmente, obedecendo ao poder da autoridade estabelecida, implementada de forma coercitiva, aos associados e funcionários.</p>	<p>Poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.</p> <p>Tanto os benefícios como as responsabilidades passam a ser de todos, de maneira mais abrangente e desconcentrada.</p>

Como são estabelecidas as decisões	A burocracia administrativa propõe um projeto ou uma decisão política; os associados votam as principais decisões em assembleias gerais, normalmente anuais.	Após comunicados com antecipação sobre um projeto ou possível decisão política, os associados se reúnem para ouvir as múltiplas possibilidades de discuti-las, para depois em assembleia geral, tomarem decisões, não tendo uma periodicidade definida, pois a frequência da mesma é definida de acordada com a demanda.
Remuneração	Renda diferenciada que depende da função e do cargo estabelecido; a repartição dos lucros e das sobras pode variar de um empreendimento para outro.	Renda igualitária não pode exceder a seis vezes a diferença entre o salário mais baixo e o mais alto; a repartição dos lucros e das sobras pode variar de um empreendimento para outro, mas, de maneira geral, são divididas de forma igualitária entre os associados.

Fonte: Elaboração do autor, com base na Cartilha da Unisol, Caxias do Sul, 2018.

No que tange à cultura fabril tradicional, alguns autores destacam heterogeneidade nas relações de trabalho e como as mesmas se acomodam aos jogos de poder, determinados nas relações entre a hierarquia fabril e os próprios trabalhadores.

Heterogeneidade nas experiências de proletarização, vindas de processos de trabalho muito distintos, no interior de uma divisão técnica de trabalho que vinculava, desigualmente, todos os níveis de qualificação e habilidades; vindas de uma divisão sexual e etária do trabalho industrial, a partir desta divisão técnica, que se acompanhava de uma construção de estigmas de gênero, de cor, de idade, de origem, determinando situações de exploração diferenciadas; vindas de formas de disciplinamento e organização do trabalho, formada na matriz escravocrata. (LOPES-DUARTE et al.,1987, p. 63).

Um órgão que também auxiliou a constituição da Cootegal foi a Organização das Cooperativas Gaúchas (Ocergs).³ A Ocergs⁴ está ligada nacionalmente à Organização das

³ Conforme relato de TONIOLLI, 2018 (ex-presidente), “depois tinha na época a Ocergs, que era o que não, ainda orienta as cooperativas. Então tinha pessoas aqui de Caxias que tinha envolvimento, foi contatado essas pessoas e foi montando a coisa tudo até que se concretizou a montagem da cooperativa”.

Cooperativas Brasileiras (OCB). Internacionalmente, a Cooperativa de las Américas (ACI Américas) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

4.3 O COOPERATIVISMO AUTOGESTIONÁRIO

Para avançar no cooperativismo e contextualizar suas possibilidades práticas, vários autores trazem suas contribuições, dado que a sua trajetória teve seu início no século XIX, como uma reação aos problemas socioeconômicos, decorrentes do advento do capitalismo principalmente na Europa. O cooperativismo pode conter autogestão em sua política e prática, assim sendo democrático, horizontal e, com isso, indo mais além do que apenas um empreendimento produtivo. Para Albuquerque (2003, p. 20), a definição de autogestão envolve o coletivo e o exercício de poder, podendo desenvolver outras estruturas organizativas.

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Cabe ressaltar a influência do órgão de apoio à organização e ao fomento das cooperativas nacionais, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag).⁵ No que tange à sua legislação, apresenta uma diferenciação distinta na classificação das cooperativas.

No que se refere à legislação, a Anteag tem como proposta diferenciar as cooperativas em autogestão das cooperativas tradicionais. As mudanças são principalmente a respeito dos membros das cooperativas. A ideia é limitar o número de não sócios da cooperativa a 1%, e que a diferença de salários não seja maior do que seis para um. Dessa forma, quando se usa a expressão *cooperativismo autogestionário*, considera-se essa prática um dos princípios que regem a igualdade no sentido político, social e econômico. Sendo assim, excede a questão

⁴ Como também ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no RS (Sescoop/RS) e com o Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP), tendo sua sede na rua Félix da Cunha, 12, em Porto Alegre e que mantém-se atuante até hoje.

⁵ Para que fosse possível a existência da cooperativa, o sindicato e os futuros associados contaram com a ajuda da Anteag, que ministrou-lhes um pequeno curso, segundo Dallagnol. (Presidente do Sindigal), 2017.

para além do fator econômico, envolve principalmente o fator político e social do grupo envolvido nesse modelo de organização.

Nesse sentido, um empreendimento cooperativo autogestionário não permite contratação de assalariados ou terceirizados, como, também, não possui nenhuma significativa distinção entre as posições de poder, de *status* social e de renda entre os trabalhadores de um mesmo empreendimento, igualmente como também na sociedade na qual a organização se desenvolve.

Dessa forma, os princípios do cooperativismo autogestionário ultrapassam a fábrica, e seu plano econômico estende-se ao âmbito social e organizacional. Esta é uma forma de prática democrática horizontal, capaz de possibilitar uma ação verdadeiramente participativa e inclusiva do cidadão e associado, tanto no empreendimento como na sociedade e nos círculos de decisões e de poder, libertando-os das amarras de um sistema baseado no modelo econômico liberal, que subordina todas as outras questões da vida no Planeta às suas teorias econômicas.

Para entender as questões políticas, sociais e econômicas, que serão desenvolvidas no mundo contemporâneo, baseado numa economia neoliberal, fez-se uso das contribuições de Karl Polanyi (2012). Inicialmente, é importante a compreensão do termo *incrustação*, pois expressa a ideia de que a economia não é autônoma como pressupõe a teoria econômica liberal, mas subordina-se à política, à religião e às relações sociais. Com isso, ao contrário do padrão histórico de subordinação da economia à sociedade, que pressupõe um sistema autorregulado de mercado, como proposto por Malthus e Ricardo, o mesmo exige subordinação da sociedade à lógica de mercado. Isso significa nada menos do que dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado e nada mais. Em vez de a economia estar incrustada na lógica das relações sociais, para Polanyi (2012), são as relações sociais que estão incrustadas na lógica do sistema econômico de livre-mercado. Como fica evidente, na citação, o uso da terra e sua relação com o homem

[...] é apenas uma entre muitas funções vitais da terra [...] Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. (POLANYI, 2012, p.199).

Seguindo os passos para compreender a ficção do livre-mercado, três pontos são importantes na análise do autor quanto ao que ele denomina de *ficção* e se apoia à base do livre-mercado. A ficção está no fato de a terra, o trabalho e o dinheiro não poderem ter seu preço definido pelo livre-mercado, pois o

trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho da terra e do dinheiro é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2012, p. 78).

Para este autor, devido ao agravamento da capacidade destrutiva do funcionamento do livre-mercado, o mesmo pode destruir fisicamente o homem e transformar seu ambiente num deserto; porém à medida que as consequências e o descontrole da lógica de livre mercado ficam evidentes, as pessoas vão criando resistência e recusando-se a se auto destruírem. Como alternativa, contestam e negam a lógica da autorregulação para se salvarem e também salvarem a sociedade e a natureza diretamente imbricadas na constituição e manutenção da vida.

A partir disso, o próprio autor aponta a possibilidade de construção de muitas alternativas quanto às diferentes formas de desenvolvimento, que poderiam surgir, como o movimento de autogestão, como uma das alternativas possíveis. Também faz a menção ao período entre guerras mundiais, em que há ascensão do fascismo, como resposta às consequências do agravamento do mercado liberal. Também há incapacidade da resposta socialista de apresentar soluções para a crise. Com as tensões aumentando a ponto de dar vez à tomada de poder pelo fascismo, apresentando-se esse como outra possibilidade de romper com o livre-mercado, e também com a democracia, emergindo assim, como uma terceira via.

Para complementar, Polanyi (2012, p.50), não sugere apenas o capitalismo ou o socialismo como alternativas possíveis, diante de muitas, já que, para ele, os mercados podem se incrustar de diversas formas, pois há diversas formas distintas de pensar, “[...] a ausência de motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência do princípio do menor esforço; e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas”.

Nesse raciocínio, a comunidade de Galópolis, nos anos 90, sentiu as pressões e os impactos que as práticas de uma economia de livre-mercado produziram em seu meio, quando houve a falência de um modelo que se baseava em ficções e na emergência de um processo econômico de livre-concorrência, capaz de levar as possibilidades humanas ao seu extermínio. Vivendo em um ambiente que serve à lógica de livre mercado, e que, cada vez mais, com a ampliação dessas bases ideológicas, onde ficam evidentes suas consequências, pode-se

perceber principalmente, no mundo do trabalho, como as constatações de Polanyi são verdadeiras e ao mesmo tempo insustentáveis, pois as transformações e suas consequências, que vêm ocorrendo ao longo dos anos, como a precarização do trabalho e o desemprego crescente, juntamente com as ondas de imigração forçada, corroboram sua análise.

Na verdade, o trabalhador não tem qualquer segurança no seu emprego sob um sistema de empresa privada, uma circunstância que envolve grave deterioração em seu status. Acrescentemos a isso a ameaça do desemprego em massa, e a função dos sindicatos profissionais de se tornar moral e culturalmente vital para a manutenção de padrões mínimos para a maioria do povo. (POLANYI, 2012, p. 253).

Nessa afirmação, percebe-se como atualmente as forças sindicais estão desmobilizadas e desacreditadas, dado ao poder ideológico da teoria neoliberal na cultura contemporânea. Logo, em um contexto que compromete a vida humana e a própria sobrevivência de distintas formas de vida no Planeta, é importante que haja outras alternativas capazes de suprir as demandas sociais, econômicas e ambientais da vida, como aponta Alves

Para além de uma ótica economicista, a crise do Capital em sua fase de decadência histórica é, de fato, hoje, a “crise de civilização” que se expressa com vigor na degradação do metabolismo social homem-natureza: seja a natureza humana é expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e vítimas do adoecimento físico e mental; seja natureza natural com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática. (2013, p.41).

Para pensar a importância das relações sociais na tomada de consciência, quanto à forma como o fetichismo da mercadoria traz consequências frente aos tipos de relações sociais que estabelecemos uns aos outros, e as impossibilidades nesse contexto que muitas vezes, são capazes de tornar os cidadãos conformados com uma vida de consumo e satisfação imediata. Alves explicita:

Com a disseminação intensa e ampliada de formas derivadas de valor na sociedade burguesa hipertardia, o fetichismo da mercadoria e as múltiplas formas de fetichismo social tendem a impregnar as relações humano-sociais, colocando obstáculos efetivos a formação da consciência de classe necessária e, portanto, à formação de classe social do proletariado. (2013, p.41).

Assim, quando os associados citam em suas entrevistas a expressão “virar patrão” demonstram a falta de consciência de outras possibilidades de consciência e de atuarem como de perceberem outras formas, além do sistema capitalista heterogestionário no qual estiveram imersos e que, portanto, não é possível restringir à análise do lanifício apenas aos aspectos econômicos, tentando estabelecer hipóteses e correlações explicativas baseadas em outros

aspectos culturais da comunidade, que contenham a lógica ou os preceitos capitalistas inerentes à cultura de Galópolis. Esses aspectos serão aprofundados e analisados mais adiante.

Para contextualizar o surgimento e o desenvolvimento do modelo denominado de autogestão, segundo alguns autores, teve início na França; posteriormente, suas ideias se estenderam a muitas outras regiões, onde, marcadamente, esteve presente o pensamento de Proudhon, que influenciou muito os movimentos de autogestão.

O operário francês Pierre Proudhon (1809-1865) é considerado por alguns autores como sendo o “pai” do conceito atual de autogestão. (MOTA, 1981), como um desses autores, argumenta que ele (Proudhon) deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas ações políticas... Proudhon considerava a propriedade um roubo, que resultava na produção e tirania do homem pelo próprio homem, acreditando na intervenção revolucionária permanente da classe operária. Também defendia o trabalho de forma autônoma, sem chefes nem patrões, principal premissa para a constituição de uma democracia industrial. (COSTA, 1981 apud DIAS, 2011, p. 36).

Proudhon é considerado um pensador revolucionário, um crítico do sistema capitalista, que auxiliou a tomada de consciência de operários, os quais perceberam, de certa forma, a usurpação dos meios e de si próprios pelo sistema de apropriação como qual a propriedade privada tomava o que antes era público, e a possibilidade de construção de uma nova forma de desenvolvimento organizativo.

Na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial e suas consequências, ocorreram movimentos autogeridos, por parte dos trabalhadores, devido às suas péssimas condições de trabalho e também à sua subjugação à frequência nas tarefas determinadas pelo ritmo das máquinas, sendo a mais significativa das ações o movimento owenita.

O movimento owenita não foi originalmente nem político nem da classe trabalhadora. Ele representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, de descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina. Na sua essência, ele visava àquilo que pode nos parecer como um desvio do capitalismo [...] O owenismo foi uma religião da indústria, cujo portador era a classe trabalhadora; sua riqueza de formas e iniciativas não teve rival. Ele foi, praticamente, o iniciador do movimento sindicalista moderno. [...] Foram precisamente os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado, e pessoas pertencentes à vários extratos econômicos, inconscientemente, conjuraram forças para conjurar o perigo. (POLANYI, 2012, p. 189).

Dessa forma, aponta Polanyi para o movimento owenita, como sendo uma possibilidade ímpar dada à importância do social em relação ao econômico, uma alternativa no contexto de emergência do livre-mercado. Com o passar dos anos, muitos outros casos ocorreram, principalmente em momentos de crise do sistema capitalista, ou quando pessoas e

países sofreram as consequências do livre-mercado, como no caso espanhol. Posteriormente, dadas as dificuldades econômicas, políticas e sociais, na Espanha, no período entre guerras, foram propícias para o surgimento de iniciativas de autogestão. Assim, surgiram iniciativas mais no oeste da Europa, como é pontuado o período da guerra civil espanhola.

A partir de julho de 1933, até maio de 1939, a guerra civil espanhola, uma disputa dentre a república e a monarquia que envolveu a população espanhola, com o ganho das eleições por parte dos republicanos, os monarquistas tentam um golpe para tomar o poder e, algumas cidades resistem, onde as mesmas para funcionar, acabam por se organizar como Os sistemas de transporte foram assumidos pelos trabalhadores, depois o de comunicação. De modo geral, todos os serviços públicos estavam funcionando. Muitas empresas foram abandonadas por seus donos e os trabalhadores as assumiram e no campo ouve uma ampla coletivização das terras. Cerca de oitenta por cento do território espanhol funcionava em autogestão. A coletividade era dirigida por um Conselho de Empresa assessorado por uma comissão técnica. (TRAGTENBERG, 1987, p. 45).

Atualmente, pode-se falar do desenvolvimento que veio a se complementar na Espanha, como o conhecido complexo de Mondragón e sua abrangência; é referência no movimento cooperativo mundial que, segundo Reis (2003), é composto por 103 empresas, fundado inicialmente com a abertura de uma escola politécnica em 1943 e atuante até hoje. O mesmo apresenta-se como um sistema cooperativo entre a empresa principal Ulgor e suas subsidiárias, contando com mais de 30.000 associados.

As iniciativas de autogestão, principalmente no leste, após a Segunda Guerra mundial, sofreram forte influência por parte do comunismo soviético. Já para Marques (2010), a autogestão se restringe ao sistema capitalista de produção, e a ele se condiciona. Dentro de suas possibilidades, é uma forma mais democrática de poder, mas que, segundo esse autor, não rompe com o sistema capitalista de produção.

[...] atenta para o fato de que não há organização que não esteja inserida no sistema capitalista de produção, o que condiciona as relações externas e internas de poder[...]A forma de gestão é o elemento fundante da diferença das relações de poder estabelecidas nas organizações. As formas de gestão coletiva e a autogerida estão vinculadas às relações democráticas de poder, ao contrário de heterogestão, da gestão participativa ou da co-gestão que se relacionam com relações de poder baseadas em última análise na autoridade e na coerção. (MARQUES, 2010, p. 26).

Sendo assim, a autogestão é um passo importante, que ocorreu tanto dentro do capitalismo, como no comunismo; para alguns autores tem um alcance limitado, já que está inserida num sistema maior de dominação e, por isso, sofre as consequências e as impossibilidades de cada sistema. É capaz de ser a emergência de uma prática igualitária, que tem dessa forma, uma práxis limitada de igualdade entre as pessoas.

Quadro 3- Comparativo dos Modelos de Autogestão

Autor/ Referência	Período/ Abrangência	Conceito	Local	Participantes	Características	Ramo econômico	Tipo de relações políticas do grupo	Tipo de relações políticas do indivíduo
Pierre Proudhon	(1809-1865) Pré- Revolução Industrial Francesa	Organização autogestionária, horizontal, revolucionária; se propõem-se a coletivizar a propriedade privada	França	Trabalhadores assalariados desprovidos de capital	Revolucionário; Propriedade privada considerada roubo; Defendia o trabalho de forma autônoma, sem chefes nem patrões, principal premissa para a constituição de uma democracia industrial	Ramo industrial	Conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas ações políticas...	Revolucionárias e totalmente horizontais sem intermediários
Owen	Revolução Industrial inglesa	Organização de cunho social autogestionário, com formas variadas, voltado para a proteção do povo comum e dos assalariados	Inglaterra	Povo comum	Representava os anseios do povo comum, esmagado pelo surgimento da fábrica, que tentava descobrir uma forma de existência que tornasse o homem senhor da máquina; Visava àquilo que	Ramo industrial	Cada comunidade forma grupos de ajuda coletiva, federalizando em todo o Planeta	Revolucionárias, mas hierarquizadas; através das práticas sociais os homens podem ser educados e criar laços reais entre o indivíduo e a comunidade

					pode nos parecer um desvio do capitalismo			
Revolução Francesa	1789-1799	Processo social e político que possibilitou a queda da monarquia e a ascensão da burguesia	França	Cidadãos franceses	Com a queda da monarquia, emergem a burguesia e a divisão do poder nos chamados três estados	Nos empreendimentos econômicos onde a burguesia destaca-se	Princípios de Liberdade e Igualdade e Fraternidade, Declaração dos Direitos dos Homens	Revolucionárias, horizontais, tentando conter pela força o estabelecimento da hierarquia
Iugoslávia	1950-1990	Organização autogestionária, institucionalizada pelo Estado; propôs-se a ser uma alternativa ao stalinismo soviético	Iugoslávia	Partido Comunista iugoslavo	Forma de organização do trabalho em que os indivíduos são responsáveis pela realização de tarefas específicas, não importando o tipo de tarefa nem a sua extensão; instaurada de cima para baixo, tem a participação de, no mínimo, um membro do partido; em cada organização	Apresentando-se em diversos ramos econômicos, sem nenhum em específico	Relações de cooperação com grande influência do poder exercido pelo partido único, como também pela burocracia tecnicista presente nos empreendimentos	Indivíduo associado participativo, mas por relações definidas e hierarquizadas pelo partido único
Complexo	1943 atuante	Organização	Espanha	Associados	Modo associativo que	Ramo industrial,	Há hierarquias	Associativa e

Cooperativo de Mondragón	até hoje	autogestionária, que se propõe a criar e desenvolver empreendimentos cooperados complexos, com alto grau de dependência e cooperação entre si			perpassa a concepção de empresa única trabalhando sozinha, associando-se à outras empresas que complementam ou viabilizam suas produções, o que possibilita produções e produtos mais elaborados	financeiro e de distribuição	formadas pela Assembleia Geral, Gerência e pelos conselhos Reitor, Social e da Direção	hierárquica tanto internamente quanto externamente, no seu processo de associação entre as cooperativas
Economia solidária	A partir da década de 1990, até hoje	A economia solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizado sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade	Brasil	Associados	Parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. <i>Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos;</i> posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão	Generalizado, mas tendo uma tendência a ocorrer em ramos subvalorizados ou precarizados	Estabelecimento de relações de solidariedade prioritárias em relação a outras formas de relações econômicas	Revolucionária, horizontal e solidária

		coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou do empreendimento. (segundo a Cartilha da Unisol, 2015)			democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado), ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperado, mediante critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado sobras) também por critérios acertados entre todos os cooperadores			
Justa trama	2005 até hoje	Cadeia produtiva solidária ou rede de empreendimentos econômicos de economia solidária	Brasil	Associados	Rede autogerida com livre-proposição de seus associados; opera de acordo com os princípios da	Setor Têxtil	Relações democráticas, justas e solidárias tanto internamente quanto com outros	Associativa, democrática e solidária

					economia solidária		elos da cadeia	
--	--	--	--	--	--------------------	--	----------------	--

Fonte: Elaboração do autor, com base na Cartilha da Unisol. MISSIO, 2010; LOCKS FILHO; VERONESE, 2012; MARQUES, 2010; HENRIQUES, 2013; CARVALHO, 2012. Caxias do Sul, 2018.

Quando se fala em autogestão, no Brasil há a economia solidária; sua definição, pois traz como proposta a possibilidade de valoração da solidariedade, em detrimento da competição, colocando-se também como uma alternativa frente ao sistema capitalista.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho... O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.* A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado sobras) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 13).

Dessa forma segundo esses autores, a economia solidária é uma possibilidade de desenvolvimento alternativo, capaz de introduzir uma pequena mas significativa alternativa na vida e nas práticas dos envolvidos.

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores por exemplo. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 28).

Os princípios básicos da autogestão segundo a Unisol⁶ são:

1 Reunião de trabalhadores ou populações carentes em busca da geração de trabalho e renda, com dignidade;

2 Organização por meio de iniciativas coletivas, cuja estrutura jurídica se dá, prioritariamente, por meio de cooperativas ou associações, sendo admitidas, extraordinariamente, outras modalidades de pessoas jurídicas, desde que atendam aos princípios da autogestão e estejam inseridas em um processo de desenvolvimento sustentável e solidário, bem como observem, rigorosamente, os termos do Estatuto Social e justifiquem a escolha;

3 Realização de reuniões ou assembleias, periódicas e frequentes, ao menos uma a cada 60 dias, nas quais deverão ser apresentados, dentre outros assuntos, a prestação de contas da entidade, contando-se com a participação obrigatória dos seus associados a fim de assegurar, efetivamente, a real participação de todos nos destinos do empreendimento;

⁶ Site Unisol Brasil. disponível em:

<<http://www.unisolbrasil.org.br/quem-representamos>>. Acesso em: 8 set. 2018.

4 Distribuição equitativa dos ganhos do empreendimento, impondo-se limites razoáveis e justificáveis às diferenças entre os menores e maiores rendimentos de cada qual dos seus integrantes;

5 Visão de longo prazo para o empreendimento, de tal maneira a gerar iniciativas viáveis, econômica e socialmente, não apenas para as atuais, mas também para as futuras gerações;

6 Preocupação permanente com o meio ambiente em geral e com a melhoria contínua das condições de trabalho;

7 Investimento permanente em educação e formação de seus integrantes e, quando possível, dos familiares destes;

8 Envolvimento dos familiares e da comunidade próxima com o empreendimento, de forma a gerar também a transformação cultural, econômica e social da realidade regional;

9 Apoio vigoroso a outras iniciativas que venham a necessitar de auxílio, de maneira a consolidar, na prática, uma rede de solidariedade entre os empreendimentos.⁷

Nesse período, alguns órgãos e associações auxiliaram a emergência da economia solidária. Os que mais tiveram intenso e significativo trabalho, como salienta Singer (2003, p. 259), foram “a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias – ANTEAG e da União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo - UNISOL Cooperativas”, como também as incubadoras universitárias, a Unitrabalho e a Agência de Desenvolvimento Solidário.

4.5 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE GALÓPOLIS

Fundado inicialmente como Associação Profissional de Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, posteriormente, no ano de 1942, resultou no Sindicato dos Mestres, Contramestre e Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Galópolis.

Um passo muito importante dado pelo governo de Getúlio Vargas, na época, foi a implantação da legislação trabalhista. A vinculação do Sindicato ao Estado teve seu caráter autoritário e paternalista, uma vez que houve o controle dos sindicatos, através

⁷ Idem.

do Ministério do Trabalho, como também do imposto sindical obrigatório. A criação dessas instituições mediadoras, impostas pelo Estado, vieram com a função social de institucionalizar ou homogeneizar os diversos atores e interesses, privilegiando o formato estadista.

O sindicato por anos teve uma postura assistencialista. Em 1945, com mudança na diretoria, passa a ser mais atuante, discutindo questões sensíveis: férias e demissões dos funcionários, com a direção da fábrica. Naquela época, mais da metade dos funcionários do Lanifício eram associados do sindicato.

A negociação dos salários teve várias fases. “No ano de 1948, ocorreu o primeiro dissídio coletivo e nessa fase a fábrica concedeu um aumento de 35% sobre os salários vigentes, sob uma série de condições registradas na justiça do trabalho.” (HERÉDIA, 1997. p. 223).

Ainda nos anos 1950 vinha se refazendo o mercado internacional, que, com o aumento e a saturação de produtos pelo excesso de produção, aos poucos, não mais conseguia alcançar equilíbrio entre as potências industriais. (CARVALHO, 1998. p. 68).

Com o equilíbrio dos países industrialmente avançados, construído depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico em si não produzia mais aumento de emprego; o desemprego (junto com o meio ambiente) chega a ser o problema central do século, a sua permanência se traduz em exclusão social.

Como consequência da abertura econômica que o país enfrentou, na década de 1990, principalmente por não ter preparado os sistemas nacionais com políticas mais gradativas, tanto no que tange às empresas e, principalmente, no que corresponde aos trabalhadores, estes sentem massivamente a ruptura das medidas econômicas nacionais, com a inserção de forma abrupta da concorrência no mercado internacional, conforme descreve Carvalho. (1998, p. 170-171).

Esta particular forma de evolução das relações de trabalho foi rompida nos anos 1990. A opção política adotada, no início da década, passou a forçar alterações no sistema nacional de relações de trabalho. A abertura econômica do governo Collor induziu um movimento de racionalização produtiva forçada, que, na ausência de uma política industrial, se traduziu em posição defensiva das empresas e a redução da capacidade produtiva foi acompanhada de modernizações tecnológicas e organizacionais, convergentes com as tendências internacionais.

Em um primeiro momento, esta conduta das empresas representou redução abrupta e acentuada do nível de emprego e uma postura reticente em relação aos sindicatos. A exclusão social, principalmente nos grandes centros industriais, produzida pelo desemprego, é o grande ponto de contato entre as demandas das empresas e os sindicatos dos trabalhadores.

Não é fácil, portanto para os sindicatos, construir uma resposta estratégica ao desemprego, ao mal estar social, às diversidades presentes no 'universo dos trabalhos'. A única coisa certa é que as respostas para este desafio não podem ser tradicionais. (CARVALHO, 1998, p. 80).

Esse autor entende que houve, “dentro da globalização da economia a dimensão universal dos direitos humanos, dos direitos sindicais, dos direitos de cidadania, através de uma ação de solidariedade global”. (CARVALHO, 1998, p. 84).

Durante a fase de insustentabilidade do Lanifício Sehbe e da fundação da cooperativa, o sindicato teve papel determinante como já descrito no capítulo 3, pois, após a instalação da greve e a incapacidade do Lanifício de pagar seus atrasados e retomar suas atividades, surge também a necessidade de manter empregados os ex-trabalhadores e associados do sindicato. Com isso, houve a possibilidade de se organizarem para a elaboração de alternativas produtivas, como meio de sustento dos trabalhadores que, então, estavam desempregados. Pode-se perceber como é importante e fundamental o papel desempenhado pelos sindicatos, que se estende além dos assistencialismos ou das negociações coletivas é o intermediário entre a fábrica e os trabalhadores. Realmente são representantes dos trabalhadores, até e depois de os mesmos estarem desempregados. Entende-se que esse seja o verdadeiro papel à que cabe a atuação sindical, uma preocupação que vai além da manutenção do emprego privado. Se os sindicatos mantiverem um papel apenas restrito à manutenção do emprego privado, essa é a lógica que vai forçá-los a permanecerem dependentes das empresas, e não vão conseguir perceber outras oportunidades. “Mais uma vez, vale dizer que o que se sobressai é o tema da manutenção do emprego que, por sua vez, transformou-se numa questão quase que de vida ou morte para os trabalhadores e, por extensão, para os sindicatos.” (CARVALHO, 1998. p. 187).

Outro ponto importante é a conexão que pode ser estabelecida entre os sindicatos e trabalhadores, em nível mundial, para estender a capacidade de lutas e direitos, a fim de conseguirem combater as desigualdades sociais que as grandes

corporações impõem aos trabalhadores de países menos desenvolvidos, subjugados à condições mais dependentes.

Estamos numa fase nova do capitalismo, que estendeu-se para a globalidade das relações econômicas, além das fronteiras nacionais e dos diferentes sistemas políticos, na ausência de regras e medidas em escala internacional. Neste contexto, o capital financeiro e industrial, em nível mundial, tem condições para evitar as regras e as normas em vigor unicamente, em nível nacional. (CARVALHO, 1998, p. 83).

Portanto, as questões nacionais devem ser discutidas e implementadas em uma plataforma internacional, capaz de garantir assim direitos mínimos aos trabalhadores, independentemente do país para que possam ter uma vida minimamente digna, com acesso à alimentação, cultura, educação, saúde e lazer.

Com enfoque no Lanifício, as convenções coletivas de trabalho acontecem todos os anos entre o Sindicato Patronal (Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste do Rio Grande do Sul) e o Sindicato dos Trabalhadores (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis). A última convenção aconteceu em 26/12/2017, após a aprovação da chamada “Reforma Trabalhista”, proposta pelo então governo Temer. Reduziu e precarizou as condições de trabalho, em detrimento do empregado, mas trouxe grandes possibilidades de maximizar os lucros e atender às condições flexíveis dos empregadores.

Devido a essa reforma, grande parte dos direitos trabalhistas foram perdidos ou reduzidos como se pode perceber na descrição do acordo que segue, conforme anexo D.

Tabela 3- Relação entre convenções sindicais coletivas da categoria dos trabalhadores das indústrias de tecelagem de Galópolis e o índice INPC no período de 2013 a 2017

Ano	Salário Nominal Mínimo antes da convenção	Percentual de reajuste em %	Salário Nominal Mínimo depois da convenção	INPC acumulado no período em %	Ganho real em %
2013	771,03	7	825,00	5,58	1,42

2014	825,00	7,5	900,00	6,34	1,16
2015	900,00	10,33	992,97	10,33	0,0
2016	992,97	8,5	1.100,00	8,5	0,0
2017	1100,00	2,7	1120,13	1,83	0,87

Fonte: Elaboração do próprio autor, 2017.

Como se pode perceber na Tabela acima, os índices de reajuste percentuais negociados pelos sindicatos, que representam as duas categorias do setor têxtil de Galópolis (empregados e empregadores), obtiveram, ao longo dos últimos anos, uma pequena, mas significativa conquista para os trabalhadores. Quanto aos outros benefícios recebidos, pode-se perceber que os mesmos só ocorrem em casos em que há certa combinação de fatores, contando principalmente com um alongado tempo de serviço do funcionário, como também, no caso do auxílio escolar, além de ser um valor simbólico, o mesmo não se estende aos familiares nem aos cursos de especialização ou graduação.

No que concerne aos outros benefícios que poderiam ser correspondentes à categoria, não são implementados, como o Programa de Participação nos Lucros, apesar de conter o regime de banco de horas.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, 2015
Fonte: Acervo do autor, 2015.

Atualmente impera a lógica do capitalismo neoliberal. O sindicalismo do mundo todo vem sofrendo as consequências da diminuição do papel do Estado e enfrentando a principal disparidade entre a defesa ou a luta de classe limitada territorialmente, enquanto as empresas trabalham com uma lógica internacional, a de mudarem de lugar, como se fossem nômades.

Outro ponto principal é o fato de grande parte das centrais sindicais no início dos anos 1990, afastaram-se da possibilidade de desenvolver uma alternativa frente ao sistema capitalista, para apenas adotar uma postura progressista, como salienta Alves (2006, p. 465): “No plano ideológico-político, a principal central sindical do país, a CUT, perdeu seu cariz socialista e de confronto de classes, assumindo cada vez mais estratégias sindicais propositivas no interior da ordem do capital.”

Pode-se salientar a adequada captura da subjetividade dos funcionários, como também a organização da produção, que consegue lidar com as dificuldades, mesmo em tempos de crise do sistema capitalista. Nesse meio, os sindicatos passam a se ver pressionados, até por uma questão de manutenção do próprio funcionamento e de seus

associados à se portarem de maneira mais local, até em certos casos desconectados do que está ocorrendo no País ou no mundo, como salienta Alves (2006. p. 470): “É a transição de um ‘corporativismo societal’ para um ‘corporativismo setorial’ onde se colocam, como locus do concerto social entre capital e trabalho, as dimensões ‘meso’ e ‘micro’ não mais a dimensão ‘macro’.”

O desafio pertinente aos Sindicatos é a elaboração e o estabelecimento de uma nova possibilidade de desenvolver um sistema que se contraponha ao sistema capitalista e que possa servir de alternativa aos trabalhadores, independentemente de sua posição profissional, retomando uma possibilidade de pensar e desenvolver a forma política, social, ecológica e econômica mais justa, sustentável e digna de vida para todos os seres vivos do Planeta.

4.4 COOPERATIVA DE TRABALHO: O CASO DE GALÓPOLIS

Com base nessas definições, no lanifício de Galópolis, houve então uma proposta inicial, a da formação de uma cooperativa de trabalho, ideia que nasceu inicialmente de Alfredo Sehbe. A proposta estava arquitetada na ideia de criação de uma cooperativa que continuasse a produção do lanifício para o grupo Sehbe, e os funcionários trabalhassem no lanifício, em forma de cooperativa; a propriedade permaneceria sob a administração da família Sehbe, que compraria a produção e continuaria a dominar o processo pela posse do capital produtivo, cabendo aos antigos funcionários apenas sua organização, como prestadores de serviço ao antigo patrão.

A ideia foi apoiada também inicialmente por alguns funcionários, principalmente por aqueles que exerciam “cargos de confiança” e estavam bastante envolvidos com o comando direto da família Sehbe, e que detinham o controle da produção.

Os funcionários, que dispunham de cargos de chefia, ocupavam funções importantes na estrutura produtiva e estavam subordinados ao modelo de gestão heterogênea, sendo subservientes, assim, à família proprietária. Para tentar pôr em prática essa possibilidade, criou-se inicialmente uma lista de possíveis cooperativados; com isso, diversos funcionários foram convidados a participar da iniciativa. Seria uma

cooperativa de trabalho, mas totalmente dependente da família Sehbe. Essa era uma das propostas iniciais da cooperativa.

Por outro lado, houve a ideia de criar uma cooperativa independente da família Sehbe, em que a produção fosse gestada pelos próprios operários, sem depender apenas do antigo patrão. Essa possibilidade foi levantada pelo sindicato, que, através de contatos e com informações, a diretoria do sindicato, que estava envolvida nessa questão, começou a analisar as possibilidades da formação de uma cooperativa de trabalho, que atuasse de forma autônoma, num outro formato: os antigos funcionários poderiam trabalhar de forma autogestionária e livre, produzir para quem quisessem, sem depender exclusivamente dos antigos proprietários do lanifício. Para isso contaram com o apoio da Anteag.

É importante lembrar que aquele período era propício para a formação de cooperativas de trabalho no Brasil, dado, infelizmente, ao elevado número de falências de diversas empresas, que haviam sofrido com a instalação dos postulados do neoliberalismo no País, a partir da gestão Collor de Mello e da consolidação no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Estado do Rio Grande do Sul nesse período estava sob a gestão de Olívio Dutra, que, frente às dificuldades encontradas no setor econômico, foi pioneiro no fomento à economia solidária.

A constituição da política pública de Economia Solidária, no Governo Estadual, foi na gestão 1999-2002, do governo Olívio Dutra. Primeiramente, a Economia Solidária foi executada na forma de um programa de governo, o Programa de Economia Popular Solidária - ECOPOSOL em 1999, alocado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Internacionais - SEDAI. (DAMASCENA, 2013, p. 57).

Com uma experiência desenvolvida na prefeitura de Porto Alegre em governos anteriores, na gestão de Olívio Dutra esse desenvolvimento passou para o âmbito estadual, com suas políticas de fomento à economia solidária, mas que, por problemas internos de gestão, devido à incorporação de outros programas populares preexistentes, acabaram se subjugando à Programa de Economia Popular Solidária (Ecoposol). Ocorreu uma crise interna e como também o final da gestão de Olívio. Primeiro houve o rompimento da parceria entre a Anteag e o Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assuntos Internacionais (Sedai) e, a partir de 2003, com a mudança de governo no

estado, houve a desvinculação do Sedai ao apoio às cooperativas, enfraquecendo o programa.

Para compreender melhor esse período, no que se refere aos processos falimentares, até o ano de 2004 apenas a Anteag havia relacionado 672 empresas em processos pré-falimentares ou falimentares, a metade delas ainda subsistia, segundo dados do próprio *site* da Anteag.

Segundo Carvalho, a Anteag é considerada uma

entidade sem fins lucrativos com sede em São Paulo, foi formada por ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos - DIEESE, intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. (2012, p. 78).

A abrangência da Anteag se dá em nível nacional, em variados setores produtivos, em empresas que estivessem entrando, ou já em avançado estágio de falência, algo que, nos anos 1990, ocorreu com muitas empresas nacionais. A contribuição dessa entidade é ajudar e promover discussões dentro das possibilidades de autogestão nos processos de falência, como também nos grupos interessados em construir um projeto autogestionário, por meio da organização e orientação à recuperação das empresas, tanto nos aspectos jurídicos, financeiros e tecnológicos como na parte de educação autogestionária, principalmente.

Nesse contexto, inicialmente, a falta de informações, de como poderia funcionar uma cooperativa, foi suprida com a ajuda de órgãos como a Anteag e a própria prefeitura de Caxias do Sul, que se envolveram no processo, como relata Renato Dallagnol, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis (Sindigal).

Dallagnol comenta como foi difícil discutir a ideia da criação de uma cooperativa. O sindicato promoveu palestras para que fossem discutidas as experiências que sustentavam as mudanças administrativas. Era importante que os trabalhadores pudessem entender os princípios do cooperativismo e como poderia ser a organização de uma cooperativa.

Assim, foi difícil como é que lhe falei no início, as palestras para informar o trabalhador que era possível isso, e na época nós trouxemos [...] o sindicato que pagou o hotel, todo o custo do pessoal da Anteag de São Paulo. Então a gente trouxe profissionais mesmo que entendiam dessa área. O município de

Caxias do Sul também se envolveu nessa parte para dar palestras e até eles acreditarem, porque inicialmente todos me chamaram de louco quando eu dava essa ideia. (DALLAGNOL, 2017).

Outro fato que contribuiu muito, para amadurecer a proposta de cooperativa e de seu funcionamento, foi a visita de alguns operários ao antigo lanifício Albornoz, localizado na fronteira. Esse lanifício havia se transformado em Cooperativa dos Trabalhadores Profissionais da Fiação e Tecelagem (Coofitec), de Santana do Livramento. As condições de trabalho eram similares à que estavam passando os operários de Galópolis. Essa visita ajudou os que lideravam a greve a entenderem como poderiam transformar o lanifício numa nova iniciativa. Como relata Toniolli (ex-presidente da Cooperativa): *Começou-se conversar e foi até marcado uma visita lá na Coofitec em Santana do Livramento. Foi marcado uma data para ir, fazer uma visita e ver como funcionava etc. e tal.* Houve também a contribuição de algumas cooperativas da região, que auxiliaram para a ideia inicial de como poderia funcionar na prática uma cooperativa.

Outro órgão que ajudou na formação da cooperativa inicialmente foi a Ocergs, fato relatado, conforme entrevista por Matté, 2018, (ex-funcionário do lanifício, ex-cooperado da Cootegal e atual funcionário da cooperativa). *Eu acredito que a Ocergs (Organização Cooperativa), que no caso é a organização das cooperativas né, eu lembro que teve bastante conversa com a Ocergs.*

A Ocergs é um órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas. Através da representação político-institucional, busca promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas. É uma entidade civil de natureza privada, sem fins lucrativos, com abrangência e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul. Integrada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), como representante da categoria econômica das cooperativas, conforme o *site* da Ocergs.

Um ponto importante salientado é que essas palestras iniciais não foram assistidas por muitas pessoas, porque ocorreram antes da formação definitiva que uniu os interessados. De certa forma, havia dois grupos com ideias mais delimitadas. Um grupo era dos funcionários que estavam mais ligados à elaboração de uma cooperativa mais tradicional, heterogestionária e ligada à família Sehbe; o outro, era de funcionários mais ligados à influência do sindicato e da Anteag, que tinham como modelo uma cooperativa autogestionária e com produção independente.

Com o passar do tempo, as duas possibilidades de formação das distintas cooperativas transcorriam em paralelo. Mas a proposta de uma cooperativa ligada aos Sehbe não era bem vista pela maioria dos funcionários e pelos representantes sindicais, que desconfiavam da possibilidade de realização de pagamentos das produções futuras, conforme entrevista de Arlindo Coelli:

Aí eu falei para essas pessoas: acho melhor então reunir o grupo, mas o antigo dono não quer nem ouvir falar em sindicato. Não vai sair cooperativa se não tiver o sindicato e aí foi, foi mais uns dias. Foi desse jeito e depois viram que realmente não tinha condições. Aí o pessoal cedeu então vamos conversar com o sindicato. (2017).

O grupo de funcionários ligados ao sindicato foi ganhando corpo e começou a organizar uma proposta de formação de uma cooperativa com os antigos dirigentes do lanifício. Havia menor acessibilidade desse grupo, em relação ao grupo composto pelo pessoal mais ligado aos cargos de confiança, que tinha possibilidades de negociação direta com o diretor do lanifício, Alfredo Sehbe, para que se estabelecesse uma possibilidade mais concreta de formação de cooperativa, os dois grupos tiveram que se unir. Foi esse o ponto em que as duas propostas começaram a convergir, com vistas às dificuldades que cada grupo precisava superar. A partir desse momento, esses dois grupos pensaram estratégias comuns, para viabilizar as negociações, dado o desgaste estabelecido principalmente entre as duas personalidades envolvidas no acontecimento no período de greve: o então presidente do sindicato, Renato Dallagnol, e o diretor do lanifício, Alfredo Sehbe. A entrevista de Arlindo Coelli evidencia essa colocação:

[...] a gente negociava sem o presidente do sindicato, [...] a gente negociava e quando ia para falar com ele sempre deixava o presidente de fora, mas nós éramos os porta-vozes da ideia do grupo, quando já era sindicato conversando junto com o grupo digo deles do outro lado, daí começou a amaciar as coisas e foi. (2017).

As negociações avançaram com a ideia de locar o parque fabril. Mas essa possibilidade logo encontrou um imperativo por parte de Alfredo Sehbe, sustentado no seguinte premissa: se a cooperativa fosse formada apenas pelos funcionários ligados ao sindicato, o mesmo não iria aceitar a locação do parque fabril, principalmente, se a comissão organizadora da cooperativa contasse com presidente do sindicato, como consta na própria Ata n. 56 do Sindicato.

Esse processo foi bastante turbulento pelo atrito estabelecido entre as duas personalidades mais significativas, ou seja, o desgaste causado pelas negociações não solucionáveis durante a greve, tanto da parte de Alfredo Sehbe, então diretor do lanifício, como da parte de Renato Dallagnol, presidente do sindicato, dadas as condições e a extensão dos atrasos salariais dos funcionários. A margem para um acordo sem o pagamento dos salários atrasados já não mais existia, e a greve impediu, por outro lado, a condição de retomada da produção. Essas dificuldades colocaram os dois representantes como adversários, o que impactava a possibilidade de um acordo.

Nesse contexto, as negociações então resultaram em outra possibilidade, a de junção dos dois grupos, para formar apenas um, o que viabilizou a formação da cooperativa.

Com isso, reuniram-se os funcionários no sindicato e foram várias as reuniões para se chegar ao estabelecimento de uma proposta comum, com a qual a maioria concordasse. Muitas foram as dificuldades enfrentadas, algumas de concepção, outras de encaminhamento, de funcionamento e de interesses pessoais.

Para mim ficou muito longe do que um sistema de cooperativismo da forma como eu aprendi, mas foi a única forma de tentar manter os empregos daquelas pessoas e o lanifício, não o Lanifício Sehbe, mas sim as atividades do lanifício, empreendedorismo têxtil. (DALLAGNOL, 2017).

As dificuldades de funcionamento referiam-se à possibilidade de voltar logo a trabalhar. Era necessário antes esclarecer e negociar. Parte dos funcionários mais ligados ao sindicato tinham a intenção de que todos os interessados comessem a trabalhar:

Isso foi uma coisa que eu não aceitei, porque a gente não podia. Primeiro, nós não sabíamos o que ia acontecer, nós não sabíamos se nós íamos ter trabalho. Assim ou assado, nós não sabíamos, então a proposta que eu até consegui que o pessoal aceitasse até numa assembleia com todas aquelas pessoas o pessoal aceitou. Não! Nós vamos começar no dia 7 com x funcionários. Então nós começamos com 30 e poucos, depois no dia seguinte nós víamos no dia seguinte e nós chamávamos mais 10, no outro dia mais 20, no outro dia mais 30 e assim nós fomos. (TONIOLLI, 2018).

Quanto às questões individuais, houve discordância particular, que provocava a própria desistência do cooperativado em assumir o projeto.

No dia seguinte teve gente que desistiu do conselho fiscal, quando chegou a hora ali. AH! eu pensei bem, se reunirmos de novo no sindicato, toda a turma para começar no dia nove, no dia seguinte duas pessoas. Há eu pensei bem e nessa noite e até me senti mal, eu acho que eu não estou preparado para entrar numa cooperativa e ficou de fora, saiu do conselho fiscal. Não quis

fazer parte, e nem da cooperativa. Aí houve mais uma chamada para formar o grupo, tinha que ter os dois conselhos formados. Aí reuniu toda a turma outra vez, há saiu fulano, outro não quis ficar, mas o que houve tá, então escolhe pessoas pela assembleia para ficar até conseguir formar. (COELLI, 2018).

Com isso, no dia 25 de maio de 1999, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, reuniram-se os funcionários do então Lanifício Sehbe S.A; para uma sessão de Assembleia Geral Extraordinária. A finalidade era aprovar os nomes para comporem a “Comissão de Trabalhadores”, com o objetivo de elaborar o contrato de locação e estabelecer as regras estatutárias da cooperativa.

A comissão foi escolhida e votada pelos presentes na reunião, que elegeram os seguintes representantes: Luiz Carlos Toniolli, Arlindo Coelli, Selvino Formigheri, Márcio Kich, Sidnei Canuto, Fernando Marchioro, Amadeu Matté, Julio Bordin, Nelson Antoniolli e Lourdes Basso. (ATA 56, Sindicato, 1999). Nessa reunião, foi estabelecido que a comissão deveria elaborar o contrato de aluguel e as regras estatutárias que, posteriormente, seriam aprovadas na assembleia seguinte.

Conforme previsto, a assembleia, após e a leitura e modificação de alguns itens do Estatuto, aprovou as normas, por maioria absoluta; posteriormente, foi formada uma chapa para concorrer ao Conselho Administrativo e ao Conselho Fiscal da Cooperativa.

A chapa do Conselho Administrativo foi composta por: presidente, Luiz Carlos Toniolli; vice-presidente, Fernando Marchioro; secretário, Sidnei Canuto; conselheiros, Selvino Formigheri, Marcio Kich, Lourdes Basso, Remo Rodrigues da Silva, Flavio Galiatti e Nelson Antoniolli. O Conselho Fiscal foi constituído por: Arlindo Coelli, Amadeo Matté, Maria Bernardete Valduga, Julio Bordin, Beloni Matté e Jones Azevedo (Ata do Sindicato 57, de 7 de junho de 1999).

Com os conselhos estabelecidos e a cooperativa fundada, começaram as negociações para os acertos definitivos, antes da retomada da produção do lanifício, agora como cooperativa. Um significativo acordo foi firmado com a jovem cooperativa e o dono do lanifício: o valor do aluguel do parque fabril, com um custo fixo substancial para a cooperativa. Se fosse com um valor elevado, poderia inviabilizar a retomada das atividades, já que os cooperativados tinham pouco capital de giro para a retomada. Foi proposto, então, um valor correspondente a um percentual do montante do faturamento, pois isso permitiria à cooperativa a possibilidade de só pagar efetivamente o aluguel, se viesse a faturar, sem um valor fixo elevado, conforme evidencia Toniolli.

Então eu pensei assim. Vamos fazer uma proposta de aluguel, mas nós não vamos fazer uma proposta de aluguel num preço fixo, te dou 50 mil por mês de aluguel, não. Vamos estipular um percentual em cima do faturamento da Cootegal iria faturar. Aí eu disse: se nós faturar menos, pelo menos nós não vamos ter aluguel para pagar. (TONOLLI, 2018).

Com o valor do aluguel estabelecido e realizado o contrato de locação, a retomada das atividades no parque fabril foi iniciada, primeiramente pela manutenção das máquinas, revisão de todo o parque produtivo e pelo levantamento das necessidades iniciais básicas para a fábrica voltar à atividade novamente.

Para disporem de capital de giro, ficou acertado que cada associado inicialmente deveria contribuir com uma cota inicial de R\$ 300,00. O que na época, para esses trabalhadores com salários atrasados, era um valor considerável, mas que para a retomada da produção no parque fabril era um valor irrisório. Essa decisão provocou discussões e discordâncias de muitos que, inicialmente, não entendiam ou não tinham condições de contribuir com esse valor, pois os cooperativados entendiam que, por possuírem créditos trabalhistas à receber da família Sehbe, detinham parte do lanifício, mas infelizmente isso não era o caso.

A ideia da cota inicial era constituir um capital de giro para o funcionamento da cooperativa, com o objetivo de reiniciar o processo, pois a produção havia sido fechada devido a problemas estruturais, no que diz respeito tanto às máquinas que ficaram sem manutenção e quanto às matérias-primas necessárias para a retomada da produção.

Nesse processo, quando os cooperativados foram reorganizando o lanifício para poderem retomar a produção nesse período, as dificuldades encontradas eram muitas. Os cooperativados tiveram que, passo a passo, setor por setor, revisar máquina por máquina, para depois conseguir disponibilizar matéria-prima, tanto laneira, como também outros materiais necessários, como lenha para a caldeira, tintas para tingir os tecidos, etc. conforme explicita o próximo relato.

Bom, a gente tirou dinheiro do bolso na época é, alguns quando se formou a cooperativa, não tinha um tição de lenha sabe, o que é um tição pra botar na caldeira? Nada. Não tinha nem uma casca, estava limpa, limpa, não tinha matéria-prima alguma coisinha, não tinha nada de lenha para caldeira coisa nenhuma, eu trabalhava ali. Eu fui um que fiz de tudo pra ajudar na época a comprar dois, três caminhões de lenha fora do valor das cotas dos trezentos reais. (COELLI, 2017).

Conforme as possibilidades permitiam, foram chamadas para o trabalho as pessoas que haviam ficado na lista de espera, como intuito de serem readmitidas ao

trabalho, agora como cooperativadas, aguardando o retorno da produção. O convite para associar-se ao trabalho no lanifício foi uma decisão aceita pela maioria nessa negociação. Para tanto, foi adotado, como critério de prioridades ao retorno dos trabalhadores, primeiramente com relação à função que o funcionário exercia no antigo posto de trabalho; depois, como outro critério de seleção, foi a possibilidade de chamar pelo menos uma pessoa de cada família, para assim viabilizar o sustento da mesma, como afirma o ex-presidente da Cootegal.

Tudo a gente analisava. Via todo um toda hora, não esse precisa então vamos chamar mais, antes e, a gente tinha também essa compreensão, como teve também essa compreensão das pessoas também a gente procurou fazer com que as pessoas sofressem menos possível, porque já era uma situação complicada. (TONIOLLI, 2018).

Um fator que contribuiu para o êxito da proposta de emergência da cooperativa foi que o inverno naquele ano foi muito rigoroso e a produção começou com vendas garantidas. O lanifício tinha uma carta de clientes consolidada bem como um clima propício e reputação no mercado. Os clientes ficaram sabendo do retorno das atividades do lanifício então como cooperativa; vários clientes foram pessoalmente até a fábrica, pois essa era uma prática recorrente de muitos clientes da região. Dessa forma, foram encomendados muitos pedidos, que deram garantia ao funcionamento do lanifício.

Sabendo das dificuldades financeiras iniciais da cooperativa, muitas das compras dos clientes foram pagas antecipadamente, o que assegurou o desenvolvimento da produção. Havia uma confiança quanto à entrega e qualidade dos produtos, por parte de clientes mais antigos, que já comercializavam com o lanifício. Com isso, surgiu uma oportunidade que fez com que, definitivamente, a viabilidade da cooperativa ocorresse. Um cliente que tinha uma confecção em Flores da Cunha fez uma proposta para a cooperativa. Conforme relata Toniolli:

Ele disse olha, eu preciso de lã e tenho dinheiro. Olha só a proposta, tu vem lá em casa eu te dou o dinheiro que tu quiser e a gente faz a contagem... então eu disse claro que a gente precisa né, então ele disse assim olha, eu te dou o dinheiro que vocês precisam só que eu quero o pano que eu preciso. Se eu precisar de 5, de 10, ou de 15 vocês vão ter que me entregar, ele disse... bom. Então eu disse: olha nós precisamos realmente, então tu me dá uma quantia que tu achar que tu pode e tal; e um dia ele chegou lá na Cootegal com dois sacos desses de farinha... um cheio de dinheiro e um cheio de cheques. Esses de farinha de 5 kg cheio até a boca. Bom eu fiquei apavorado, o que eu vou fazer com tudo isso né. Bom aí contabilizamos todo aquele dinheiro e tal, botamos no papel e ele ficou de haver tanto... dinheiro em tecido. Preço de tabela, nós combinamos tudo botamos tudo, direitinho no papel, tudo certinho como tinha feito na época. (TONIOLLI, 2018).

Com essa negociação, foi possível cobrir as despesas iniciais de funcionamento e retomar a produção de forma integral do lanifício, mas sem a produção dos fios penteados. Esta foi uma decisão tomada ainda antes do reinício das atividades.

Outra possibilidade que foi aplicada, para aumentar a viabilidade produtiva, foi a negociação direta de matéria-prima e produtos acabados, que havia no interior da fábrica. Os materiais que constavam no estoque foram negociados, como parte dos salários atrasados dos antigos funcionários que, naquele momento, eram cooperados. Com esses materiais, os cooperados conseguiram parte dos materiais necessários para produzir, favorecendo melhores condições de produção. Os cooperativados, que entravam na cooperativa, quase unanimemente foram trabalhadores que não haviam ainda recebido suas dívidas trabalhistas e que contavam com o pagamento do primeiro pró-labore para a manutenção do seu próprio sustento e o de suas famílias.

Os meses foram passando e os pedidos aumentando. Vários trabalhadores foram convidados a retornar ao trabalho no lanifício; alguns já estavam empregados em outros estabelecimentos e ficavam na dúvida quanto à proposta de retorno ao lanifício. Não sabiam se deveriam retornar ou se era muito arriscado investir na viabilidade dessa tal cooperativa. Inicialmente, havia muitas dúvidas, quanto ao funcionamento e até se a cooperativa daria certo, ou de como funcionaria. Os ex-funcionários conheciam bem o local de trabalho, os colegas e, acima de tudo, gostavam muito do que faziam. Para muitos, dezenas da vida profissional já haviam passado nesse ambiente e só foram interrompidos pelos insustentáveis atrasos nos salários. Um aspecto que foi observado, inicialmente, com a retomada dos trabalhos, é que a qualidade dos materiais produzidos, bem como a produtividade, havia aumentado de maneira significativa, com relação à antiga forma de produção na empresa privada, como aponta a entrevista de Toniolli.

Houve principalmente das pessoas que começavam a trabalhar a doação assim, como é que eu vou te dizer assim, até o Alfredo um dia ficou, me chamou, e diz assim pra mim: Eu não entendo como é que a Cootegal consegue hoje com 100, 120 funcionários fazer mais produção do que quando tinha 300, 350. Então esse pessoal ele trabalhava mais, caprichava mais. Fazia o serviço com vontade, com ânimo sabe de que era um recomeço era um renascimento. (TONIOLLI, 2018).

Conforme a viabilização da produção e o aumento dos pedidos, o número de sócios cresceu, e logo atingiu 80 cooperados no final de 1999. Já no ano seguinte,

passou para 120, conforme depoimento de Fernando Marchioro, presidente da Cootegal, 2018.

Com a cooperativa se erguendo gradativamente, muitos desafios postos pelas mudanças, os associados foram se sentindo empoderados com a possibilidade de eles mesmos conseguirem concretizar a produção entregando produtos com qualidade. A fábrica seguia novamente produzindo, agora como cooperativa; seus cooperativados estavam motivados e, com a “benção” do clima frio, que ocorreu nos primeiros anos, as dificuldades forma sendo vencidas.

Para melhor compreender as relações no decorrer da fundação da Cootegal e das possibilidades de seu sistema de gestão, é necessário contextualizar por uma breve descrição de seu colaborador, que teve papel muito importante em todo esse processo. Para isso, aborda-se a história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis.

5 A FALÊNCIA DO LANIFÍCIO

Durante os diversos períodos, o Lanifício passou por ampliações, incorporações, crises, trocas de direção, mas não tinha nunca chegado à falência. Enfrentou mudanças significativas a partir de 1979, com a compra das ações da família Chaves Barcellos pelo grupo Sehbe, quando passou a denominar-se Lanifício Sehbe S.A.

Jornal de Caxias
 N.º 354 - ANO 7 - CAXIAS DO SUL, 24 DE NOVEMBRO DE 1979 - DIRETOR RESPONSÁVEL: MOACIR P. MOLON - PREÇO POR EXEMPLAR: Cr\$ 10,00

CALÇADÃO MODIFICA TRÂNSITO NA JÚLIO
 Moradores e comerciantes da Av. Júlio de Castilhos estão apreensivos com o fechamento da pista sul da principal avenida da cidade, entre a Dr. Montezuza e Garibaldi. A Prefeitura alega que a mudança no traçado de Júlio é provisória, prolongando-se enquanto durarem os obras do Calçadão. Moradores do edifício Jataí, por exemplo, foram ao Centro Administrativo, a fim de garantirem acesso às 32 garagens do prédio.
 Foto: Carlos M. Viana

Estuprador: Gilmar
POLÍCIA PRENDE ESTUPRADOR E PEDE PREVENTIVA
 — Página 37 —

FEIRA DO AGRICULTOR: FIM DO INTERMEDIÁRIO
 A Secretaria de Agricultura do município acabou tornando realidade uma solicitação de muito tempo: a criação de uma feira que eliminasse o intermediário. A primeira experiência foi feita ontem, com bons resultados. A próxima será terça-feira, na Vila Kayser.
 Texto na página 4.

Calçadão teve figurante ilustre esta semana: uma vaca.

GRUPO ALFRED/ LANIFÍCIO SÃO PEDRO
UM NEGÓCIO DE Cr\$ 110 MILHÕES
 Com atuação direta do Diretor-Presidente Miguel Sehbe, 50 anos de amizade com os Chaves & Almeida resultaram num bom negócio para o Grupo Alfred. E para Galópolis também. Páginas, 15, 16 e 17.

Fonte: Jornal de Caxias 24 de novembro de 1979. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>> Acesso em: 22/07/2017.

A família Sehbe possuía na cidade outros empreendimentos; o Lanifício era mais um elo da cadeia produtiva do grupo. Uma dessas empresas era a Kalil Sehbe, uma confecção que funcionava no mesmo parque produtivo do Lanifício, mas os dois

empreendimentos tinham atividades separadas; alguns produtos que eram produzidos no próprio lanifício recebiam acabamento na confecção antes da sua comercialização.

Essa confecção inicialmente situava-se na rua Sinimbu, em frente ao hotel da família; os dois prédios de tamanhos diferentes, como Alfred e Alfredinho. Com dificuldades financeiras enfrentadas pela família, em Caxias do Sul, mudou-se para Galópolis, por ter que entregar o prédio onde atuava, em função de dívidas contraídas, pois a troca de controle acionário do Lanifício, o aumento de capital para sua aquisição e, também, os empréstimos para a modernização do parque produtivo geravam um custo alto para a Companhia Sehbe, que vinha se modernizando. A concorrência de preços, proporcionada pela abertura econômica promovida pelo governo brasileiro, no início dos anos 1990, já explicitado no capítulo anterior, no tocante ao mercado têxtil, dentre outras dificuldades em decorrência das ações de gestão da empresa, levaram o centenário lanifício à bancarrota.

No tocante à parte produtiva do Lanifício, desde o início da década de 1990 percebia-se que algo não estava bem na sua gestão. Na percepção dos trabalhadores, havia a crença, por se tratar de um lanifício onde muitos nasceram e viveram a vida toda envolvidos em seu desenvolvimento, que as dificuldades seriam superadas por meio do trabalho. Na percepção dos proprietários, a família Sehbe, que nessa época era uma das famílias mais destacadas da sociedade econômica caxiense, acreditava que os problemas econômicos seriam resolvidos e que o Lanifício continuaria em funcionamento por mais difícil que essa situação ficasse ao longo dos meses de 1998. Assim arrastou-se essa situação até o início de 1999.

Dentro do complexo fabril em Galópolis, havia vários prédios, a maioria pertencentes às necessidades do Lanifício, mas também havia, em um desses prédios, no interior do complexo, a confecção Kalil Sehbe instalada. Também nos contornos da praça central de Galópolis, havia a sede burocrática ou o escritório Sehbe. A produção era toda integrada, o Lanifício gerava tecidos que eram em parte transferidos para a confecção Kalil Sehbe, que com eles confeccionava diversos produtos, mas não só com a lã.

Diante das dificuldades do grupo Sehbe, acontecia de não serem repassados os pagamentos entre uma unidade produtora e outra, colocando todas as operações produtivas em risco, conforme explicita a entrevista do ex-presidente da Cootegal

Essa confecção era muito grande. Eles faziam muitas coisas lá, não só coisa de lã, principalmente ternos, camisas (inaudível), pelos números que eu já tinha algum conhecimento. Na época comecei a ver mais coisas acontecerem, também eu via muito os custos (setor), falar é mas está faltando dinheiro, mas se a Kalil pagasse o tecido que o lanifício forneceu não tinha esse problema. (TONIOLLI, 2018).

A situação econômica tornou-se insustentável, devido a diversos fatores. Houve um impasse entre a fábrica e seus trabalhadores. Estes, em muitos casos tinham (6) seis meses de salários atrasados, sem condição de comprar artigos para as necessidades mais básicas, pois os locais de venda não aceitavam mais crédito. Os parentes, que já não mais trabalhavam no Lanifício, devido à diminuição da demanda de trabalho, tinham emprestado tudo o que podiam aos trabalhadores que ainda resistiam, sem saber o que os esperava. A situação era crítica.

[...] Assim, aqui em Galópolis os mercados já estavam negando a venda de produtos para marcar, que eram mercados, como eram todos conhecidos aqui e a maioria eram daqui. Os mercados marcavam então já estavam assim pessoas que não conseguiam mais comprar porque eles não marcavam mais, as pessoas tinham ajuda das famílias, porque nem todas as famílias trabalhavam dentro do lanifício. Tinha um período como reduziu o número de empregados, grande parte das pessoas da família já trabalhavam em outro local, ou noutra empresa e tinham salário para ajudar a família. Pessoas que dependiam só daqui, a gente chegou a fazer uma campanha de alimentação e arrecadamos e distribuimos essa alimentação para essas pessoas que não tinham comida para comer. (DALLAGNOL, 2017).

Nesse contexto, a falta de condições financeiras, para poderem sustentar o funcionamento do processo produtivo, e a pressão social que foi aumentando pelo atraso de pagamentos sem a perspectiva de solução, desencadeou uma greve geral. Iniciada no dia 31 de março de 1999, foi a única possibilidade encontrada pelos trabalhadores e o sindicato para pressionarem os antigos donos a saldarem as dívidas trabalhistas e os atrasos de salários, acumulados por vários meses. A mesma foi geral, parando toda a produção. Estendeu-se até o dia 8 de junho de 1999, conforme ata do sindicato da primeira sessão do ano de 2000.

Fato bastante inusitado que ocorreu durante a greve; como no mesmo parque fabril havia além do Lanifício a confecção Kalil Sehbe, esta continuou normalmente seus trabalhos, durante o período de greve do Lanifício.

Esse fato mostra que a ligação das duas não era tratada no conflito, como o fracasso de uma em relação à manutenção da outra. Entretanto, a movimentação de entrada e saída dos caminhões pelo portão central da fábrica, que era um ponto comum

de acesso entre as duas empresas, despertou nos trabalhadores o receio de que direção da empresa estivesse retirando as máquinas que pertenciam ao Lanifício, deixando, assim, o parque fabril vazio, sem maquinário no seu interior, o que impossibilitaria o recebimento dos passivos trabalhistas, posteriormente pelos trabalhadores em caso de leilão ou da retomada do parque fabril, por não conter mais o capital produtivo em seu interior.

Esse período foi marcado por muitas tensões e inquietações por parte, principalmente, dos funcionários, dentre elas: Como os funcionários poderiam prosseguir seus trabalhos futuramente sem as máquinas? Como iriam receber seus salários atrasados se, posteriormente, o parque fabril fosse a leilão sem o maquinário de alto valor no seu interior? O lanifício teria a possibilidade de retomar às atividades? Qual saída seria possível para essa situação? Essas dúvidas eram tantas, e havia o receio de que suas consequências fizessem com que os funcionários passassem a revistar cada caminhão que saía pela portaria, colocando-se como vigilantes, organizados em escalas e distribuídos nas 24 horas do dia.

A presença dos funcionários na portaria implicou a disposição, normalmente, em grupos de 15 a 20 pessoas, para acompanhar as cargas e as saídas dos veículos. Com isso os funcionários grevistas tiveram o controle da movimentação na portaria e nenhuma máquina foi retirada do lanifício.

O responsável pelo Sindicato aponta:

Então foi ocupado a cooperativa e dali só entrava os trabalhadores da Kalil e cada carro cada caminhão que entrava lá era fiscalizado pelo nosso grupo, que foi montado um grupo de revezamento dos trabalhadores grevistas para cuidar, então todos eram parados para ver, então não se promoveu violência nenhuma, inclusive na época, da greve teve a tropa de choque com cachorros, com bomba de gás lacrimogêneo, esse tipo de coisa, mas como nós não fizemos nenhuma baderna, não precisou eles fazerem nada disso aí, porque nós tínhamos o objetivo não de esculhambar, mas sim de proteger o nosso patrimônio. (DALAGNOLL, 2017).

Durante o decorrer da greve, e com as possibilidades cada vez mais distantes de resolução por parte da família Sehbe, percebeu-se que era cada vez mais improvável o retorno da produção do Lanifício. Com isso, começou-se a pensar as possibilidades de um possível retorno da produção pelos funcionários que queriam muito voltar a trabalhar, pois o Lanifício representava para muitos, muito mais do que apenas uma ocupação ou uma profissão em si, representava literalmente a sua vida, dadas as condições de desenvolvimento e influência que tinha na comunidade de Galópolis.

Uma das formas encontradas foi a então formação da cooperativa, como já exposto anteriormente. Com o passar dos meses, após muitas reuniões, discussões e variadas propostas, como descreve um dos entrevistados, *houve mais uma chamada para formar o grupo, tinha que ter os dois conselhos formados. Aí reúne toda a turma outra vez, há saiu fulano, outro não quis ficar, mas o que houve tá, então escolhe pessoas pela assembleia para ficar até conseguir formar* (COELLI, 2017).

Esse processo de elaboração da emergência da cooperativa foi bastante extensivo e trabalhoso, mas resultou na importante constituição da enfim Cootegal. Após sua constituição, e através de muitas negociações com o antigo patrão, pôde-se então fazer uma proposta de retomada das atividades no Lanifício. A proposta foi locar o parque fabril. Inicialmente, o parque fabril foi locado da própria família Sehbe, sendo que o valor estipulado foi de 10% do faturamento líquido.

Durante esse período, mesmo com muitas dificuldades, soluções eram encontradas e não faltava gente disposta a ajudar aquele pequeno grupo de associados a atingirem seus propósitos. Tanto da parte dos fornecedores, como da parte dos compradores de tecidos, os créditos de pagamento foram flexíveis o que possibilitou que a jovem cooperativa desse seus primeiros passos. Inicialmente com a recuperação das máquinas paradas, mesmo com poucas condições, e contando principalmente com a perícia e a vontade de vencer de seus associados; esses diferenciais superaram as maiores dificuldades.

Os trabalhos foram se expandindo e os pedidos aumentando, o frio daqueles primeiros anos ajudou bastante, pois quanto maior o período e a intensidade do frio mais tecidos eram vendidos. Quando da retomada da produção, foi decidido que não seria mais retomada a produção do fio penteado, mais fino; apenas foi retomada a produção do fio cardado, mais grosso.

Superada a fase inicial das primeiras dificuldades, principalmente financeiras, como descrito no capítulo anterior, e com a produção e as vendas em alta, a renda estava retornado aos associados e aparentemente a situação havia se estabilizado.

Certo dia chegaram na empresa oficiais de justiça para fecha-la. Lacrar os portões da fábrica era a ordem judicial. Os associados foram informados e, sem entender o que estava ocorrendo, foram ver o que realmente se passava. Devido a uma ação trabalhista movida por funcionários que estavam com seus pagamentos atrasados, a juíza da 1ª Vara Civil de Caxias do Sul, Ketlin Pass Casagrande, acatando um pedido de cinco funcionários do Lanifício, que estavam com os salários atrasados há mais de um

ano, decretou a falência do Lanifício Sehbe S.A, em 22 de dezembro de 2000. (JORNAL CAXIAS NOTÍCIAS, 2000).

Entretanto, ao chegarem no antigo Lanifício Sehbe, os oficiais de justiça ficaram sabendo que havia uma cooperativa trabalhando no local, e essa cooperativa era a então Cootegal, que locara o parque fabril e estava trabalhando. Assim, os oficiais de justiça não poderiam lacrar os portões da fábrica. O fato causou enorme confusão e um grande susto nos cooperados, pois os mesmos, inicialmente, pensavam que seus trabalhos poderiam ser interrompidos pelos oficiais de justiça. Após o susto inicial e elucidado, a questão aos oficiais de justiça, a cooperativa continuaria funcionando normalmente, no locado pavilhão do Lanifício Quem realmente teve seus portões lacrados e suas atividades encerradas foi a Confecção Kalil Sehbe.

Naquele período, 1960/1970 para se ter uma ideia do que eram as empresas da família Sehbe, o grupo chegou a ter estabelecimentos fabris, 60 lojas e um complexo hoteleiro com 7 unidades.⁸

Após a falência decretada, houve então a escolha pela juíza do caso, de um síndico da massa falida, que foi Nelson Cesa Sperotto. A partir de então, começou a ser feito o levantamento do capital da empresa, como também o recolhimento do valor do aluguel do Lanifício, que passou a ser pago para o síndico da massa falida, o qual posteriormente foi usado para restituir os débitos dos ex-funcionários e, assim, quitar os aspectos trabalhistas devidos pela empresa. *Isso, isso. E a gente na verdade só recebeu os nossos direitos do lanifício, porque montaram a cooperativa, esse grupo mesmo, no fim nós mesmo nos pagamos. Aí a gente recebeu tudo o que o lanifício devia para a gente, a gente recebeu tudo certinho.* (VENTZ, 2017).

É também importante ressaltar que, segundo Toniolli, os funcionários da Kalil Sehbe ainda não receberam todas as suas dívidas trabalhistas. Esse encaminhamento demonstra a importância que teve o funcionamento da cooperativa para os ex-funcionários.

Com a cooperativa funcionando, a falência do antigo Lanifício decretada, o pagamento dos aluguéis sendo administrado pelo síndico da massa falida, os mesmos retornam para os ex-funcionários, saldando assim seus créditos trabalhistas. Muitas questões importantes foram sendo solucionadas. Outros desafios viriam a se impor aos associados, mas que prontos, enfrentaram-os e deram continuidade à cooperativa.

⁸ Segundo o jornal *Folha do Sul* de 28/9/2000. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid>>. Acesso em: 27/7/2016.

5.1 O LEILÃO E A COMPRA DO PARQUE FABRIL

No final de 1999, os pedidos da cooperativa cresceram devido a um forte inverno. A jovem cooperativa aumentou sua produção, bastante reduzida inicialmente, devido às dificuldades enfrentadas com a parada na produção, no período da greve.

Aos poucos foram ampliando-se os processos de trabalho, para dar conta das demandas; e assim, a cooperativa começou a ter um ritmo próprio, desenvolvendo-se, inicialmente, mais do que o esperado. A cada dia que passava, a produção aumentava, e os pedidos eram atendidos, o que fez com que os cooperados percebessem que seus esforços estavam sendo correspondidos. Apesar das dificuldades serem muitas e se acumularem, as experiências, os esforços e o trabalho em equipe ajudaram a superar a situação enfrentada e, assim, perceberam que conseguiriam vencer a nova etapa inicialmente marcada por muitas incertezas.

No ano de 2000, os trabalhadores começaram a perceber que, no interior do Lanifício, havia um levantamento, por parte do síndico da massa falida, que avançava progressivamente. O levantamento incluía tudo o que havia no parque produtivo, desde as máquinas, as medições de terreno, as medições da área construída, a mobília, etc.

Com isso, sabiam que mais dia menos dia, provavelmente, poderia ocorrer o leilão do parque fabril. Começaram então a pensar em uma forma de viabilizar sua possível aquisição, pela própria cooperativa. Pensando nessa alternativa, foram planejadas algumas estratégias capazes de viabilizar a possibilidade de arrematar o parque fabril, através das economias do caixa da cooperativa.

No início da cooperativa, como a mesma só contava com o trabalho de seus cooperados, ela não tinha muitas despesas, já que o parque fabril era alugado e, sendo assim, não tinha o porquê de se investir em sua modernização; apenas a manutenção de conservação era feita, o que proporcionou, com o passar do tempo, um alto valor de sobras nos balanços financeiros, nos fechamentos dos anos produtivos. Outro ponto que era variável, conforme o rendimento, era o aluguel, que, mesmo não sendo expressivo, era um dos maiores gastos da cooperativa.

Desde a elaboração do primeiro estatuto cooperativo, ficou determinado que cada cooperado receberia mensalmente um pró-labore, que nada mais era do que um salário mensal, condizente com a função e a responsabilidade, que cada cooperado tinha dentro do organograma funcional da cooperativa.

Inicialmente, com o gradual aumento da produção, a necessidade de mão de obra foi aumentando, sendo necessárias horas extras por parte dos associados. No primeiro ano, os associados que fizessem horas extras receberiam só no final do ano contábil, sendo essas horas adicionadas ao valor das suas cotas-parte. Essa medida, com o passar dos meses, não agradou aos associados, que achavam mais justo receberem o valor das suas horas extras trabalhadas, no final do mês.

Essa proposta foi levada então para a direção da cooperativa, que se dispôs a modificar a forma de pagamento das horas extras, conforme explicita o seguinte testemunho.

No começo da cooperativa, uma coisa que nós não falamos, mas funcionou assim, eu não sei por quanto, mas não foi por muito tempo porque o pessoal achou melhor mudar os próprios, é quando a pessoa cooperativada ela fazia hora extra, ela não recebia hora extra. Ela recebia em forma de [...] divisão dos lucros, só que os próprios, depois achava melhor e eu achei justo porque pelo seguinte, a pessoa ela não ia ter aquele dinheiro todo mês, e a pessoa precisa. Não eu faço tantas horas extras, no fim do mês eu vou ter os reais daquelas horas. (TONIOLLI, 2018).

Nesse contexto, no final de cada ano financeiro seria feito um balanço das finanças e, após os débitos de todos os gastos. Se houvesse sobras, seriam divididas de forma igualitária entre os cooperados, independentemente do cargo ou da função que os mesmos ocupavam. O critério usado seria de uma divisão, de acordo com o número de horas trabalhadas totais, divididas pelo número de horas trabalhadas por trabalhador. Ex: Valor total das sobras (S): R\$ 1.000.000,00. Quantidade total de horas trabalhadas (THT). Para isso soma-se o total de horas trabalhadas por todos os cooperados: 100.000. Quantidade total de horas trabalhadas por cooperado (THT/C). Nesse caso, supondo que esse cooperado, ao longo do ano, tenha trabalhado um total de 2.500 horas. Fórmula: $S/THT = \text{valor das sobras por hora trabalhada}$ ($VS/HT = 1.000.000,00/100.000 = R\$10,00$). Ao valor da sobra calculado por hora trabalhada multiplica-se o valor encontrado, pelo número de horas trabalhadas por cooperado individualmente. Fórmula: $VS/HT * THT/C = \text{valor da sobra correspondente a cada cooperado}$. $10,00 * 2.500 = R\$ 25.000,00$.

Essa forma de remuneração da sobra da cooperativa é completamente igualitária, dado o fato de que todos recebem o mesmo valor das sobras sobre o número de horas trabalhadas. O que muda no caso da Cootegal, é que, além disso, mensalmente cada cooperado recebe o seu pró-labore (salário), que tem diferença de valor, dependendo da posição e das responsabilidades que cada um ocupa dentro da organização da cooperativa. Outro exemplo que é possível citar, hipoteticamente, é o caso do presidente

da cooperativa receber um pró-labore de R\$4.0000,00 mensais, tendo para isso trabalhado 220 horas mensais. Um tecelão recebe um pró-labore de R\$2.000,00, tendo trabalhado também 220 horas mensais, seus ganhos mensais são diferentes, mas o valor das cotas-parte no final do ano financeiro, caso haja sobras positivas, é dividido de forma igualitária entre eles, de acordo com o número de horas trabalhadas; que neste caso, os dois cooperados vão ganhar, no final do ano financeiro, a mesma quantia referente às sobras, independentemente do cargo ou da função que exerçam no interior da cooperativa.

A partir disso, tendo a cooperativa, nos anos iniciais, valores substanciais de sobras de caixa nos balanços financeiros, e sendo esse valor uma possibilidade importante para o futuro da Cootegal, a direção pensou em integralizar parte desses valores para, posteriormente, poder usar esse montante para o possível leilão do parque fabril e assim adquiri-lo, como descreve a narrativa de um associado.

Começou se ver a possibilidade de deixar as cotas integralizadas, para se surgisse a oportunidade de talvez, sair o leilão, e a gente conseguir entrar, tipo digo eu, na briga para arrematar, achávamos que não, mas era uma prevenção, assim de uma precaução, de que se surgisse uma oportunidade de a gente brigar e se um dia, a cooperativa ser dona, é desse patrimônio é, já daí surgiu a ideia de deixar o capital integralizado aí houve uma reação, sabe aquela, não porque eu quero, mas aí de novo a assembleia foi soberana decidiu por deixar integralizado. (COELLI, 2017).

Essa proposta foi então levada para a assembleia geral, que aprovou seu funcionamento, ficando então determinado que, caso houvesse sobras, os cooperados poderiam integralizar o valor total das mesmas, caso quisessem, ou receber o valor das sobras; o mesmo só estaria disponível para saque de até 30% do valor total das mesmas, o que corresponde a cada cooperado. Independentemente do percentual de integralização ou da quantidade integralizada, cada cooperado passou a receber juros sobre os valores integralizados, de 1% ao mês. O valor remunerado ao capital como juros, também foi integralizado no montante correspondente a cada cooperado, sempre no final do ano financeiro e quando houvesse sobras.

Com essa medida, e com o passar dos anos mantendo um bom resultado financeiro, a cooperativa detinha um montante considerável até a ocorrência do leilão, sendo que, em 4/9/2000, o jornal *Pioneiro* anunciou o leilão do antigo Lanifício Sehbe, para ocorrer no dia 29/9/2000, às 15h30min no Fórum de Caxias do Sul.

Entretanto, o mesmo foi suspenso devido ao pedido encaminhado pelo síndico da massa falida, baseado no fato de que o número de credores trabalhistas ser de mais

de 300 e não apenas 120, conforme antes dito. O leilão então foi transferido para o dia 3/11/2001, ocorrendo no próprio parque fabril do Lanifício, em Galópolis.

Nesses dias, a ansiedade tomou conta dos cooperados, que estavam se preparando para participar do leilão, como aponta esta entrevista.

[...] saiu esse leilão e, partimos para briga. Fomos nesse leilão e, deu certo. Tinha outras empresas, tinha uma empresa de Porto Alegre no leilão, o leilão foi aqui Galópolis mesmo, aí no centro e foi lá nosso grupinho tentar ver o que ia sair, porque se alguém outro um concorrente, por exemplo, comprasse isso aí arrematasse no leilão ou ele iria fechar as portas, ou nós tínhamos que trabalhar para eles, acabava a cooperativa daí. Mas a proposta na época ela foi igual para os dois lados, no caso, havia dois grupos, um terceiro não se manifestou, mas um sim, deu lance, e a cooperativa deu lance também e aí houve a proposta de que forma o pagamento sairia, por leilão. E nós ganhamos o leilão no parcelamento, e no final do ano saiu a carta de arrematação em favor da Cootegal. Há foi uma festa! (COELLI, 2017).

O leiloeiro foi Adelino Lunelli, que leiloou os 15 prédios, o maquinário e seis terrenos que inicialmente estavam avaliados em R\$ 8,3 milhões, mas que foram arrematados por R\$ 5,1 milhões pela Cootegal. O pagamento de R\$ 1,7 milhões à vista e o valor restante em 24 meses, corrigidos pelo IGPM.⁹

Com isso, nos dois anos seguintes, a cooperativa assumiu a responsabilidade de elevados pagamentos mensais, contando com a movimentação das vendas até então bem elevadas, que vinham ocorrendo. Esse acontecimento sem dúvida trouxe aos associados além de uma sensação de vitória, uma quebra de paradigma, no sentido de perceberem o quanto eles próprios podiam alcançar e o quanto o seu trabalho e a sua cooperação os empoderava, definitivamente, por terem arrematado o próprio parque fabril onde muitos trabalharam a vida toda, e que, até então, era algo externo à eles: tinham um patrão que comandava e eles apenas cumpriam suas funções. Depois eles mesmos, com sua capacidade de gestão conseguiam, apesar de estarem num contexto de economia nacional negativo, superar suas dificuldades e continuar a vida trabalhando em sua própria empresa.

⁹ Jornal *Pioneiro* de 4 de dez. de 2001. Acesso disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15>

PIONEIRO ■ TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2001 ■ 17

ECONOMIA

■ LEILÃO

Cooperativa arremata parque fabril de lanifício

Os ex-funcionários ofereceram R\$ 5,1 milhões pelo patrimônio da extinta fábrica dos Sehbe. Ainda é preciso homologação da Justiça

Caxias do Sul – Está praticamente fechada a venda de todo o parque fabril do extinto Lanifício Sehbe. Num leilão realizado na tarde de ontem, a Cooperativa Têxtil Galópolis (Cootegal), que originou-se da união dos ex-trabalhadores da massa falida, ofereceu um lance de R\$ 5,1 milhões, dando o primeiro passo para deixar de pagar aluguel da estrutura.

Apesar de o martelo não ter sido batido na hora, pelo valor ter ficado abaixo da avaliação, há boas perspectivas de homologação pela Justiça. “Não deram o veredito hoje, mas há 99% de chances de aprovação”, comemora o presidente da Cootegal, Luis Carlos Toniolli. O desfecho será conhecido em cerca de 20 dias.

Os 15 prédios, maquinários e seis terrenos estavam avaliados em R\$ 8,3 milhões, mas o lance de 61% do valor foi considerado “acima do preço de mercado”, pelo leiloeiro Adelino Lunelli. A proposta de pagamento é de 35% à vista – R\$ 1,7 milhão – e o restante parcelado em 24 meses, com

correções pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M). Houve outro lance anterior ao da Cootegal, também de R\$ 5,1 milhões, mas em 36 parcelas. Por ser a maior venda pública da década na Serra, houve 300 interessados de vários estados.

A falência do Sehbe foi decretada em dezembro de 1999, mas antes disso, em junho, quando as dívidas já estavam inviabilizando os negócios, 40 funcionários uniram-se e deram continuidade à industrialização de lãs. Hoje, são 120 cooperativados. A produção gira em 40 mil metros de fios por mês. Mais de 50% do montante é vendido no próprio Rio Grande do Sul. O faturamento anual da cooperativa está em R\$ 8 milhões.

O presidente Toniolli frisa que, se a venda for efetivada, a empresa ampliará a atuação, reativando a parte de fios mais usados por malharias. Isso criará mais 50 vagas de trabalho. “Também queremos modernizar os maquinários do parque fabril”, diz. Além do complexo do lanifício, a massa falida estava leiloando outros terrenos, que receberam lances e também dependerão do aval da Justiça.

■ VEÍCULOS



Mudança: grupo passa a ser o maior distribuidor da Ford no RS e em SC

Feltrin prevê faturar o dobro

Caxias do Sul – Com o direito de usar a bandeira Ford na cidade, a Feltrin Dall’Onder passa a ser a maior distribuidora da marca no Estado e em Santa Catarina. Desde sábado, a empresa assumiu o comando da loja onde funcionava a antiga revenda da montadora, a Sinosserra, na RS-122. Com essa unidade, que soma-se a outras cinco, a previsão é de que as vendas de R\$ 25 milhões anuais dobrem. O diretor Fabiano Feltrin estima que o grupo comercialize 150 veículos

novos por mês. “Existe um potencial enorme de vendas para ser explorado no município”, comenta. A rede também passará a gerir a assistência técnica nas seis lojas, com oficinas próprias, antes esse serviço era terceirizado. A partir de agora, Feltrin é distribuidora exclusiva da Ford para a Serra. Além da loja nova, há unidades em **Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Gramado** e Taquara. O grupo está há 20 anos no ramo, cinco deles com a Ford.

Fonte: Jornal Pioneiro 4/12/2001. Disponível em:

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso em: out. 2017.

O setor laneiro depende muito do clima; sua produção pode variar muito, dependendo da intensidade do frio. A localidade onde o Lanifício se encontra com dificuldades econômicas e o período afetaram muitos dos seus clientes, que eram das proximidades de Galópolis. Ou seja, a falta de frio intenso trouxe complicações para os faturamentos futuros.

No ano de 2002, o inverno foi pouco ameno, resultando em poucas vendas para o Lanifício, o que provocou um aperto financeiro, e a cooperativa teve que renegociar o número das prestações com o setor judiciário.

Essa alteração foi encaminhada judicialmente e, enquanto não saiu o veredito, os pagamentos foram sendo feitos conforme o valor encaminhado na proposta do refinanciamento. O parecer judicial demorou, mas as prestações eram pagas; quando veio o parecer judicial aceitando a nova forma de parcelamento, este estava finalizado e, assim, a Cootegal era enfim dona do parque fabril. Após a Cootegal ter conseguido

adquirir o parque fabril e se dedicar exclusivamente à produção, a mesma foi e é, classificada como uma cooperativa de produção.

Com a quitação do parque fabril, poderiam ser destinados investimentos para modernização e melhoramento dos processos produtivos, como também para estratégias mais vantajosas nas negociações com fornecedores, medidas que vão ser descritas na próxima seção.

5.2 MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA TÊXTIL GALÓPOLIS

Com a quitação do parque fabril, os associados passaram a ter maior autonomia produtiva e uma capacidade maior de investimento no empreendimento. Por tratar-se de um lanifício antigo, havia várias possibilidades de modernização do parque fabril a serem implementadas. Como forma de gestão, foi privilegiada a diminuição da mão de obra e o aumento da qualidade, conforme relato: *A modernização do maquinário, ela tem a diminuição da mão de obra e o aumento da qualidade, as duas coisas e tal.* (TONIOLLI, 2018). Com base nesses valores competitivos, a Cootegal seguiu a proposta de modernização, o que privilegiou a eficácia e a qualidade de seus produtos. Para isso, foram necessários vários investimentos em maquinários capazes de responder às necessidades de cada setor, segundo depoimento a seguir.

A modernização do que nesses anos, nós conseguimos muito importante porque a gente conseguiu modernizar em todos os setores da Cootegal, nós começamos onde era mais precária na tinturaria. Comprando máquinas usadas e novas de ótima qualidade, melhorando assim o tingimento muito. Na tecelagem, nós compramos teares que antes precisava de uma pessoa por tear, fazendo 100 batidas por minuto. Nós compramos teares e não foram novos, foram de segunda mão de boa qualidade, batiam 160, 170, cada pessoa tocava quatro, então quatro máquinas uma pessoa, antes era uma pessoa uma máquina. (TONIOLLI, 2018).

Algumas máquinas necessárias para modernizar a produção tinham especificações muito particulares, não sendo encontradas à disposição no mercado. Para que fosse possível sua efetivação, os fabricantes precisavam ser informados das necessidades da produção; como se tratava de uma máquina exclusiva, seu preço também era elevado. Uma dessas máquinas foi concebida no Japão, o que fez com que

as especificações fossem precisas, envolvessem recursos para viagens, discussão de características de equipamentos e preços.



Novas máquinas. A modernização do lanifício, 2017. Fonte: Acervo de Vania Herédia, 2017.

Para que todas essas demandas fossem atendidas foi necessário muito empenho dos envolvidos e uma conscientização dos associados para a aprovação do investimento, como aponta a entrevista de Toniolli.

A direção tem autonomia até um ponto x, daí pra frente tu tem que ter o aval da assembleia. Vamos supor [...] custava, custou 1,7 milhões, eu não tenho autorização para fazer, então eu vou ter que ter a autorização de toda a assembleia, aí cabe a mim, a direção enfim é, olha nós precisamos da máquina, a máquina faz isso, faz aquilo e tal, só que custa tanto, nós temos tanto, o que que vocês acham e tal, sim ou não? Mas eu não posso, porque se eu fizer isso, até, agora não me lembro mais, mas tinha um [...] um x, era tantos salários mínimos, não me lembro quanto. (TONIOLLI, 2018).

Esses controles orçamentários, por parte dos associados, deram legitimidade ao processo cooperativo, como também asseguraram um funcionamento minimamente democrático à constituição da cooperativa, no que tange à questão financeira. Com o aumento da produção, houve a modernização das máquinas, que foram sendo trocadas dada a maior demanda e a necessidade de mão de obra, produtividade crescente na

fábrica. Primeiramente, optaram por conseguir mais associados, entretanto, devido à integralização das cotas-parte, dos antigos associados, já atuantes antes da compra do parque fabril, foi dificultoso o processo de adesão de novos sócios, pois os mesmos precisariam de recursos para entrar como novos sócios. Foi com a integralização de uma grande parte das suas cotas, que conseguiram pagar o próprio parque produtivo. Os novos associados tinham que desembolsar um valor proporcional aos dos antigos associados, para poderem ingressar na cooperativa; assim, teriam o direito de ser associados, apesar desse valor ter sido substancialmente elevado. Era oneroso para quem quisesse associar-se à cooperativa, pois o valor era inviável para um trabalhador em condições limitadas. Contando com apenas essa possibilidade estabelecida, não houve ingresso de novos associados e a mão de obra era urgente.

Com o passar do tempo, a necessidade foi se impondo, e a direção da cooperativa, primeiramente, levou a situação à assembleia. Surgiu então a proposta de mudança no Estatuto, incluindo a possibilidade de contratação de funcionários terceirizados, que foi aprovada. Nesse contexto, foi contratada uma empresa terceirizada que vendia mão de obra, de acordo com a demanda do Lanifício. Essa empresa era a Gelre, uma filial em Caxias do Sul, e com sede em São Paulo. Esses contratos eram primeiramente temporários, por seis meses, podendo o funcionário ser efetivado na cooperativa, caso houvesse um bom desempenho e necessidade no trabalho.

Relato do atual presidente da Cootegal reforça esse aspecto.

No início nós fazíamos contratos temporários. Em 2001 até nós encontrarmos uma solução, nós pegamos algumas pessoas como regime de contrato temporário. Que eram 6 meses, era na verdade feito um teste, para ver se a pessoa se adaptava ao trabalho e depois então passamos assinar carteira, a cooperativa mesmo, sendo à [...] contratante no caso né. (MARCHIORO, 2017).

Inicialmente, com uma demanda mais inconsistente, o trabalho terceirizado parecia uma boa solução, mas logo surgiram problemas de faltas e realocação de trabalhadores, devido à ausência de operários já treinados em determinadas funções do processo, como também a falta de cultura fabril, que, no caso, repercutia nos valores e na postura que muitos desses trabalhadores terceirizados não apresentavam e que, em vários momentos, eram sentidos pela direção e pelos associados.

Foi pensada a possibilidade, então, de contratar funcionários segundo os preceitos da CLT, mas essa possibilidade também tinha discordância entre os associados, pela diferença que poderia ser gerada entre trabalhadores que tinham

concepções diferentes no mesmo local de trabalho. O relato do ex-presidente da Cootegal evidencia essa posição: [...] *Bom ali eu fui contra na época. Porque eu sabia que ia ter uma coisa contra né. Entre funcionários e associados, o associado, o dono do negócio ele vai se achar um pouco superior, vai dizer não, eu sou o dono.* (TONIOLLI, 2018).

Mesmo com a discordância de alguns e sem ter outra possibilidade viável, a Cootegal passou a contratar funcionários diretos. Conforme depoimento de um funcionário,

[...] é como o valor da cota subiu devido à integralização da compra do leilão depois do arremate, ficou difícil porque as pessoas não tinham dinheiro, sim para entrar, para integralizar esse valor nas cotas como sócio. Então como ficou difícil essa parte aí em assembleia, optou por contratar gente com carteira assinada, regido pela CLT. (COELLI, 2017).

A partir dessa mudança, houve no início a contratação de funcionários, os quais, além dos direitos trabalhistas, seguiam uma forma diferente de remuneração do que os associados, tendo direito a férias remuneradas e ao 13º salário. Os mesmos também não teriam participação nas decisões quanto aos rumos da cooperativa, diferentemente dos associados que fazem parte da gestão da cooperativa.

Com o passar dos anos, essa decisão fez com que o número de associados não tivesse mais reposição. Cada associado que saía da cooperativa reduzia o quadro de representantes, dificultando assim a gestão e até o prosseguimento das atividades. Em contrapartida, o número de funcionários aumentava gradualmente. As dificuldades em entender o que estava ocorrendo na cooperativa e as responsabilidades, cada vez mais acentuadas, sobrecarregaram muitos associados, que não estavam acostumados a ter esse tipo de comprometimento com tamanho trabalho, pois não era só o trabalho braçal de ter que dar o seu melhor na sua função, como era no passado, quando o Lanifício era privado. Essa postura exigiu, em muitos postos de trabalho, a concentração de funções. Os empregados eram muito cobrados, devido ao aumento na produtividade. Consequentemente, o aumento no número de funcionários, cada vez mais, exigia um trabalho intelectual, ligado às relações pessoais, à programação, manutenção e gestão como um todo. Este relato comprova:

[...] Se nós formos analisar o que era a empresa antes, a cooperativa, o antigo, digamos assim, vamos voltar para o antigo lanifício. Tinha um coordenador na área de caldeiras, eu vou citar o meu exemplo, na área de caldeiras e de elétrica, um cara. Na manutenção, um ou dois, na parte de marcenaria, mais um, parte de efluentes mais um. É na parte de prédios e assim cuidar de toda

a parte externa, parte de pedreiro, cuidar do patrimônio, mais um. Então eram sete ou oito pessoas né, e essas sete ou oito pessoas se resumiu numa só, né. (COELLI, 2017).

A Cootegal foi administrada nas suas primeiras três gestões pelo presidente Luis Carlos Toniolli, que era o Programador do Controle de Produção (PCP), na época do Lanifício Sehbe. Seu trabalho possibilitou ter uma visão de todo o funcionamento da empresa, e isso muito contribuiu para as suas gestões. Cada uma das suas três gestões foi marcada por um período diferente, em que várias foram as dificuldades e possibilidades desde a incerteza até início da fundação da Cootegal, nos anos 1999 a 2003. Esse período foi bastante conturbado, dadas as incertezas e as dificuldades em superar, primeiramente, a retomada dos trabalhos e, posteriormente, em promover a venda dos produtos para, assim, garantir a manutenção da jovem cooperativa. Como diz o relato de Toniolli (2018), *a primeira é de muita incerteza, porque como nós falamos, tu não sabe se vai conseguir né, foi assim de preocupação de não saber o que ia acontecer.*

A partir de 2003, o pleno funcionamento da cooperativa, dentro das suas antigas linhas de produção, possibilitou que os rendimentos pagassem o parque fabril, mesmo com o clima que não ajudou muito nos primeiros anos. Essa segunda gestão teve maior tranquilidade e durou de (2003 a 2007), segundo relatos de seu ex-presidente, [...] *a segunda foi um pouco mais tranquila porque tu já vê que a coisa engrenou e tu tem, tu vê no dia a dia do teu trabalho, tu vê a satisfação dos teus clientes, tu sabe se o teu cliente está contigo ou não está, entende?* (TONIOLLI, 2018).

Na terceira gestão (2007 a 2011), o parque fabril já havia sido pago e houve a possibilidade de investir na modernização. A cooperativa consegue enfrentar sem dificuldades as questões econômicas e as primeiras consequências da crise imobiliária estadunidense de 2008. Naquele período, começa uma nova fase, conforme caracteriza seu primeiro presidente: [...] *A terceira eu ia te dizer assim, terminou a terceira com a Cootegal com uma estabilidade concreta, com estoques, modernização de máquinas e sem dívidas.* (TONIOLLI, 2018).

Na eleição em 2011, ocorre uma mudança na presidência da cooperativa. A relação e o modo de gestão, defendidos por Toniolli, criam atritos entre os demais membros do Conselho Administrativo e, em função disso, há mudança ao cargo de presidente; o afastado, não poderia concorrer novamente, como presidente, para mais um mandato. Em função disso, há também a saída de Toniolli da cooperativa.

Com a saída de Toniolli, em 2011, é eleito como presidente Fernando Marchioro, que teve também respaldo para a segunda gestão à frente da cooperativa. Para Marchioro, as gestões sob sua administração foram caracterizadas por uma ampla e profunda democracia; a direção ou ele mesmo como presidente, buscou uma participação com os demais associados. Não administrava sozinho, havia participação tanto no dia a dia como nas decisões consultando sempre a maioria.

Sua primeira gestão (2011 a 2015) foi caracterizada pelas dificuldades decorrentes do mercado, pois, a partir de 2012, o País passa a enfrentar de forma mais substancial a crise internacional; ouve, nesse período, um crescente enfraquecimento das vendas; a cooperativa amplia seu leque de produtos e retoma a concorrência, através de licitações públicas que garantissem sua produção temporariamente. Conforme relato de Coelli,

[...] Nós estamos trabalhando para o Exército adoidado, até dia quinze de novembro nós temos que entregar [...] cobertores. [...] calcula, é só verde, verde, verde. Então isso a gente ganha licitação tem que entrar na concorrência, ali tem disputa nessa, não é uma empresa só, e a Cootegal já graças a Deus é dois ou três anos, para a marinha o Exército, então essa aí é a coisa que me deixa mais animado porque a empresa está investindo, a Cootegal está investindo em maquinário na medida do possível. (COELLI, 2017).

Conforme a produção foi transcorrendo e as vendas se consolidando, a cooperativa conseguiu se manter e se modernizar ao longo dos anos. No ano de 2015, devido ao inverno não ter sido intenso, e a outras dificuldades também relacionadas à questão sazonal, houve a redução de jornada de trabalho e, por outros motivos, houve o desligamento de muitos sócios, que, foram novamente contratados, como funcionários, tempos depois. De acordo com depoimento de um ex-associado e posteriormente funcionário:

[...] Bom, na verdade, foi uma oportunidade que apareceu em outra empresa, na época aqui também estava como agora, com pouco serviço, com redução de jornada, então eu tentei nessa outra empresa uma oportunidade de crescimento de mais conhecimento. (MATTE, 2018).

Por depender de muitos fatores ligados ao clima, à economia nacional e à concorrência com produtos estrangeiros mais baratos, a cooperativa teve que se adaptar conforme a demanda de mercado; com isso, apesar das consequências, a mesma se tornou bastante versátil e resiliente.



Tecido produzidos pela Cootegal, 2017. Fonte: Acervo de Vania Herédia, 2017.

Atualmente, a constituição da cooperativa se dá com um número total de 16 sócios, listados conforme cargos e posições ocupados, explícitos no quadro 4.

A direção da Cooperativa é formada pelo Conselho de Administração e por um Conselho Fiscal. Os dois conselhos têm a gestão definida no tempo de quatro anos.¹⁰ A atualidade da Cootegal possui várias possibilidades e incógnitas. Um dos pontos importantes, nos últimos anos, foram os efeitos que ocorreram após a crise financeira de 2008. No pós-crise, o Lanifício começou a encontrar concorrência no mercado ainda mais acirrada, com produtos fabricados no Uruguai, na Europa, e principalmente com concorrentes da China, devido aos preços muito competitivos. Uma das estratégias que

¹⁰ Para se ter uma ideia da importância das cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul, atualmente no Rio Grande do Sul, segundo dados da Ocergs, referentes ao ano de 2016, há 2,8 milhões de associados distribuídos em 429 cooperativas ativas. As mesmas são divididas em 13 ramos de atuação como: agropecuária, consumo, crédito, educacional, especial ou social, habitacional, infraestrutura, mineração, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer, gerando 58,9 mil empregos diretos, com um faturamento anual de 41,2 bilhões. Na cidade de Caxias do Sul, atualmente, estão ativas 13 cooperativas. No que tange às cooperativas de produção, há apenas quatro em funcionamento no estado; contam com 186 associados e empregam 2.833 funcionários. Uma é responsável pela fabricação de produtos metálicos, que emprega 23 associados, uma pela elaboração de produtos de artesanato, que emprega 20 associados, uma pela fabricação de calçados, que emprega 123 associados e a Cootegal que, nos anos 2016/2017 tinha 20 associados.

a cooperativa assumiu foi diversificar tanto os tipos de produtos como também a carteira de clientes.

Quadro 4 - Os associados da Cooperativa Têxtil de Galópolis - 2018

Nome do Associado	Cargo	Posição na direção da Cooperativa
Arlindo Firmino Coelli	Mestre da manutenção, ETA, ETE	
Clarisse Aneli Antonioli	Operadora de tear	
Clark Moschen	Mestre de fiação e cardado	
Cosme Simon	Encarregado de acabamento, pinçadeiras e cerzição	Conselho Fiscal suplentes
Fernando Marchioro	Presidente	Presidente
Ivana Lúcia Battassini Isoton	Operadora de pinçadeira	Conselho Fiscal titulares
Jose Antonioli	Encarregado da tecelagem	Conselho Fiscal suplentes
Julio Bordin	Vigilante	Conselho Fiscal suplentes
Marcia Comerlatto	Encarregado financeiro	
Marcio André Kich	Diretor administrativo-financeiro	Secretário
Maria Rosa Milan	Encarregada da fiação e do cardado	
Norde Settin	Mestre de expedição e acabamento	
Rosane Bordin	Encarregada das vendas e do faturamento	
Roseli Milan Trentin	PCP	Conselho Fiscal titulares
Sandra Teresinha Fontana Bridi	Operadora de máquina conicaleira	Conselho Fiscal titulares
Sidinei Roberto Canuto	Mestre de tinturaria e acabamento	Vice-presidente

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Atas da Cootegal, 2018.



Vista parcial da Cootegal, 2017. Fonte: Acervo de Vânia Herédia, 2017.

No que tange aos produtos, a lã passou a ser não a única matéria-prima utilizada, o que proporcionou uma gama de produtos mais elaborados para atender ao gosto dos clientes, com outras demandas e outras exigências. Quanto à carteira de clientes, a cooperativa adotou uma estratégia que retomou muito do seu passado, participando de licitações públicas que atendiam principalmente as Forças Armadas.

Com essa possibilidade, após ganhar algumas licitações, a cooperativa pôde trabalhar com uma demanda de produção garantida, visto que ao cumprir os pedidos, recebia por uma extensa produção a certeza de meses de trabalho ao ano.

O baixo número de associados tornou-se uma preocupação, pois a não entrada de associados, que, mesmo acumulando funções, não preenchia o número mínimo necessário para o funcionamento, frente à obrigatoriedade do rodízio mínimo necessário dos cargos exigidos por lei. Na visão de um associado,

[...] aí entra uma como é que, a gente tem bastante, está sempre saindo sócios, a última debandada, como eu te falei estava uns dez, onze saíram só numa tacada e aí tem lá quinze, dezesseis sócios, quinze ou dezesseis estamos hoje né, tem é, ficou ali uma pessoas dos primeiros, dos batalhadores como se diz, as pessoas que realmente tem mente de investimento, de como é que vou dizer assim, de não só querer levar o dinheiro para casa e não, investir na empresa. Então ficou uma turma assim, que vem aqui, que dê uma ideia só, que todo mundo pensa a mesma coisa né, mas ao mesmo tempo a gente também tá vendo que, tá afunilando né, porque vai chegar no ponto ou tu abre oportunidade de novo para associar alguém, de outra forma. (COELLI, 2017).

Para os associados, foram decisões tomadas no devido tempo. O importante para eles, hoje, como apontam muitos relatos, é a continuação desse empreendimento e dessa centenária história.

[...] É um trabalho de uma vida inteira de várias pessoas que passaram por aqui né, então a gente de maneira nenhuma quer ver um negócio que prospera desde 1890, uma fábrica que está aqui a mais de século né, apesar de todas as mudanças de donos etc. Talvez daqui 5 anos, 10 anos, nós não estejamos, mas a gente espera aqui que o negócio a fábrica de tecido continue por muito tempo. (MARCHIORO, 2018).

[...] O que eu espero da Cootegal, que o dia que eu saio e fique um, que eu deixei um bom legado, que eu consiga ter deixado alguma coisa que o dia que eu sair, eu pretendo receber o que é meu no caso, porque eu trabalhei a vida toda né, e que os outros consigam ficar trabalhando e que a empresa ande bem, consiga deixar uma empresa é, montada como se diz, com um futuro bom pela frente, não importa se eu tenho que parar de trabalhar né, mas pra quem fica que continue andando, amanhã ou depois que eu consiga entrar lá e ver como está evoluindo realmente a empresa. (COELLI, 2017).

6 A CULTURA OPERÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE

Para analisar alguns elementos da cultura operária, contextualizou-se de forma breve a produção historiográfica de autores que colaboraram com o tema, dada a contribuição de outras ciências humanas, como a Antropologia e a Sociologia.

Um dos que influenciou a percepção, sobre a cultura operária, foi Edward P. Thompson, em estudos que promovem acerca da classe, como formação social e cultural na Inglaterra do século XVIII. Para Thompson, a cultura associa-se a dois elementos fundamentais de classe: a experiência e a consciência.

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 10). Como também é nesse contexto que os operários passam a perceber o que têm em comum com os outros e o que os diferencia, principalmente, dos patrões, que são seus opostos, partindo assim para a formação de critérios identitários para o grupo. Essa identidade é indissociável da consciência de classe. Pode ser considerado prematuro falar de uma cultura operária; o mais aproximado é usar a expressão cultura artesã; “por artesãos devemos entender um meio que abrangia, de um lado, os mestres e operários dos estaleiros londrinos e dos trabalhadores fabris de Manchester e de outro, os artesões rebaixados e os trabalhadores por encomenda”. (THOMPSON, 1987, p. 342).

Para Thompson, há uma reciprocidade entre os ricos e os pobres, entre a *gentry* e a plebe, mas também trata da força de uma nova “cultura radical”, que nasce a partir do enfraquecimento dos velhos meios de disciplina social, da fraqueza do Estado e da Igreja, com o aumento do trabalho livre. A cultura artesã, apesar de não ser uma cultura de classe, é uma “fissura cultural”, através do chamado contra-teatro, com suas ameaças, suas sátiras e o uso jocoso dos símbolos de poder; negociava-se, assim, com o poder da autoridade.

Para visualizar a distinção que há entre a cultura burguesa e a cultura dos trabalhadores, o autor a difere como “modo total de vida”, observando que, no lazer, no vestuário e na moradia, a produção industrial tende a impor a uniformidade nesses campos. Para o autor, é nas formas alternativas de conceber a natureza das relações sociais, sendo que, enquanto a burguesia se relaciona de maneira individualista, os

trabalhadores se relacionam de maneira mais cooperativa. Dessa forma os mesmos se distinguem.

Outro autor importante, que colaborou para entender o que ocorre na cultura fabril, foi Hobsbawm (1979). Para ele, a cultura se modifica com as mudanças substanciais consequência da Revolução Industrial e com o início do movimento operário. Inicialmente, há uma cultura com traços mais tradicionais. Com as tensões sociais que ocorrem nesse período, há uma espécie de fermentação política da qual são resultantes muitos movimentos radicais, como o socialismo utópico. Esse período de transição inicial é de mais ou menos dois séculos. Houve a formação de um “complexo de grupos a meio caminho entre a sociedade pré-industrial e o proletariado”. (HOBSBAWM, 1979, p. 245).

Com o passar das décadas e o desenvolvimento da economia britânica se expandindo, a ponto de se tornar “a oficina do mundo”, os movimentos se enfraqueceram, os movimentos de massa, das canções tradicionais e emerge aos poucos a cultura operária, que vêm, no primeiro momento, com operários qualificados e artífices, tão necessários nessa fase da industrialização. Por volta de 1880, com a concorrência, após o desenvolvimento de outras economias concorrentes com o império inglês, os movimentos retornam com força, e há uma renovação no movimento operário, com o início do sindicalismo e do socialismo renovado. Firma-se um estilo de vida urbano-industrial de maior consumo, tendo como expoentes culturais o futebol no esporte e as lanchonetes e os pub’s no lazer. Para Hobsbawm, há uma espécie de ruptura nesse último período, já para Thompson, mais uma continuidade.

Entre as obras que tratam da cultura operária em nível nacional, a escolha foi Lopes (1978), que tem como análise o aspecto produtivo e as condições de trabalho dos operários, submetidos à organização imposta pelo capital. Há uma apropriação e reinterpretação por parte dos operários das técnicas e organizações impostas a eles, e também uma “concepção própria das relações sociais subjacentes à produção e modelos de comportamento coerentes com tal concepção”. (LOPES, 1978, p. 8).

Em Lopes (1988), o enfoque é a fábrica, que tem uma vila operária, fato em comum com o objeto analisado neste estudo, cuja dominação da fábrica se estende além dos portões, permeando a vila, como se a mesma fosse um território particular.

Nesse caso, os trabalhadores interiorizam a dominação, mas de maneira peculiar, em que há muitas possibilidades de reinterpretação e reambientação criativa. A cultura operária vista como um processo em constante transformação, que repercute e permeia

as consequências externas de seu território de abrangência física. Nesse contexto relacional, transcorre a maioria das relações sociais; os operários não são reféns de determinações externas, pois têm a capacidade de reapropriação e reinterpretação dos fatos, capazes de se colocar a partir das suas ações na resistência ao sistema proposto, e até mesmo promover micro mudanças em seu ambiente. A capacidade de transformar, de acordo com seus objetivos e seus valores culturais, passa a ser a diferença de outras vilas operárias.

Outro aspecto recorrente na afirmação da identidade do trabalhador é a valorização do próprio trabalho.

6.1 A CULTURA FABRIL DO LANIFÍCIO

Para entender a cultura fabril do Lanifício, foi necessário buscar aspectos significativos e pesquisar as influências que marcaram a vida social e a organização fabril do Lanifício.

Um traço marcante, presente na cultura fabril do Lanifício, é a importância valorativa dada ao trabalho, em que se destacam valores e atitudes, tais como: lealdade, dedicação, submissão e respeito.

Parte desses valores pode ser atribuída a história de seus antepassados, marcada pela cultura do trabalho, conforme salienta Herédia (1997, p.160): “A origem desses valores pode ser encontrada nos valores considerados da antiga pátria, como o valor da terra, da propriedade, da família da possibilidade de trabalho, da herança, da poupança, etc.” E ainda prossegue: “A imobilidade social era um traço comum da sociedade proveniente. Por isso se apegavam a valores como estabilidade social, continuidade, tradições, submissão, obediência e respeito.”

O trabalho, tanto no interior da fábrica como em casa e na comunidade, era considerado, além de essencial para o sustento de si e da família, também o que contém a potência em si de transformar, principalmente, a natureza, como também o de ser agregador do valor dado pela produção de mercadorias, no caso ligado à fabricação de tecidos.

Inicialmente, os imigrantes conseguiam reproduzir aqui suas ocupações depois da fundação do Lanifício, que eram as de trabalhar na fábrica e no pouco espaço de terra; trabalhavam em dupla jornada, dentro e fora da fábrica. Com o passar do tempo,

muitas famílias mudaram-se para a vila e assim, diminuavam ou até rompiam o contato com as propriedades rurais, o que possibilitava estender suas atividades no lanifício.

Essa nova configuração, devido ao rendimento dos salário, apenas supria as condições mínimas de reprodução da família. Exigia muitas vezes a venda da mão de obra de toda a família na fábrica. Nesse processo, até o trabalho de menores, ocorria ainda, mesmo depois da promulgação da Carta Magna em 1934, que proibia o trabalho infantil, ou seja, o trabalho era um valor social-fabril que ocupava também as crianças. Desenvolviam desde cedo a obediência à hierarquia fabril, tanto dentro como fora da fábrica e as introjetavam ao longo da vida a ponto de permanecerem trabalhando na fábrica, mesmo depois de aposentados. “O uso de mão de obra de menores na produção fabril era visto como forma de aprendizado do processo fabril e pequeno aumento da renda familiar.” (HERÉDIA, 1997, p. 162). Nesse sentido, o trabalho não era visto como exploração mas como aprendizado, como valor.

Como constata-se ainda hoje, a prática de permanecer trabalhando, mesmo depois de aposentados, ainda está presente na fábrica, tendo um número expressivo de funcionários e sócios aposentados ativos, ou seja, que ainda continuam trabalhando, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4- Distribuição em percentuais dos trabalhadores na Cootegal em 2018

TRABALHADORES	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA	PERCENTUAL
Trabalhadores totais	149	100%
Trabalhadores totais aposentados	39	26,2%
Funcionários totais	133	89,3%
Cooperados totais	16	10,7%

Fonte: Elaboração do autor, com base em Atas da Cootegal, 2018.

Outro aspecto importante é entender como o contexto, enquanto estrutura do trabalho fabril, se impôs aos seus funcionários. A estrutura fabril do Lanifício, após a venda da Cooperativa *Società Tevere e Novità* passou por várias reformas estruturais, dadas as modificações na tecnologia de produção, além de mudanças nos diferentes

tipos de produtos produzidos. Entretanto, vale lembrar que todas essas transformações foram acontecendo dentro de um sistema capitalista de produção.

Na análise de uma empresa capitalista de produção, não se pode deixar de sentir o papel dos proprietários. Nesse sentido, o primeiro proprietário, após a venda da antiga cooperativa, fundada por emigrantes italianos, foi Hércules Galló. Apesar de uma agenda bastante movimentada, por seus compromissos dependerem muito de viagens que na época, eram demoradas, o Lanifício teve sempre o controle que ele exercia na fábrica; podia ser percebido na casa da família, também, como na relação ao parque do Lanifício; com a formação da vila operária, que de certo modo, controlava à vida externa a fábrica.



Casas da vila operária de Galópolis, 2017. Fonte: Acervo do autor. Galópolis 2017.

A partir da fusão do capital do Lanifício com a família Chaves Barcelos e, posteriormente, com a morte de Galló e a venda das suas ações, definitivamente, os proprietários do Lanifício São Pedro S.A., que não moravam em Galópolis, pouco vinham visitar o empreendimento, sendo gestado pelos gerentes. Essa característica durou de 1921 até 1979, devido à administração basear-se na gerência. Havia um controle incisivo sobre as pessoas e o parque fabril, incidindo em pressões tanto na escola, na igreja e na comunidade como um todo.

Um ponto importante que se destaca a partir dessas observações, é o fato de que para muitos dos habitantes de Galópolis, e que está marcado de maneira viva em suas memórias, é o dos papéis desenvolvidos pelos gerentes do Lanifício. Para os moradores e ex-funcionários, o gerente cumpria o papel de “dono”, pois era ele quem tinha o poder das decisões, e era ele quem representava a direção da empresa, o que conseqüentemente faz dele a pessoa mais lembrada, mais importante da vila.

É importante ressaltar que, embora os proprietários não tivessem uma participação direta no sistema produtivo, continuavam sendo os próprios proprietários. Isso pressupõe, na sua propriedade, meios de produção, em que os trabalhadores atuavam.

Posteriormente, com a compra do Lanifício São Pedro pela família Sehbe, o então diretor Alfredo Sehbe acompanhava a administração mais de perto. Seus ex-funcionários têm ainda hoje muitas lembranças dele. Na gestão Sehbe, ocorreram mudanças quanto à forma de gestão, caracterizada por uma gestão familiar, mas com traços mais leves, no sentido de vender as casas, os terrenos, e tudo o que não fosse estritamente necessário para a produção. Essas medidas diminuíram o controle fabril, fora do âmbito da fábrica, sinalizando um novo momento na empresa.

Com a fundação da Cootegal, permanecem muitos traços da gestão privada heterogestionária, mesmo sendo organizado o Lanifício como uma cooperativa. O sistema heterogestionário é caracterizado pela parcialização das atividades, pela divisão do trabalho, cujos trabalhadores são também hierarquizados, conforme a função, que é desempenhada segundo o processo de trabalho, a fim de otimizar o desempenho fabril. Isso repercute também nos seus processos internos de subjetivação e compreensão e nos tipos de relação dos quais se sujeitam durante o trabalho.

Esse tipo de condicionamento restringe a maioria dos trabalhadores à possibilidade de uma visão do conjunto e de uma compreensão de vários outros pontos de vista, necessidades envolvidas e possibilidades de relacionamento e desenvolvimento pessoal mais dinâmico, tendendo a uma consciência individualizada e fragmentada da realidade existente.

Conforme entrevista do atual presidente da Cootegal: [...] *quando tu és funcionário, tu tens uma responsabilidade na tua função de executar ela bem feita, mas tu não tens uma visão ampla dos processos e não tem uma visão ampla da importância do conjunto.* (MARCHIORO, 2018).

A condição de funcionário não permite ultrapassar a visão do seu posto de trabalho, tendo consciência e responsabilidade fragmentadas, por ser uma restrita visão de mundo.

Na organização da cooperativa, houve palestras para informar aos futuros associados sobre as dúvidas de como era a gestão de uma cooperativa, como também sobre esclarecimentos no modo de funcionamento legal e trabalhista. Essas informações foram possibilitadas pela Ocergs, fato lembrado por vários cooperados, como o relato de um funcionário: *sim eles estiveram aqui na empresa, na cooperativa, foi conversado sim, que eu me recordo agora foi a Ocergs.* (MATTE, 2018). A Anteag teve participação importante, mas havia falta de maior esclarecimento sobre um trabalho mais extensivo, capaz de retomar assuntos cooperativos, como também de ampliar as práticas e possibilidades inclusivas dos cooperativados.

Tentaram me explicar o básico e eu assim ó eu vim a entender mais sobre cooperativa, quando estive uma época, quatro anos que eu fiz parte da direção. Então comecei a entender um pouco mais, se eu lhe disser que entendi tudo, eu estou te mentindo. É bem complicadinho, é bem complicado. Até então, até eu participar mais de reunião e coisas, eu acho que tem assim até hoje, colegas meus que não entenderam tudo ainda. Eu também não entendi tudo, mas tem colegas meus que tem mais dificuldade do que eu ainda. Talvez seja por ter participado menos, para mim foi um aprendizado aqueles quatro anos. (VENTZ, 2017).

No interior do Lanifício, o trabalho se desenvolveu em um sistema hierarquizado e organizado, conforme as demandas dos pedidos. Eram produzidas as disposições das linhas de produção. Com horários que variam nos tempos de alta produtividade com três turnos, com moderada produtividade funcionando em dois turnos e nos períodos de menor demanda, com apenas um turno de funcionamento.

Os cargos no interior da fábrica são organizados de forma hierárquica: diretor é o cargo mais alto dentro da administração da fábrica, trabalhando diretamente com o presidente e o vice. Mestre é o coordenador de setor, responsável pelo comando de todas as pessoas do mesmo, como também pela forma de organização e produção do setor. Encarregado é o elo entre o mestre e os funcionários, responsável por repassar as ordens e fiscalizar o trabalho dos seus subordinados. Operadores(as) são os responsáveis por executar as operações definidas, dentro do sistema produtivo, normalmente ligados a uma ou várias máquinas. Há também cargos administrativos, financeiros, no almoxarifado, de auxiliares de produção, segurança e limpeza.

O ambiente de trabalho é composto, na sua maioria, por pessoas que já trabalham na fábrica há vários anos, que se conhecem bem e já desenvolveram laços de amizade que transcendem o parque fabril. No ambiente de trabalho, há um clima familiar; os trabalhadores, em sua maioria, se “sentem em casa”, conforme relatos de funcionários.

Sabe que se você vier aqui de manhã por exemplo dez para as 7 (horas), se você sentar ali nesse banco (aponta para um banco na entrada do lanifício), você vai ver que aqui é uma empresa que todo mundo se dá bom-dia, uma ou outra pessoa entre aspas, que acha que não precisa, mas a maioria do pessoal, então não vamos falar dessa uma ou outra, a maioria do pessoal é assim aqui, ainda se dá bom-dia um pro outro, isso é muito importante, no dia de hoje isso é muito importante, e sabe aqueles que não dão, a gente já percebe no ar, aqui sempre foi assim, olha que eu trabalho aqui a 30 anos hein.(VENTZ, 2017).

[...] Aqui na Cootegal eu diria que é uma empresa familiar, aqui no bairro, aqui eu bem dizer me sinto em casa aqui, trabalhando aqui. Porque a gente conhece todo mundo, é diferente trabalhar aqui. Do que tu chegar numa empresa, tu não conhece ninguém, a forma das pessoas se tratarem também é bem diferente. (MATTÉ, 2018).

Esse ambiente de boas relações pessoais é um ponto forte que a cooperativa conseguiu de certa forma manter e até ampliar no transcurso do seu desenvolvimento. O que faz com que não haja um corte de classe estabelecido entre funcionários e cooperados, pois os mesmos respeitam a hierarquia fabril e cumprem sua função, independentemente da sua condição contratual, conforme relato.

[...] Olha eu sempre procurei trabalhar da mesma maneira, mesmo sendo funcionário, porque penso assim, se a empresa não vai bem tu sendo funcionário, tu também não vai ir bem né, eu acredito que pra mim não mudou muita coisa assim, tendo essa experiência porque, modéstia parte eu já, sendo funcionário já tinha essa noção assim de dedicação e tal, o que mudou foi mais essa parte de conhecimento mesmo, sobre a cooperativa como funciona. (MATTÉ, 2018).

Na forma de gestão da Cootegal, há uma forte predominância das opiniões e ações desenvolvidas pela direção da cooperativa, sendo que é responsável pelos direcionamentos das pautas nas assembleias; cabe aos associados votarem pela aprovação ou não, como relatado por Ventz:

Na verdade, participar de decisões é feito assembleias né, então é colocado o que tem que ser mudado, o que tem que ser feito, mas assim quem decide mesmo. É lógico, na assembleia você vota, você dá sua opinião, você participa sim, mas na verdade é para isso que existe a direção. (VENTZ, 2017).

Atualmente, a Cootegal funciona com apenas um turno produtivo, iniciando às 7h30min até às 17h30min. Normalmente, o trabalho é exercido de segunda à sexta-feira,

mas quando há demanda trabalha também nos sábados, sob regime de horas extras. Nas ocasiões em que há pouca demanda, trabalha apenas quatro dias por semana, folgando normalmente na sexta feira. Nesses casos, o salário dos funcionários é proporcional ao número de horas trabalhadas no mês.

Esta fórmula, leva em conta o salário-base mínimo da categoria:

Valor da hora trabalhada= salário base/ número de horas estabelecidas

Valor da hora trabalhada: $1120,13 / 220 = R\$ 5,09,15$

Número de horas trabalhadas no mês, exemplo: $200 * 5,09,15 = R\$ 1.018,30$. Com isso o funcionário recebe também menos do que o salário-mínimo da categoria, por ter trabalhado proporcionalmente menos horas.

Os trabalhadores e moradores do bairro de Galópolis costumam, nos finais de semana, desenvolver atividades no futebol, carreado e em almoços nas comunidades, conforme relato de Heker.

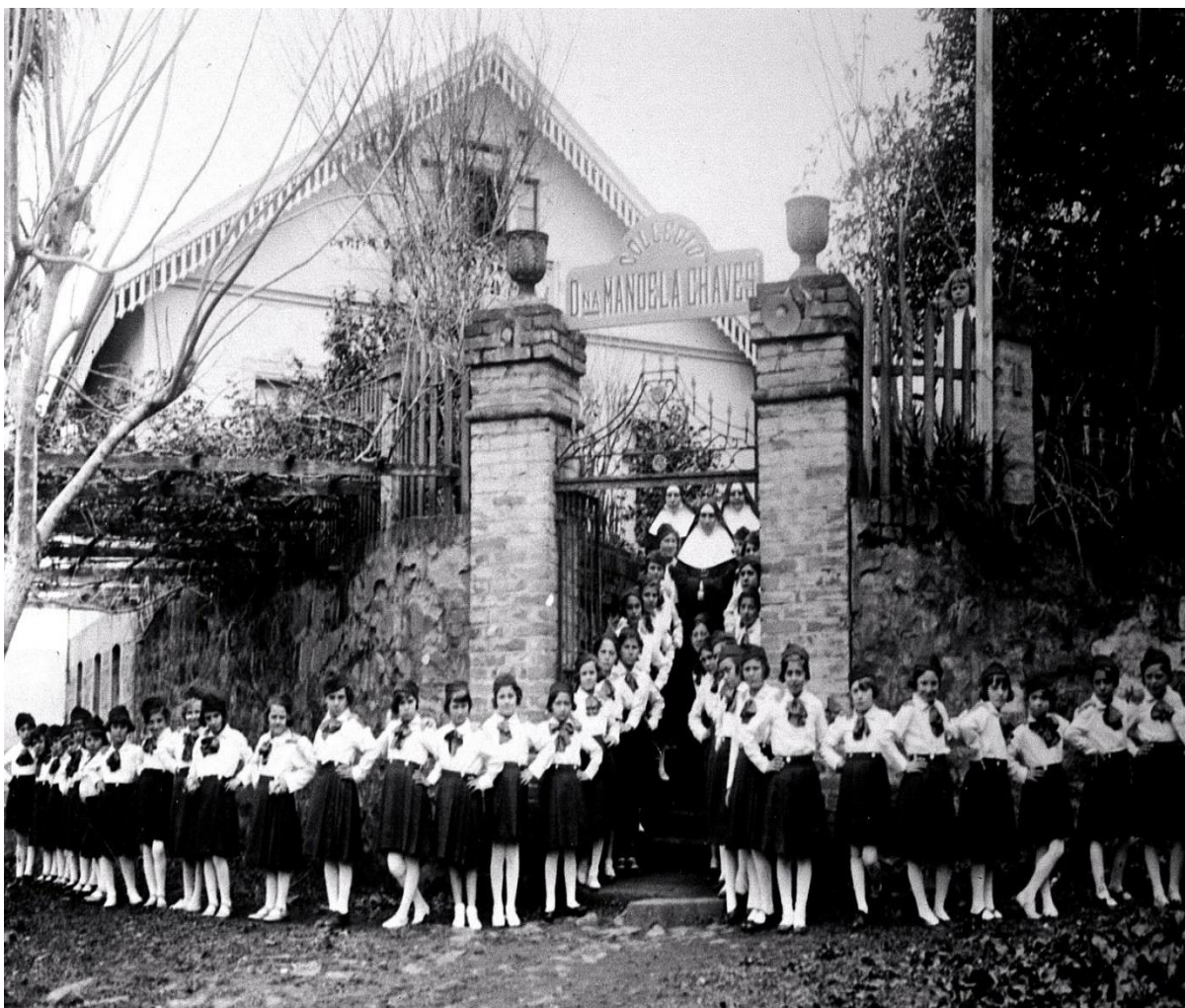
[...] Olha o pessoal aqui a diversão maior que tem aqui os mais novos jogam um futebolzinho no campo, os mais ali meia idade jogam uma canastra, jogam um coisa, vão para um passeio, tem sabe depende da possibilidade de cada um acho eu né então resolve ir para uma festa fora o pessoal aqui é muito de, não muita gente, mas tem muita gente que gosta de sair almoçar numa, numa capela fora daqui né, num almoço de colônia. (HEKER, 2018).

6.2 A EDUCAÇÃO FORMAL DE GALÓPOLIS

Um fator importante na vida dos trabalhadores do Lanifício é poder estudar na mesma comunidade. Então é pertinente a contextualização do âmbito escolar, para que se possa entender algumas questões ligadas a essa importante instituição social.

A escola Chaves e Irmãos, foi a primeira e funcionou de 1/6/1934 a 31/12/1974, segundo consta em antigos documentos do Lanifício. Inicialmente, para dirigir a escola foram contratados os padres Josefinos, que atendiam apenas os meninos. Mas, alguns anos depois, devido a desentendimentos entre os padres e o então gerente do Lanifício, João Laner Spinato, mesmo com o apoio de parte da comunidade, os padres deixaram a comunidade devido às consequências de um discurso público. O Pe. João Schiavo falou sobre os direitos e deveres dos cidadãos, comparando-os com os direitos e deveres dos empregadores e empregados. Para evitar maiores problemas, saíram da comunidade, mas tiveram, como despedida, uma festa preparada pelos moradores que os admiravam.

O Colégio Dona Manuela Chaves foi fundado em 1º/6/1934, pelo Lanifício São Pedro para atender às filhas das pessoas que ali trabalhavam, mas foi destruído por um incêndio. Após breve interrupção foram retomadas as aulas em local provisório.



Alunas do Colégio D. Manuela Chaves, fundado em 1/6/1934 pelo Lanifício São Pedro para atender as filhas dos funcionários. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul, 2017.

Com a escola dos meninos vaga e sem professores, o prédio antes ocupado pelos padres passa a ser a nova escola, que, a partir de 4/3/1937, passou a atender crianças de ambos os sexos e ser dirigida pelas Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, que já atendiam anteriormente apenas as meninas. Passou a ser chamada Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcelos.

A escola promovia ações para estimular os estudos e premiava os melhores alunos com medalhas. Se repetissem o bom desempenho em anos consecutivos, eram convidados a estudar em um ginásio particular em Caxias do Sul, com os custos pagos pela fábrica, mas esse benefício era disponível apenas para os meninos, e em número bem restrito.

No que tange à análise das aptidões adequadas aos objetivos gerais e de cada série, conforme arquivos educacionais da Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcelos, percebe-se a explicitação de valores, como cidadania, ligados à ideia de servir à pátria, como parte da descrição dos objetivos da disciplina de Estudos Sociais: “Proporcionar além dos conhecimentos, o ajustamento ao meio em que se vive para que possa influir nas modificações desde que colabore para o progresso do país”. Também era dada grande importância à preparação para o trabalho (conforme objetivo geral da escola que cita a “iniciação ao trabalho”), corroborando a importância ao trabalho dentro e fora da fábrica.



Escola que passou a se chamar, Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcelos, a partir de 4/3/1937. Fonte: Acervo de Vania Herédia. Galópolis, 1997.

Pode-se perceber as conduções e avaliações ao longo das séries, na tentativa de desenvolver capacidades possíveis tanto em aptidões como na vocação ou no início profissional, “[...]estabelecendo relações tanto na educação geral como na formação especial para poder realizar uma auto-sondagem de aptidões” (7ª série), e também, “ser capaz de decidir quanto a sua vocação e a tomar posição quanto a iniciação profissional e, quando não continuar seus estudos de 2º grau, ser capaz de realizar, relativamente

bem, o trabalho a que se propuser.” (8ª série).¹¹ (DANIEL,1984, p. 15). A maioria dos jovens iniciava trabalhos no Lanifício, após muitas vezes, não terem completado o Ensino Médio.

Outros aspectos importantes a serem observados estão na descrição de várias disciplinas escolares: a importância dada ao zelo pelo patrimônio da escola. “Sentir-se como membro atuante da escola, zelando e auxiliando pela conservação do patrimônio escolar”, e também desenvolver a maneira de se expressar e se relacionar “[...] sendo receptivo às regras da dinâmica de grupo” (5ª série), estando também relacionado com as concepções valorativas da religião católica, “[...]relacionando com a existência de Deus” (objetivo da 1ª série).

Outro dado importante mostra a influência do ensino religioso na escola e na comunidade, como prioridade; envolvia os alunos em acontecimentos diretamente ligados à missa de domingo “[...] cobravam dos alunos, na segunda-feira, o cartão que eles haviam recebido na missa de domingo, na igreja matriz”. (DANIEL,1984, p. 15).

A escola adotava as seguintes formas de avaliação: “eram feitas por meio de provas escrita e oralmente e na presença do professor, do diretor, gerentes e mestres da fábrica” (DANIEL, 1984, p. 15).

O fato de a escola ter sido fundada e construída pela fábrica, para suprir a demanda dos filhos dos funcionários do Lanifício, não escapava à lógica de dominação dos interesses da fábrica, mesmo que a coordenação da escola fosse das Irmãs. Se estas estivessem em desacordo com o gerente do Lanifício, poderiam ser substituídas, como foi o caso dos padres Josefinos. Isso pressupõe uma submissão tanto de conteúdos como de metodologias e práticas “adequadas” aos interesses da fábrica.

Como muitos moradores da comunidade de Galópolis queriam estudar e em muitos casos não tiveram essa oportunidade, antes de iniciar sua vida de trabalho, tentaram fazê-lo com a iniciativa da fundação de um Ginásio que funcionasse em turno inverso ao de trabalho, levado adiante pela sociedade.

Com isso, em 28 de junho de 1959 foi fundada a “Sociedade Cultural de Galópolis”. Os sócios fundadores foram pessoas de diversas profissões, moradores da comunidade e também alguns de Porto Alegre. A Sociedade teve, como um de seus objetivos, instalar e manter um Ginásio Particular de Ensino Secundário, que funcionou

¹⁰ Trabalho de conclusão em Licenciatura Plena em Pedagogia, de Valkiria Daniel, intitulado *Histórico das escolas de Galópolis*, de 1984, que analisa a prática de formação na Escola Chaves e Irmãos. Caxias do Sul: UCS, 1984.

nas dependências do grupo escolar Paraná, com funcionamento no período noturno, que atendia tanto o público masculino como feminino e teve sua validação de funcionamento concedida em 23 de julho de 1959, conforme declaração da Secretaria Estadual da Educação.

A situação financeira do Ginásio foi muito difícil, e contou com ajuda do sindicato e da Mitra Diocesana, pois a anuidade cobrada de seus estudantes não era suficiente para mantê-los. Mais tarde, o controle, devido a incapacidade econômica de se manter, passou para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no final de 1969.

Segundo a descrição dos dados gerais do Ginásio Particular Galópolis, em 1959 Galópolis contava com uma população de 3.000 habitantes, possuindo um grupo escolar estadual, uma escola primária particular e 17 escolas municipais. Em 1958, o número de alunos matriculados foi de 900 alunos; destes, 25 concluíram o curso.

Coube à direção do ginásio ao Pe. Ângelo José Caetano Tronca, os horários de funcionamento eram das 19 horas às 22h30min. O corpo docente era composto por um professor de Português, uma professora de Francês, um professor de Latim e Matemática, um professor de História, uma professora de Geografia, uma professora de Trabalhos Manuais e um professor de Desenho, conforme documentos do próprio Ginásio.

O Ginásio não foi bem visto por parte da fábrica, pois, segundo o trabalho anteriormente citado, “[...] as pessoas que se matricularam no Ginásio foram dispensados de suas funções na fábrica onde trabalhavam”, além disso, a fábrica “implantou um sistema de turnos, que trocava a cada semana, impossibilitando assim, a frequência dos alunos na escola”. (DANIEL, 1984, p. 29).

Os dirigentes fabris não abriam mão do máximo de controle sobre os funcionários, muitas vezes apenas nessas horas percebiam o quanto eram controlados e que mesmo assim, sujeitavam-se aos mandos da fábrica. O Ginásio, devido à falta de condições financeiras, terminou suas atividades em 1971.

A escola de Ensino Fundamental, após a criação de um Grupo Escolar Estadual, só em 31/12/1974, viu as Irmãs deixarem a comunidade de Galópolis. A partir desse fato, o Estado passou a ter um grau de determinação e independência para implementar seu currículo e proceder de forma mais deliberada sobre a educação dos galopenses.

A captura da subjetividade dos trabalhadores está imersa no contexto social em que eles vivem; as instituições e as relações sociais têm nesse processo um peso muito

grande, não sendo capazes de determinar, mas sim de influenciar muito os sujeitos desse meio, envolvendo de tal forma o trabalhador, que o mesmo se sentia parte da fábrica:

A mentalidade do operário foi decorrente da política adotada pela fábrica, na qual o operário se sentia parte dela mesmo como se ele também fosse parte de um patrimônio coletivo. O reflexo dessa mentalidade era o trabalho contínuo, constante, como se a fábrica lhe pertencesse. (HERÉDIA, 1997, p. 175).

Com isso, outro traço característico que serve para representar como foram impostos os valores desejados pelos administradores do Lanifício, era a forma coercitiva que muitas vezes marcava o âmbito das relações sociais e de trabalho, entre os funcionários e seus superiores. Ali se desenhavam as delimitações, a definição de “bom funcionário” e de “bom patrão”. Essa imposição normalmente era de forma indireta por meio de regras e comportamentos cultivados através da valoração do *status* social, dentro e fora do Lanifício, mesmo que isso não necessariamente provocasse uma alteração financeira na situação do trabalhador.

Ser mestre era a meta da maioria dos operários pelo fato de representar um certo *status social* com prestígio social na organização interna da fábrica, tanto para o gerente como para os empregados, sem alterar expressivamente a situação econômica. (HERÉDIA, 1997, p.160).

O controle familiar, na relação pai e filhos, e as de parentesco evidenciam a utilização de práticas paternalistas empresariais, envolvendo o espaço habitacional, o *status* social, a assiduidade e a pontualidade. O Lanifício chegou a ter 80 casas para seus funcionários. Como ressalta Sennet:

Os paternalistas empresariais tentaram unir simbolicamente a família e o trabalho através de imagens deles mesmos como autoridade. Ao fazê-lo estavam em busca de coesão comunitária, que queriam obter índices mais altos de produtividade dessas comunidades através do trabalho. (SENNET, 2014, p. 88).

Sendo assim, o controle fabril ultrapassa ou quebra o senso de ser funcionário, que separa a vida social da vida profissional. Como complementa Herédia (1997, p. 223): “Não se percebe uma solidariedade de classe e sim apenas uma solidariedade comunal, produzida pela vida em comum e pelas circunstâncias econômicas idênticas.”

Enfim, a educação escolar não modificou a cultura da fábrica. A educação escolar foi apenas utilizada para atender aos interesses da empresa. Segundo Lopes, o conhecimento da fábrica é, “interiorizado, que se exprime nas atitudes e na prática

cotidiana dos operários mais do que na clareza e na coerência formal de seu discurso, refere-se a determinadas condições e constrangimentos objetivos em que os operários estão inseridos para ganharem sua subsistência.” (LOPES, 1978, p.103).

A Escola esteve sob o controle da fábrica por diversas décadas, e essa possível dominação marcou a visão que os operários tinham da educação. Sabiam da sua importância, mas o trabalho vinha em primeiro lugar.

Nesse sentido, é importante observar que, na vida em Galópolis, a fábrica era colocada em destaque para depois aparecerem os demais aspectos da vida social, dentre eles: a escola, o cinema, o Círculo Operário, o esporte, as festas religiosas e sociais. A vida numa vila operária tem seu controle e, mesmo depois que deixa de ser uma vila operária, continua com as características anteriores, comportando-se como se ainda o fosse.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa trajetória, a história de Galópolis e a história do Lanifício se inter cruzam e são dependentes uma da outra. Desde a vinda dos imigrantes italianos passando pela fundação da cooperativa *Società Tevere e Novità*, sua posterior venda para Hercules Galló, sua ampliação e o desenvolvimento, principalmente, com a construção da vila operária mudaram a configuração e a perspectiva do *Vale Del Profondo*. As posteriores passagens a outros donos e, finalmente a retomada do Lanifício pelos seus ex-funcionários, após uma situação de atrasos de pagamentos, greve e emergência da Cootegal, que conseguiu após a falência do Lanifício, dar uma nova oportunidade aos seus trabalhadores de serem, além de seus próprios “chefes”, donos de seu próprio negócio, demonstram qual o valor simbólico e intrínseco que o Lanifício significa na vida da comunidade, mas principalmente dos trabalhadores que a compõem.

O que se pode perceber, com a produção deste trabalho historiográfico, são as permanências e ausências que se fizeram presentes nas várias fontes utilizadas, mas principalmente nas fontes orais. O uso da História Oral foi o que garantiu a construção desse percurso. Como principal ausência, pode-se dizer que a falência do Lanifício e suas causas foi até hoje um “espaço em branco”, algo que não é bem descrito em nenhuma das entrevistas, como fica evidente no relato de Matté:

[...] a gente na época era bem novo, mas a gente ouvia falar assim, o serviço foi diminuindo, pouco serviço, daí começou a atrasar salários assim, a gente só ouvia comentários né, sobre a administração que faziam isso, faziam aquilo, mas isso eram só comentários, isso aí não dá pra, de perceber mesmo só o serviço que foi diminuindo e salários daí começou a atrasar (MATTÉ, 2018).

Já como principal permanência, destacam-se os valores operários ligados principalmente à importância dada ao trabalho. Como explicita um cooperativado:

Não adianta dizer que não. Nós somos um povo trabalhador. Só pensamos em trabalhar. É ou não é? Eu vejo por mim. Muitas vezes eu esqueço de fazer uma coisa porque eu estou lá trabalhando, ajudando um mecânico. Báh, mas tu tinha que fazer aquilo lá né, mas nosso lema é trabalho, então nós não somos um povo de fazer valer tipo olha ali como é que é na Venezuela, os caras ali eles vão pra rua, eles vão pra rua mesmo, claro lá tem uns caras aí que eles descem a lenha mesmo né, mas esse tipo de coisa que nós não fizemos. (COELLI, 2018).

Para os operários da Cootegal, o trabalho é um ponto comum identitário, que os conecta com as antigas gerações, uns com os outros, sendo também um ponto de conexão entre o presente e o que os faz projetar o futuro. Este, onde houver a possibilidade de as novas gerações seguirem trabalhando no Lanifício, mantendo esse elo comum, esse local que serve de palco para continuar a jornada. Mas, quanto ao conceito de trabalho, o mesmo se delimita apenas ao trabalho fabril ou material, não incluindo dessa forma a cidadania, o trabalho intelectual, ou outras formas de contribuições, capazes de pertencer à definição possível e mais ampla de trabalho.

Não há, no entanto, uma continuidade sem rupturas. O fato de o Lanifício ter passado pela crise e por falência, no final da década de 1990, mostra-se como uma dessas rupturas, mas que não é amplamente radical, mas significativa, dado que, como transcorreram os acontecimentos, apenas com outra configuração o lanifício permanece ainda atuante, graça às iniciativas dos operários, do sindicato e da comunidade.

Com essa ruptura, na década de 1990, surgem múltiplas possibilidades. Além de poderem assumir o controle do Lanifício, os trabalhadores passam a conhecer outras formas de gestão administrativa e pessoal. Uma dessas formas é o modelo cooperativo heterogestionário, caracterizado por práticas de hierarquização da gestão, individualização dos trabalhadores, submissão e concentração das tomadas de decisão nas mãos de poucos. A outra forma é o modelo cooperativo autogestionário, em que as decisões são estabelecidas de modo democrático, possibilitando uma gestão mais horizontal com menos submissão e mais igualdade de possibilidade, representatividade e ganhos.

As várias instituições cooperativas que participaram das palestras e foram destino de viagens dos trabalhadores nesse período, forneceram informações e experiências importantes na contribuição da Cootegal. Entretanto, as experiências de trabalho dos operários foi um fator determinante na decisão do modelo de cooperativa que aceitaram. A prática produtiva e de experiência de vida ligada ao capitalismo e ao individualismo, que percorria as instâncias institucionais que atendia Galópolis, bem como a prática de gestão adotada pelos controladores do Lanifício, enquanto privado, contribuíram em muito para que esse fosse modelo adotado. Apesar da discordância de uma minoria, o sistema cooperativo é heterogestionário.

Conforme as dificuldades iam sendo vencidas e a cooperativa se desenvolvendo, com a compra e o posterior pagamento do parque fabril, as cotas dos associados tiveram maior valor, inviabilizando nesse sistema a entrada de novos

associados. Com isso, com o passar do tempo, e as saídas constantes de associados, o número de trabalhadores foi diminuindo a ponto de optarem por contratar funcionários. Com isso cada vez mais a cooperativa concentra capital e decisão nas mãos de poucos, possivelmente tendo problemas futuros com a própria manutenção de sua continuidade.

A intenção de fazer este estudo e fornecer dados para a história local, sobre sua principal atividade econômica, foi atendida. Entretanto, o estudo não se restringiu apenas à pesquisa objetiva em si; aprofundou o debate político quanto às possibilidades político-econômicas de desenvolvimento social. Tentou apontar os limites das ideologias modernas e contemporâneas, e assim promover novas pesquisas e produções, no sentido de romper com o mito de que a sociedade moderna é capaz de atender à todas as necessidades humanas e a seus desejos e com isso refletir sobre as nossas limitações ideológicas e a sustentabilidade de nosso desenvolvimento como espécie. Também nesse sentido, cabe ressaltar o modo de resistência que as cooperativas e seus trabalhadores significam em relação à falência de muitas empresas, como também em relação as graves e nocivas consequências do sistema capitalista neoliberal que cada vez mais mostra sua insustentabilidade tanto no âmbito social e ecológico. A proposta também privilegiou a produção de um material ilustrado, que pode ser usado no ensino de História, para o entendimento do processo de desenvolvimento que o Lanifício gerou na comunidade de Galópolis.

A produção desse material ilustra essa rica caminhada que foi trilhada pelos trabalhadores do Lanifício, e que pode melhor ser compreendida e ajudar as pessoas interessadas a entenderem o percurso histórico da comunidade, bem como os valores e práticas que nortearam essa caminhada e, assim, contribuir para a tomada de consciência e ação dos interessados.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul, 1864-1962**. Caxias do Sul: Paulinas, 1970.
- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz. p. 21-26, 2003.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**. São Paulo: Práxis, 2013.
- ALVIM, Barbosa Maria Rosilene et al. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: URFJ, 1987.
- ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. Disponível em: <<http://cirandas.net/anteag>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BARBOSA, Márcia Ferreira. **Experiência e narrativa**. Salvador: Edufba, 2003.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de história, memória e história local. **Dia a Dia Educação** – Portal Educacional do Estado do Paraná, Curitiba, jun. 2013. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade, lembrança de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRITO, Noemi N.C. Considerações sobre o processo de industrialização gaúcho: um estudo de caso. **Informativo FEE**, ano 2, n.5, mar./abr., Porto Alegre, 1978.
- CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de; HORTA, Carlos Roberto. **Globalização trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.
- CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão 2012**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -UFJF, 2012.
- CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL. disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp->

content/uploads/2018/04/20180327_UNISOL_Cartilha-ERT.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Trad. de Luiz Antônio de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2004.

DAMASCENA, Monique Bronzoni. **Análise da reconstrução da política pública de economia solidária no governo do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – PUCRS, 2013.

DANIEL, Valkiria. Trabalho de Conclusão em Licenciatura Plena em Pedagogia, Histórico **das escolas de Galópolis**. Caxias do Sul: UCS, 1984.

DIAS, Marcos de Carvalho. **Sustentabilidade em empreendimentos autogestionários no Brasil: análise de duas experiências no ramo têxtil em São Paulo e em Minas Gerais**. 2011. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção.) -Universidade Federal de São Carlos, 2011.

DONNER, Sandra Cristina. História local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. **Anpuhrs**, p. 223-235, 2012.
Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. mar. de 2015.
Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>>.

FILHO, Pompilio Locks; VERONESE, Marília Veríssimo **Tramas Conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdet e Guillerm**. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36 abr. p. 267-290, 2012.

FONTANA, G.L. (Org.). **Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa e Debate**, Unesp; SP, v.13, n. 1, 2001, p. 30-45, 2001.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: mudança radical**. Trad. De Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. 2013. Tese de (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) -Ufrj, 2013.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Hércules Galló**: vida e obra de um empreendedor. Porto Alegre: Suliani Gráfica, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Memória e identidade**: CIC. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In BAUER, M.W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **Revista História Oral** v.13, 2010.

LOPES, José Sergio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: UnB/Marco Zero, 1988.

MARQUES, Ana Carolina Armelin. **Faces do cooperativismo**. Dissertação de Mestrado em Administração UFP, 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24849/Dissertacao%20Ana%20Carolina%20Marques%20PDF.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. LI. V.I, II.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 18: ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LI. V.I.

MASSUDA, Ely Mitie. A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura econômica 1992 – 1999. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 28, n. 1, p. 121-129, 2006.

MELO, Carlos. **A crise cambial brasileira de 1999, a literatura de seus protagonistas e a compreensão do fato**. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4174>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MISSIO, Fabrício J. **Capitalismo, crise do emprego e economia solidária**: algumas considerações e um estudo de caso para o RS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/download/296/2035>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

OCERGS. Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sescooprs.coop.br/conheca-o-sistema/organizacao-cooperativa/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio**: experiências e desafios. Londrina, PR: História e Ensino, 2007.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). **Revista História Oral**. v.10, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.22, p.9-36, jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REIS, Cinthia Regina Nunes. **Cooperativismo e cooperativas de trabalho**: o caso dos “grupos de trabalhadores em confecções de Lima Campos” Maranhão. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -UFP, 2003.

RIBEIRO, Susana Lopes Salgado. **Tramas e traumas**: identidades em marcha. São Paulo: USP, 2007.

ROSSI JÚNIOR, J. L.; FERREIRA, P. C. A evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 1-35, abr. 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Rúbia da; SOUTO, Jean Martins. Trabalho, controle e resistência nas sociedades capitalistas: uma perspectiva organizacional. **Organização e Sociedade**, Bahia, v. 12, n.33, p. 51-70, abril-junho 2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SUNG, Jung Mo. **Teologia e Economia: repensando a Teologia da Libertação e utopias**. Petrópolis: Vozes, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936-1939). In: _____ **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

WEBER, Regina. **Considerações sobre a cultura operária**. Londrina, Paraná: UEL, março, 1999. Disponível em:
<http://professor.ufrgs.br/reginaweber/files/1999_cultura_operaria_-_6_mb.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017

JORNAIS

CAXIAS NOTÍCIAS. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2017.

CORREIO RIO-GRANDENSE. Associação Literária São Boaventura, [1909]. Semanalmente. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

FOLHA DE CAXIAS. Grupo de diários. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FOLHA DO SUL. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 3 out. 2017.

GAZETA DE CAXIAS. Odir Frizzo, [1987]. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2017.

O MOMENTO. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2017.

PIONEIRO. Caxias do Sul: Grupo RBS, [1948]. Diário. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

PONTO INICIAL. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2017.

TEMPO TODO Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2017.

UNO FATO. Disponível em: <www.camaracaxias.rs.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2017.

ENTREVISTAS

COELLI, Arlindo. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 6 de out. de 2017. Entrevista.

MATTÉ, Dinarte. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 26 de set. de 2018. Entrevista.

MARCHIORO, Fernando. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 9 de jul. de 2018. Entrevista.

VENTZ, Lenita. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 27 de out. de 2017. Entrevista.

HEKER, Lodovino. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 5 de set. de 2018. Entrevista.

MATTÉ, Luci. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 4 de out. de 2017. Entrevista.

TONIOLLI, Luis Carlos. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri e Vânia Herédia. Caxias do Sul, 11 de ago. de 2018. Entrevista.

DALPONT, Lurdes Maria. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 31 de out. de 2017. Entrevista.

DALLAGNOL, Renato. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 4 de mai. de 2018. Entrevista.

DILIGENTI, Rosa Maria. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri e Vânia Herédia. Caxias do Sul, 18 de abr. de 2017. Entrevista.

CANUTO, Sidinei Roberto. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 13 de dez. de 2017. Entrevista.

STRAGLIOTTO, Terezinha Toniolli. Entrevista concedida a Marlos Rodrigo Ferri. Caxias do Sul, 30 de out. de 2017. Entrevista.

ANEXOS

ANEXO A- PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Segundo a cartilha da Unisol,¹² (ano, p. 21), os sete princípios do cooperativismo estão descritos de forma sintética abaixo:

1. adesão voluntária e livre. Uma cooperativa é uma organização voluntária aberta às pessoas que queiram trabalhar e estejam dispostas a assumirem suas responsabilidades de sócias;

2. gestão democrática, a empresa é controlada democraticamente por seus membros, que são iguais em poder de decisão, com igual direito a voto (cada cooperado e cooperada tem direito a um voto, independentemente do número de cotas, tempo de trabalho ou função na cooperativa);

3. participação econômica dos membros, além de controlarem, todos os sócios e sócias contribuem igualmente para o capital de sua cooperativa. Uma parte do capital é propriedade comum. Já as sobras podem ser utilizadas como um investimento em melhorias da cooperativa, ou então divididas entre os cooperados e cooperadas;

4. autonomia e independência, a cooperativa sempre é uma organização autônoma, ou seja, controlada por seus membros. Além disso, mesmo que receba algum tipo de ajuda externa, isso não interfere em sua independência;

5. educação, formação e informação é imprescindível para uma cooperativa, visando contribuir em seu desenvolvimento, proporcionar educação e formação técnica para seus membros;

6. intercooperação, as cooperativas não só estão voltadas para atender a seus sócios e sócias, mas também para atuar e trabalhar em conjunto umas com as outras, fortalecendo o movimento cooperativo;

7. interesse pela comunidade. As cooperativas trabalham também pelo desenvolvimento de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus cooperados;

¹² A *Cartilha Unisol* traz inúmeras informações que auxiliam a compreensão do processo de estruturação de cooperativas.

Além desses, a Lei 12.690/2012 – Lei das Cooperativas de Trabalho- acrescenta mais quatro itens essenciais ao se pensar em uma cooperativa, e suas resoluções devem ser respeitadas, desde que estejam dentro dos limites da Lei:

8. preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa. Pensando que uma cooperativa visa atender a seus sócios e suas sócias, buscando qualidade de trabalho e de vida, espera-se que se oriente pela garantia de direitos sociais, do valor social do trabalho e da preservação da livre iniciativa;

9. não precarização do trabalho. Ainda pensando em garantias e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a cooperativa deve atuar de modo a não precarizar o trabalho de seus membros;

10. respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta lei, a assembleia é a entidade máxima de decisão dos cooperados e cooperadas, e suas resoluções devem ser respeitadas, desde que estejam dentro dos limites da lei;

11. participação na gestão em todos os níveis de decisão, de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social;

ANEXO B- CONCEITOS ORGANIZACIONAIS UTILIZADOS NAS COOPERATIVAS

- a) *Assembleia Geral*: é a reunião de todos(as) cooperativados(as) para discutirem e decidirem de forma democrática, sem haver qualquer tipo de privilégios ou discriminações tanto no âmbito pessoal como no âmbito profissional, sobre as principais decisões a serem tomadas em nome da cooperativa, decisões essas no âmbito das diretrizes de funcionamento, do modo de produção, execução e comercialização de seus produtos ou serviços, nos termos legais. As assembleias também podem ter uma nomenclatura específica para cada ocasião. (CARTILHA DA UNISOL, p.36).

Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorre uma vez por ano, após concluir o exercício contábil anterior.

Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deve ser frequente (recomenda-se, ao menos, uma vez por mês).

Assembleia Geral Especial deve ser realizada para tratar de assuntos urgentes e sobre a gestão da cooperativa.

- b) *Estatuto Social*: é um documento normalmente construído pelos cooperados fundadores, passa pela aprovação em assembleia geral e é registrado numa junta comercial, podendo ser modificado ao longo do tempo. É onde está descrita a função social, econômica e ambiental que a cooperativa deve realizar; as principais regras de funcionamento da cooperativa, tanto na parte produtiva como na parte administrativa e representativa, como as eleições, as formações dos conselhos, e as formação das chapas. Também constam os direitos e os deveres dos

cooperados, como também a forma como são realizadas as possíveis divisões das sobras. É considerado o principal documento da empresa. Constando também informações relevantes como a descrição do capital social da cooperativa e a criação e manutenção das reservas dos fundos que serão descritos posteriormente.

- c) *Regimento Interno*: descreve as rotinas de trabalho, os deveres e os direitos dos(das) associados(as) detalhadamente; as proibições e penalidades para o descumprimento das normas, descreve também, a organização quanto aos períodos e horários de trabalho e os descansos anuais, entre outros. Também passa pela assembleia geral para ser aprovado e pode ser modificado conforme o interesse da maioria.
- d) *Conselho de Administração*: é um grupo de cooperados(as) que são eleitos pelos demais cooperados(as), para serem os seus representantes administrativos na cooperativa, responsáveis pelas ações desde a compra de matéria-prima, pela administração dos contratos, pela administração financeira, divulgação e representação dos produtos ou serviços, até a venda do produto ou serviço final.
- e) *Conselho Fiscal*: é um grupo de cooperados(as) que são eleitos pelos demais cooperados(as), para serem os seus representantes responsáveis por fiscalizar o conselho administrativo em suas ações e contratos, usando-se dos relatórios financeiros e contábeis também fornecidos pelos bancos e pelos contadores.
- f) *Cotas Parte*: são as partes do capital que constituem a cooperativa, que cabem a cada cooperativado(a), onde o mesmo investiu ou trabalhou para formar essa parte, que também pode ser em parte fruto dos ganhos da cooperativa e que após o balanço anual da cooperativa podem ser reinvestidos no capital da mesma, aumentando assim a cota parte individual e também, o capital social da cooperativa.
- g) *Capital Social*: é a soma de todas as cotas-parte dos seus cooperados, resultando no capital total da cooperativa.
- h) *Retiradas*: são normalmente as parcelas calculadas e programadas que os(as) cooperativados(as) recebem para o seu sustento, já que não recebem mais salários mensais. Em cada empreendimento essa prática pode ser variável, tendo casos onde são pagas parcelas mensais fixas para cada cooperativado(a), sendo que se houverem sobras no final do ano contábil as mesmas serão também repassadas aos(as) cooperativados(as). Em alguns casos as retiradas mensais recebem o nome de pró-labore e podem variar de acordo com a quantidade de horas trabalhadas e com o cargo que o(a) cooperativado(a) ocupa.

- i) *Sobras*: é a possível variação positiva no final do ano contábil, que compreende todos os patrimônios da cooperativa calculados após o balanço patrimonial, ou seja, se a cooperativa fechou o ano com balanço positivo, em relação ao ano anterior, dessa forma teve sobras, mas se fechou o ano com balanço negativo, em relação ao ano anterior teve perdas. Tanto as sobras como as perdas devem ser distribuídas de acordo com a quantidade de horas trabalhadas entre os seus cooperados. Nesse momento pode ter um acordo dos cooperados estabelecido em uma assembleia geral e/ou descrito no estatuto, onde fica definido se parte das sobras serão reinvestidas na cooperativa e se outra parte deve ser distribuída entre os(as) cooperados(as), normalmente em parcelas ao longo do ano, mas isso pode variar muito de um caso para outro, pois é uma decisão interna tomada pela maioria dos(das) cooperados(as). Mas quanto as sobras, devem se respeitar também as reservas estabelecidas, segundo a Lei 5.764/71, que são:
- j) *Fundo de Reserva*, constituído de, no mínimo de 10% das sobras líquidas apuradas no exercício anual, servindo esse fundo para cobrir possíveis perdas e investir em melhorias na empresa recuperada;
- k) *FATES* - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinação à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício anual.

ANEXO C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de pós-graduação Marlos Rodrigo Ferri, do curso de Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul. Na UCS pode ser contatado pelo e-mail marlos.ferri@ucs.br e pelo telefone (54) 991060247. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com operários e moradores de Galópolis, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de dissertação do Mestrado de História intitulada "Tecendo uma História: A Cooperativa Têxtil Galópolis". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Caxias do Sul, 11 de outubro de 2018.

**ANEXO D- CONVENÇÃO COLETIVA DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO
DISTRITO DE GALÓPOLIS.**

A data de validade da convenção coletiva estende-se por um ano, sendo a última com vigência a partir de 1º/11/2017 a 31/10/2018. A mesma estabeleceu, como salário normativo mínimo da categoria, o valor de R\$1.120,13. Esse valor reajusta o salário dos trabalhadores em 2,70% sobre o valor do salário normativo mínimo do ano anterior. Os trabalhadores que possuem mais de cinco anos de trabalhos ininterruptos na mesma empresa recebem o benefício intitulado quinquênio, no valor de R\$59,12, sendo acumulativo no máximo em cinco vezes ou 25 anos ininterruptos de trabalhos prestados na mesma empresa. Para os empregados que recebem até o teto de três salários-mínimos normativos há auxílio escolar para os trabalhadores que estiverem cursando o Ensino Fundamental ou Médio; mediante comprovação, será pago o valor de R\$ 179,30 reais, caso a empresa não mantenha nenhuma fundação que já preste auxílio educacional. Aos funcionários que não tivessem seguro de vida, será pago, e caso haja falecimento do trabalhador, para seus herdeiros haverá o valor de 1,5 salários da categoria vigente, a título de auxílio funeral.

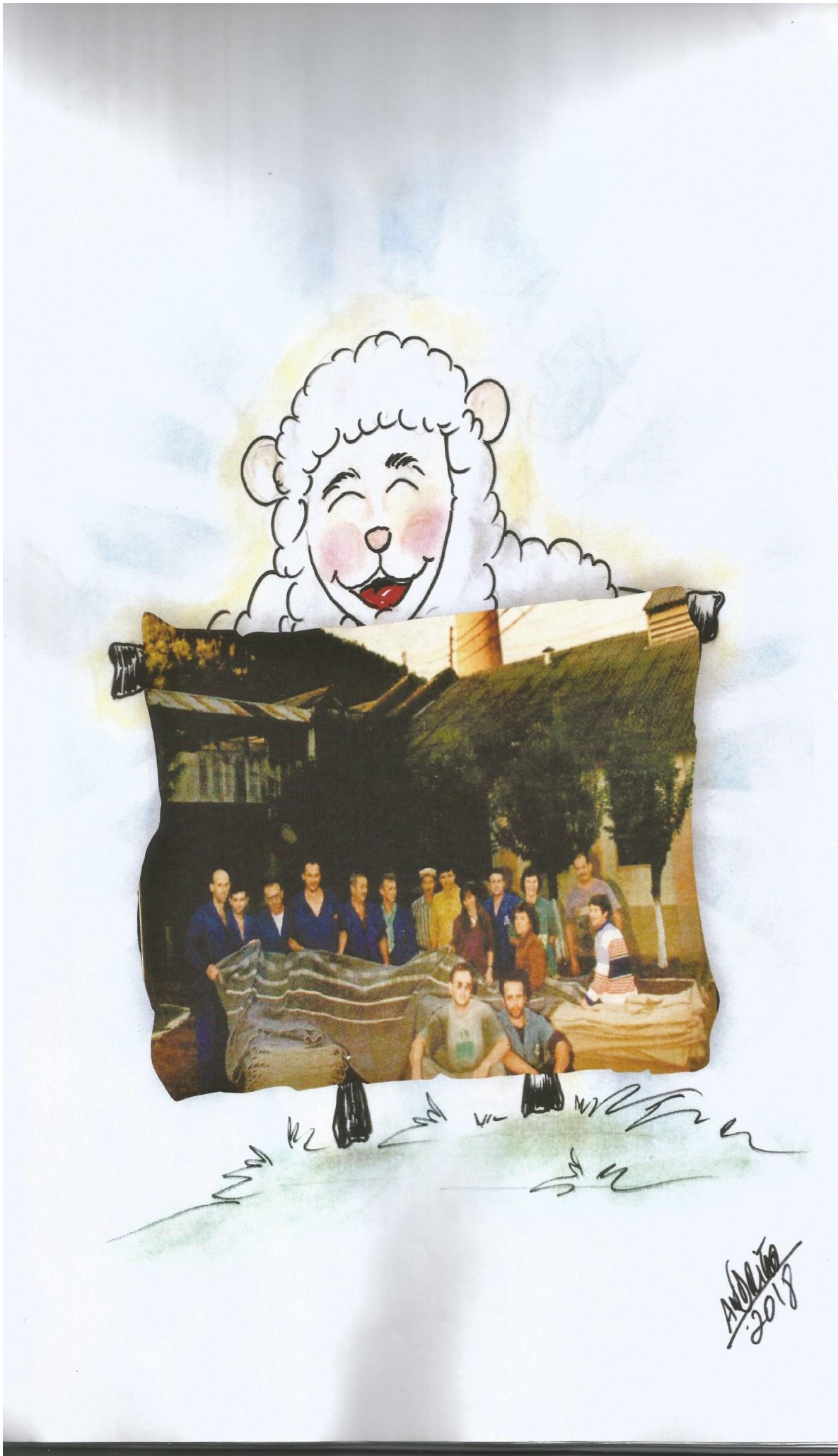
No período pré-aposentadoria, os funcionários têm o direito de garantir seu emprego, comunicando à empresa; mas para isso os mesmos não podem ter salário maior que 2,5 salários normativos; devem ter no mínimo, 10 anos de efetividade na mesma empresa, sem poder prorrogar, caso não venha a se concretizar a aposentadoria; precisam comunicar e comprovar, via ofício assinado pelo sindicato, o início do período de 12 meses anteriores à sua aposentadoria; Poderá ser adotado o regime de compensação de horas, respeitando o teto máximo estabelecido pela legislação; podem também ocorrer trocas de feriados, desde que, através de votação secreta, haja no mínimo 50% mais um de aceitação. O comunicado ao sindicato deverá ter no mínimo, 48 horas de antecedência; poderá ser estabelecido banco de horas, estendido à jornada de trabalho para, no máximo, 10 horas diárias respeitando-se o repouso semanal remunerado. A cada 90 dias, as empresas devem comunicar o sindicato as horas correspondentes a cada empregado, bem ao próprio empregado. Poderá haver a compensação dessas horas, no máximo apenas duas horas por dia e no caso de compensação do dia de trabalho, a mesma deve ser feita em comunicado com 48 horas

de antecedência. Já o empregado deve comunicar, com 24 horas de antecedência, a sua possível compensação. A cada mês o saldo de horas deve ser zerado, acertando com o trabalhador, diretamente na folha de pagamento, o saldo positivo, com adicional de 50%. O intervalo de alimentação poderá ser de 30 minutos.

O abono por motivo de doença de filhos é de até três dias para crianças até sete anos; no caso de falecimento de sogros e sogras o abono é de um dia.

Se forem estudantes, serão abonados os horários que conflitam com a prestação de exames ou Vestibular, comunicando com 48 horas de antecedência e comprovando a presença. O tempo de transporte não poderá ser cobrado do empregador. A empresa pode flexibilizar a jornada de trabalho do empregador, quando a mesma passar por votação secreta, com, no mínimo, 60% de aprovação, após a comunicação com dez dias de antecedência ao sindicato profissional, sendo no máximo cinco dias por mês.

ANEXO E- CARTILHA DIDÁTICA GALÓPOLIS







2007
Andriano

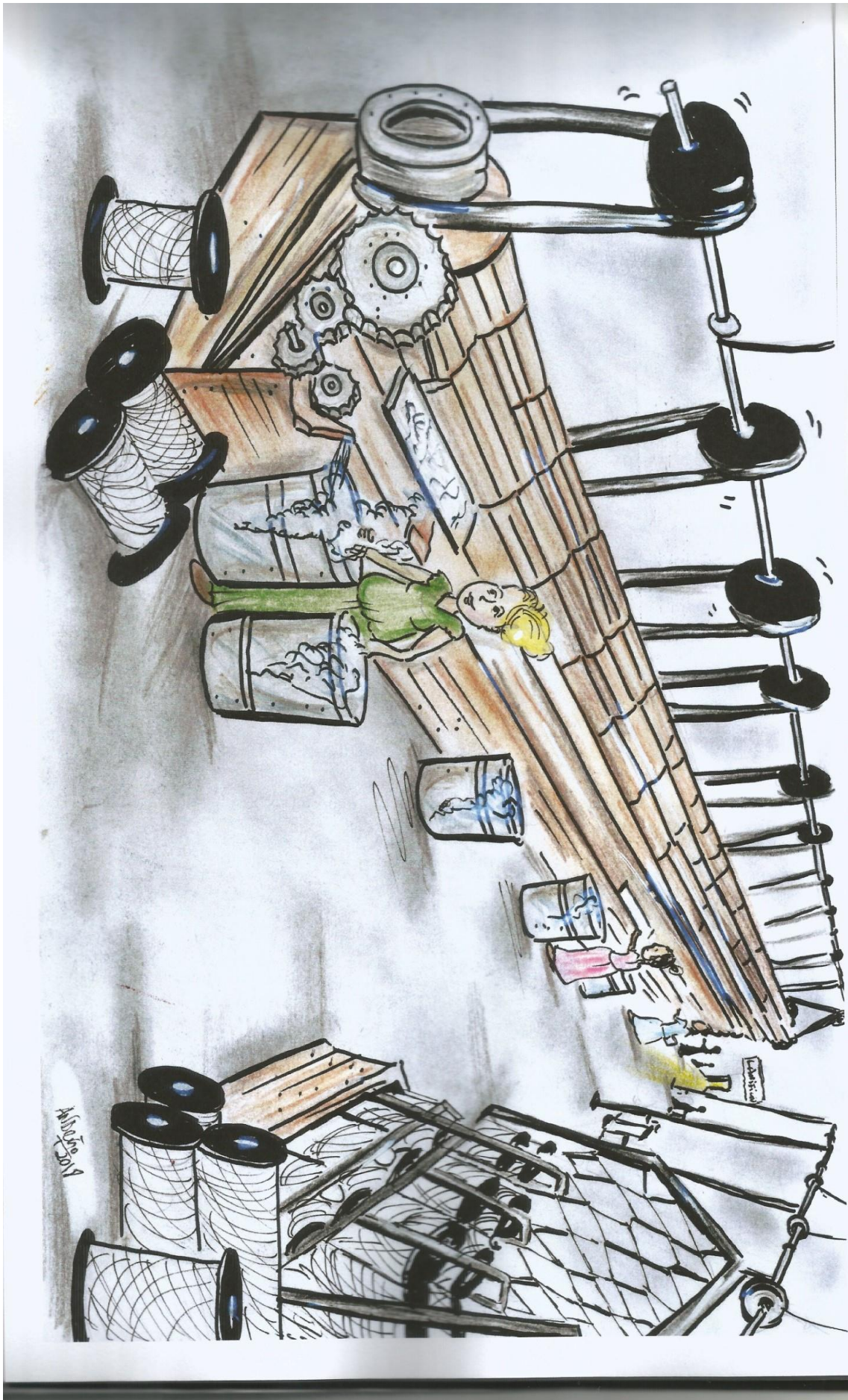












15/10/2019

























